

NOAM CHOMSKY: LINGÜÍSTICA E FILOSOFIA

CANDICE HELEN GLENDAY

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES
MAIO - 2008

NOAM CHOMSKY: LINGÜÍSTICA E FILOSOFIA

CANDICE HELEN GLENDAY

Dissertação apresentada ao Mestrado de
Cognição e Linguagem da Universidade
Estadual Norte Fluminense – UENF,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre.

ORIENTADOR: DARIO TEIXEIRA

CAMPOS DOS GOYTACAZES
MAIO - 2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

012/20

G558 Glenday, Candice Helen

Noam Chomsky : lingüística e filosofia / Candice Helen Glenday --
Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

109 f.

Orientador: Dario Teixeira

Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do
Homem, 2008.

Bibliografia: f. 110 - 112

1. Chomsky, Noam. 2. Lingüística – Filosofia. 3. Gramática Gerativa. 4.
Aquisição da Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy
Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 410.1

Agradecimentos

◇ Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Dario Teixeira, por ter aceitado o desafio de me conduzir através desse trabalho, pela sua paciência e confiança.

◇ Agradeço à todos os meus mestres que, ao longo da minha jornada, estiveram sempre presentes e dispostos a me ajudarem a compreender e aprender todas as questões pertinentes dos estudos.

◇ Agradeço aos meus pais por terem sempre me impulsionado a estudar e a persistir em alcançar os meus objetivos.

◇ Agradeço ao meu querido professor, amigo e marido, Julio Esteves, pela sua paciência em me guiar através da jornada rumo ao saber, à compreensão do que é aprender a aprender filosofia. Mais do que ser um professor e ensinar algo a alguém é mostrar a essa pessoa como refletir a respeito das questões do conhecimento humano.

◇ Em especial, agradeço às minhas avós, Margery Galbraith e Valerie Brierley, pelo constante incentivo e apoio em todos os momentos de minha vida.

◇ Por último, mas não menos importante, agradeço à minha pequena Sophia, por sua sabedoria, pela sua infinita compreensão que tem tido comigo ao longo de todos os anos de sua vida e durante todas as minhas pequenas conquistas. Ela tem sido a minha constante inspiração e motivação.

Índice

| | |
|---|-----|
| Introdução | i-v |
| CAPÍTULO I - A revolução de Chomsky: do estruturalismo ao gerativismo | 01 |
| 1.1. Lingüística contemporânea e gramática tradicional | 02 |
| 1.2. O estruturalismo e o behaviorismo | 06 |
| | |
| 1.3. Chomsky em transição | 17 |
| 1.4. A primeira gramática de Chomsky | 18 |
| 1.5. O novo modelo de análise gerativa proposto por Chomsky | 30 |
| | |
| CAPÍTULO II - A lingüística como ciência dos universais lingüísticos e da faculdade da linguagem | 37 |
| 2.1. O papel da idealização e da experiência na lingüística de Chomsky | 37 |
| 2.2. O papel das intuições dos falantes na lingüística de Chomsky | 40 |
| 2.3. A criatividade lingüística ou o “problema de Descartes” | 44 |
| 2.4. O problema da aquisição de uma língua ou o “problema de Platão” | 52 |
| 2.5. Das regras aos princípios | 55 |
| 2.6. O modelo de aquisição de Chomsky | 59 |
| 2.7. A teoria do parameter setting | 62 |
| 2.8. A hipótese do período crítico | 64 |
| 2.9. A hipótese da maturação | 67 |
| | |
| CAPÍTULO III - Lingüística racionalista versus lingüística empirista: Chomsky e o inatismo | 73 |
| 3.1. O inatismo em Platão | 76 |
| 3.2. O Inatismo em Descartes - “Inato” em sentido amplo | 81 |
| 3.3. “Inato” em sentido estrito | 85 |
| 3.4. Chomsky e a lingüística cartesiana | 89 |
| 3.5. Algumas críticas ao inatismo em Chomsky | 95 |
| Considerações finais | 104 |
| Bibliografia | 110 |

Abstract

This study intends to investigate the major linguistic themes within Chomsky's work and its relationship with rationalist themes characteristic of Philosophy. Thus, we begin by exposing the contrast between the North American structuralist's and Chomsky's approaches to the problem of language acquisition. Then, we proceed to present the main novelty in Chomsky's study of generative grammar and the most important developments and updates it suffers as his investigation deepens into the problems set by the author. Finally, the last chapter is devoted to inquire into nativism and its philosophical implications within Chomsky's work.

Key-words: Chomsky, language, nativism, grammar, generative grammar.

Resumo

Esse estudo pretende investigar os temas centrais da obra de Chomsky e as suas relações com os temas racionalistas característicos da Filosofia. Portanto, começamos expondo o contraste entre as abordagens dos estruturalistas norte-americanos e as do Chomsky no que diz respeito ao problema da aquisição da linguagem. Em seguida, procedemos com a apresentação das principais inovações de Chomsky do estudo da gramática gerativa e os principais desenvolvimentos e atualizações por que passa a sua pesquisa à medida que sua investigação se aprofunda nos problemas propostos pelo autor. Finalmente, o último capítulo se debruça sobre a discussão do inatismo e as suas implicações filosóficas na obra de Chomsky.

Palavras chave: Chomsky, linguagem, inatismo, gramática, gramática gerativa.

“A palavra foi dada ao homem para explicar os seus pensamentos, e assim como os pensamentos são os retratos das coisas, da mesma forma as nossas palavras são retratos dos nossos pensamentos”.

Jean Molière

“Somos humanos não porque temos uma linguagem, mas porque **somos** uma linguagem”.

Wilhelm von Humboldt

“A faculdade da linguagem é como um “mecanismo de aquisição da linguagem”, um componente inato à mente humana, que fornece uma língua em particular através da interação com a experiência dada, um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento: conhecimento de uma ou de outra língua”.

Noam Chomsky

Introdução

Esta dissertação tem por tema central a exposição dos principais aspectos da lingüística desenvolvida pelo autor contemporâneo Noam Chomsky, assim como de suas implicações filosóficas. Isso posto, é conveniente antepor aqui algumas considerações prévias para orientar a leitura deste trabalho.

É preciso ter em mente, desde o princípio, que a obra de Chomsky é de difícilíssima compreensão, em virtude de três razões principais, nenhuma delas, no entanto, diz respeito à dificuldade de expressão por parte do autor. Em primeiro lugar, para compreender perfeitamente os escritos de Chomsky, o leitor precisa dominar não apenas os conceitos da lingüística, mas também os conceitos de outros grandes domínios do saber, como, por exemplo, a filosofia, a teoria computacional, a lógica matemática moderna e, em domínios mais elevados, em particular, as teorias das funções recursivas.

Em segundo lugar, constitui uma grande dificuldade na leitura de seus textos o fato de Chomsky estar sempre disposto a cunhar novos conceitos. Com efeito, ele introduz novos conceitos designando-os por termos criados por ele próprio, sem, contudo, proceder a uma definição explícita dos mesmos, deixando ao leitor a tarefa de retirar do contexto o significado pretendido por ele. Um exemplo disso é a expressão “universais lingüísticos”, que, apesar de não ser explicitamente definida por Chomsky, aparece em diversos contextos designando todas as propriedades comuns às línguas naturais humanas.

E, por último, constitui uma dificuldade adicional, sobretudo para quem está empenhado num trabalho de interpretação de sua obra, o fato de Chomsky ainda estar plenamente ativo em suas investigações, das quais, além disso, resultam não uma teoria em seu estágio final, mas uma teoria *in statu nascendi*, cuja versão definitiva ainda está longe de se delinear. Com efeito, em seus livros que continuam sendo publicados, Chomsky sempre introduz novas abordagens, procedendo também a revisões, melhoramentos e refinamentos de seus projetos anteriores.

Assim sendo, já por sua natureza de dissertação de mestrado, este trabalho não pode ter sequer a pretensão de oferecer uma exposição exaustiva de todos os pontos concernentes ao campo da lingüística e da sua relação com a filosofia e, menos ainda,

em virtude da produtividade do autor tematizado, pretender estar completamente atualizado com seus possíveis mais recentes desenvolvimentos.

Por se tratar de um autor em cuja obra lingüística, psicologia e filosofia estão numa relação estreita, sendo muito difícil estabelecer os limites de que cada uma delas no interior da mesma, não pudemos deixar de fora a contribuição de cada uma dessas disciplinas, que são consideradas, geralmente, como ramos do saber autônomos. Em particular, não pudemos deixar de proceder a uma exposição razoavelmente detalhada de aspectos e desenvolvimentos no interior da teoria da gramática em Chomsky, marcando sua especificidade diante do estruturalismo norte-americano que o antecedeu. Desse modo, tivemos de introduzir toda a terminologia técnica e todo o simbolismo formal característico da lingüística em Chomsky, para poder proceder à consideração das implicações propriamente filosóficas por ele próprio retiradas da sua obra em lingüística. Assim sendo, pedimos ao leitor filósofo que tenha toda a paciência ao ler os trechos relativos à exposição da lingüística e, do mesmo modo, pedimos aos lingüistas a mesma paciência para ler os trechos relativos à exposição filosófica. Como uma espécie de justificação externa para nosso procedimento, remetemos o leitor, sobretudo o filósofo, para o livro de Wolfgang Stegmüller, o qual, em seu comentário sobre as principais correntes filosóficas contemporâneas, não pôde deixar de reservar parte de seu comentário à Chomsky para uma exposição da sua teoria lingüística propriamente dita.

Desse modo, o tema central de nossa dissertação versa sobre as implicações filosóficas da lingüística em Chomsky. Uma das mais importantes dentre elas é a ressurreição de uma concepção que parecia ter sido definitivamente descartada mediante a severa crítica feita por John Locke: a saber, a concepção das idéias inatas tal como defendida inicialmente por Platão e depois retomada por Descartes. De fato, ela não teria sido levada a sério contemporaneamente, se o seu reaparecimento na cena filosófica não tivesse ocorrido em virtude da obra de um dos mais sérios lingüistas contemporâneos. A esse propósito, a questão se tornou tão instigante que foi até mesmo organizado um simpósio, em Boston, em 1965, para discutir a tese inatista de Chomsky, do qual também tomaram parte dois dos mais respeitados lógicos e epistemólogos contemporâneos: Nelson Goodman e Hilary Putnam.

É importante ter presente, desde o início, que o objetivo da lingüística como ciência é o de ser capaz de caracterizar e explicar a multiplicidade de observações lingüísticas ao nosso redor. Uma parte importante dessa questão tem a ver com modo

como os seres humanos adquirem, produzem e compreendem a linguagem, em parte tem a ver com a compreensão da relação entre os proferimentos lingüísticos e o mundo e, em parte, tem a ver com a compreensão das estruturas lingüísticas pelas quais a linguagem comunica.

Como a língua, ou melhor, as línguas, e a linguagem constituem o cerne de toda problemática a ser discutida nessa dissertação; e como o autor por nós tematizado e a maior parte da literatura consultada é proveniente da língua inglesa, é preciso advertir o leitor aqui quanto a um problema de tradução de uma palavra chave, a saber, o termo inglês *language*. Com efeito, freqüentemente, ao longo desse trabalho, encontramos muitas dificuldades em decidir pela tradução adequada dessa palavra, que pode ser vertida em português ora por **língua**, ora por **linguagem**. Diante dessa dificuldade, buscamos manter, sempre que possível, uma uniformidade na tradução do termo da seguinte maneira. Uma vez que por ‘língua’ compreende-se, normalmente, as línguas naturais particulares, como, por exemplo, o inglês, português, japonês, árabe, etc. que são adquiridas pelo indivíduo aprendiz através da experiência e da convivência com outras pessoas numa determinada comunidade, optamos traduzir ‘*language*’ por ‘língua’ sempre que Chomsky se refere a uma língua em particular. Por outro lado, entende-se por linguagem a capacidade ou faculdade especificamente humana de aprender e dominar uma ou mais das inúmeras línguas particulares humanas, fazendo uso desse conhecimento para expressar os seus pensamentos. Desse modo, sempre que Chomsky faz referência ao que ele chama de ‘*device*’ que nos capacita a aprender uma língua particular, decidimos traduzir ‘*language*’ por ‘linguagem’, para designar a forma de todas as línguas particulares. Ainda a esse respeito, é importante salientar que Chomsky está interessado na linguagem humana, ou seja, na forma das línguas naturais, e não nas línguas ou linguagens dos animais.

Em conformidade com esse objetivo de Chomsky, deve-se ter em conta que “a aquisição de uma língua mais se parece com o crescimento dos órgãos – é algo que acontece com a criança, e não o que a criança efetivamente faz” (CHOMSKY, 2005: 35). E, da mesma maneira, o “curso geral do desenvolvimento e as características básicas do surgimento da linguagem estão predeterminados pelo estado inicial na criança”. Esse estado inicial é uma propriedade humana comum. Assim, todas as línguas, em suas propriedades essenciais, são produto do mesmo molde. Portanto, um “cientista marciano poderia concluir de modo razoável que há uma **única** linguagem humana, com diferenças apenas marginais” (CHOMSKY, 2005: 35).

Podemos dizer que, mediante suas investigações sobre a natureza da linguagem e de sua aquisição, Chomsky acabou produzindo uma inversão numa espécie de juízo de valor presente no debate filosófico entre o empirismo e o que se convencionou chamar de metafísica especulativa. Pois, enquanto usualmente os metafísicos tinham que se defender das acusações dos empiristas, **herdeiro desses os behavioristas**, segundo os quais os primeiros procederiam a especulações puramente racionais e infundadas, Chomsky agora acusa os lingüistas e os psicólogos da linguagem de pretenderem construir teorias sobre a aquisição de uma língua natural com base em especulações empiristas risíveis e abstrusas. Pois, de acordo com Chomsky, está por princípio excluída a possibilidade de que a aquisição das capacidades necessárias para dominar a linguagem possa ocorrer por vias puramente empíricas.

No primeiro capítulo, propomo-nos expor apenas em linhas gerais como a abordagem gerativa foi desenvolvida no âmbito estrito da lingüística, e, de início, nas obras *Syntactic Structures (SyS)* e *Aspects of the Theory of Syntax (Aspects)*, assim como as mudanças relevantes que ela sofreu, posteriormente, nas obras mais atuais do autor. Apresentaremos, também, as duas principais abordagens que eram então majoritárias no campo da lingüística, a saber, o estruturalismo e o behaviorismo, para em seguida avaliar por contraste o grande desenvolvimento teórico promovido por Chomsky.

No segundo, discutiremos os aspectos fundamentais da investigação empreendida por Chomsky em sua lingüística, a saber, o status de cientificidade da própria lingüística, a criatividade do uso lingüístico pelos falantes, o problema da aquisição da linguagem, a universalidade das regras, a teoria dos princípios e parâmetros, alguns conceitos terminológicos cunhados por ele, assim como algumas mudanças que a sua teoria tem sofrido ao longo do seu desenvolvimento.

No terceiro e último capítulo, discutiremos mais detidamente algumas implicações filosóficas da lingüística de Chomsky, que posicionando-se no interior do debate entre racionalistas e empiristas, toma partido pelos primeiros e ressuscita uma noção que se julgava completamente esquecida e abandonada, a saber, a noção das idéias inatas ou de conhecimento inato. Para poder elucidar aspectos importantes da retomada dessa noção por Chomsky, consideramos necessário proceder a uma breve reconstrução histórica de sua gênese desde sua introdução por Platão no diálogo *Mênon*, passando por seu desenvolvimento e adaptação em Descartes, até chegar à sua retomada, contemporaneamente, de maneira totalmente nova e surpreendente por Noam

Chomsky, a partir de argumentos provenientes de outras áreas do saber, como a lingüística e a psicologia.

CAPÍTULO I

A revolução de Chomsky: do estruturalismo ao gerativismo

Introdução

Nesta parte do trabalho, pretendemos expor em linhas gerais o tipo de abordagem da linguagem que é característico da gramática gerativa de Chomsky, que tem sido considerada por muitos lingüistas como uma das mais importantes teorias sobre a linguagem já elaborada. Com efeito, a abordagem característica da gramática gerativa é em geral seriamente levada em consideração por aqueles que se dedicam ao estudo da lingüística e ao entendimento da relação entre pensamento e linguagem. Como o trabalho do autor é amplo e abrange diversas áreas do conhecimento, tais como a matemática, a filosofia, a psicologia e a própria lingüística, propomo-nos expor apenas em linhas gerais como a abordagem gerativa foi desenvolvida no âmbito estrito da lingüística, e, de início, nas obras *Syntactic Structures (SyS)* e *Aspects of the Theory of Syntax (Aspects)*, assim como as mudanças relevantes que ela sofreu, posteriormente, nas obras mais atuais do autor. Num primeiro momento, é conveniente que comecemos por apresentar um breve relato dos pontos de convergência e divergência entre a lingüística contemporânea em comparação com a gramática tradicional, a discussão entre as supostas línguas “civilizadas” e as “primitivas”. Há estruturas comuns a todas as línguas, tais como estruturas sintáticas, combinações fonológicas e semânticas que são características comuns da linguagem humana assim como o aspecto da criatividade. Uma vez que esses aspectos polêmicos tenham sido discutidos, apresentaremos, na seqüência, as duas principais abordagens que eram então majoritárias no campo da lingüística, a saber, o estruturalismo e o behaviorismo, para em seguida estimar por contraste o grande desenvolvimento teórico promovido por Chomsky.

1.1. Lingüística contemporânea e gramática tradicional

A lingüística contemporânea se compreende como uma **ciência** da linguagem, no sentido de visar a uma descrição científica de seu objeto, ou seja, de buscar investigar **sistematicamente** a linguagem, tendo por base observações **objetivamente verificáveis** dentro de um **quadro categorial** de uma teoria geral apropriada aos dados em questão. Assim compreendida, a lingüística vem sendo desenvolvida apenas muito recentemente. No que se segue, apresentaremos algumas características dos objetivos e da atitude teórica da lingüística contemporânea, em oposição aos da gramática tradicional.

Em primeiro lugar, do mesmo modo que as ciências particulares, tais como a física, a biologia, a sociologia, etc., haviam se desenvolvido num processo de diferenciação e de busca de autonomia frente à filosofia e à religião, também a lingüística contemporânea se constituiu buscando marcar sua diferença e autonomia frente a outras disciplinas. As disciplinas frente às quais a lingüística contemporânea marca sua autonomia são, sobretudo, a filosofia e a crítica literária, no seio das quais a gramática tradicional surgira e se desenvolvera, ainda na Grécia do período clássico. Ao afirmar sua independência e autonomia, a lingüística contemporânea está reivindicando o direito de abordar seu objeto de estudo de uma maneira completamente livre de compromissos com idéias tradicionais e de não ter de adotar o mesmo ponto de vista de filósofos, psicólogos, críticos literários ou representantes de outras disciplinas.

Por ter se originado em conexão estreita com a crítica literária, a gramática tradicional apresentava a tendência a dar atenção exclusiva à linguagem escrita, em detrimento da linguagem falada, ignorando as especificidades de cada uma delas. A linguagem falada era geralmente deixada de lado sob a alegação de ser apenas uma “cópia imperfeita” da linguagem escrita. Em contraposição a isso, os lingüistas contemporâneos assumem, como uma espécie de um axioma, que a linguagem escrita é secundária e derivada da linguagem falada. Ou seja, de acordo com os últimos, é nos sons, mais exatamente, no conjunto dos sons que podem ser produzidos pelos assim chamados “órgãos da fala”¹ que a linguagem está “incorporada”. Numa palavra, os

¹ Em seu livro, *Language, an Introduction to the Study of Speech*, o antropólogo Edward Sapir tece uma interessante crítica à adequação da expressão corrente “órgãos da fala”. Com efeito, defendendo a tese segundo a qual a linguagem é um empreendimento essencialmente humano e cultural, sem nenhuma base

sons constituem o *medium* em que a linguagem se torna viva, ao passo que a linguagem escrita é uma transferência da fala para um *medium* secundário, visual ou tátil (no caso do alfabeto braille).

Na verdade, toda língua surge como língua falada, e milhares de línguas jamais encontraram expressão escrita, sem que isso as fizessem deixar de ser uma língua. Além disso, nosso primeiro contato com a língua materna, através do qual a aprendemos, é pela língua falada. Isso não significa que a linguagem escrita seja completamente irrelevante para o estudo lingüístico ou que ela seja completamente derivada da fala. Pelo contrário, ela tem suas especificidades, e uma das especificidades é a sua incapacidade de representar todas as **nuances** que são expressas pela linguagem falada. Com efeito, as convenções de pontuação e colocação de negritos e itálicos são uma tentativa de expressar algumas dessas nuances, como o *stress* (acento) e a entonação, sem, contudo, poderem captar toda a riqueza de nuances que podem ser encontradas na oralidade.

A gramática tradicional ocupava-se quase que exclusivamente com a linguagem literária, com a linguagem padrão, tendendo a desconsiderar ou a tomar por “incorreto” o uso mais informal ou coloquial, tanto na fala quanto na escrita. Isso se devia à ignorância do fato de que uma linguagem padrão não é outra coisa senão um dialeto regional ou social que veio a adquirir prestígio ², tornando-se instrumento da administração, educação ou literatura. Contudo, o que importa salientar aqui é que dialetos regionais e sociais de uma língua, como por exemplo, o português, não são “menos sistemáticos” que a língua padrão e não devem ser descritos como aproximações ou degenerações da língua padrão. Ou seja, dialetos e variações regionais são objetos dignos de estudo por parte da lingüística.

A gramática tradicional se desenvolveu com base no modelo de análise do grego e do latim, procedendo então à aplicação de seus resultados a outras línguas, sem quaisquer adaptações ou crítica prévia. Diante disso, um dos objetivos principais da

instintiva ou natural, Sapir recusa que se possa falar com propriedade em “órgãos da fala”, como se a língua, a laringe, os pulmões, etc., constituíssem um conjunto de órgãos biologicamente dispostos justamente com a finalidade de produzir a fala. Pelo contrário, de acordo com ele, ao desenvolverem culturalmente uma linguagem e sua expressão vocal, os seres humanos fazem um uso alternativo e não-natural de órgãos que foram dispostos pela natureza para cumprirem outras finalidades (cf. a esse respeito, sobretudo, pp. 3-13).

² Em alguns casos, como no assim chamado “Hochdeutsch”, ou seja, o alemão padrão, língua oficial ensinada nas escolas e usada pelos meios de comunicação e pela administração, não se trata de um dialeto regional que veio a se impor por razões econômicas ou sociais, mas, sim, do resultado de um processo de unificação artificial a partir de alguns dialetos.

lingüística contemporânea é o de produzir uma teoria gramatical que seja mais **geral** que a tradicional, uma teoria apropriada para a descrição de **todas** as línguas humanas, enquanto que a gramática tradicional, por simplesmente refletir a estrutura do grego e do latim, só era adequada para dar conta das línguas que são deles derivadas ou com eles aparentadas. Ora, como veremos, a lingüística desenvolvida por Chomsky, mais do que qualquer outra, busca vir ao encontro desse objetivo de oferecer uma teoria absolutamente **universal** da linguagem humana.

A lingüística contemporânea também se esforça por rejeitar e lançar em descrédito o preconceito teórico segundo o qual haveria uma diferença fundamental entre línguas “civilizadas” e “primitivas”³. Para começar, o vocabulário de uma língua não pode ser descrito como mais rico ou mais pobre do que o de outra. Com efeito, toda e qualquer língua possui um vocabulário suficientemente rico para expressar as distinções presentes em sua experiência de mundo, ou seja, as distinções que são relevantes para a sociedade correspondente. Em segundo lugar, também no que tange à estrutura gramatical, não há nenhuma diferença relevante entre línguas ditas primitivas e línguas ditas civilizadas. Pois as línguas ditas primitivas são tão sistemáticas e estruturadas quanto as ditas civilizadas. Na verdade, e esse é um fato que apresenta grande relevância no trabalho de Chomsky, as diferenças estruturais realmente constatadas entre as línguas humanas não podem ser correlacionadas com graus de desenvolvimento cultural dos povos correspondentes e não podem ser usadas para projetar uma teoria evolucionista da linguagem, que permitiria classificar as línguas particulares como estando mais próximas de sistemas de comunicação animal ou mais próximas das línguas ditas civilizadas. Pelo contrário, as línguas humanas, sem exceção, apresentam características que as distinguem completamente de sistemas de comunicação animal e nos fazem crer que são específicas da **nossa espécie**.

Assim sendo, de acordo com LYONS, (1975: 24), uma primeira característica apresentada pela linguagem humana é a da **dualidade de estrutura**. De fato, toda língua particular apresenta dois níveis de estrutura gramatical. Em primeiro lugar, a análise lingüística depara com o nível **sintático**, no qual frases são constituídas pela combinação de unidades dotadas de sentido, unidades que podemos chamar de **palavras**. Em segundo lugar, a análise depara com o nível **fonológico**, no qual frases são representadas como constituídas pela combinação de unidades não dotadas de

³ Cf., também a esse respeito, Sapir, op. cit., pp. 207-20.

sentido ou significado, mas que servem para identificar ou veicular as unidades dotadas de significado e sentido. Esse segundo nível é constituído pelos sons ou **fonemas**.

Dada a dualidade de estrutura presente em todas as línguas, podemos admitir que a descrição ou a “gramática”⁴ da linguagem consistirá de três elementos relacionados entre si, sendo elas, a sintaxe, a semântica e a fonologia. Assim, podemos admitir que haverá regularidades dando conta da combinação das palavras entre si, ou seja, regularidades ou regras sintáticas. Essas regras sintáticas especificam as condições que permitem distinguir entre frases bem formadas, tais como “Ele foi a Londres”, e, frases mal formadas, tais como “*Foi ele Londres a”⁵. A gramática contará também com uma parte dedicada à descrição do significado das palavras e das possibilidades de suas combinações formando frases completas. Essa parte, que podemos chamar de semântica, especificará as condições para distinguir combinações lexicais bem formadas, como, por exemplo, “O céu é azul”, de combinações, embora sintaticamente corretas, semanticamente mal formadas, como, por exemplo, “*A nota dó é azul”. E, por fim, haverá uma parte dedicada à descrição dos sons e das combinações possíveis dos sons, ou seja, a fonologia. A fonologia investigará as condições pelas quais distinguimos combinações possíveis de sons do português, por exemplo, “livro”, distinguindo de combinações impossíveis, como “*orvli”.

A segunda característica geral da linguagem humana é a criatividade ou a sua “abertura ao infinito”. Essa característica não diz respeito tanto à estrutura interna da linguagem, mas à **capacidade** de que são dotados os falantes e usuários nativos de uma língua, que lhes permite produzir e compreender um número indefinidamente extenso de frases que eles jamais ouviram antes e que talvez jamais tenham sido proferidas por alguém antes. E essa capacidade composicional de formar e de compreender novas frases é por eles exercida, normalmente, sem que precisem ter consciência disso, i.e. de uma maneira irrefletida. Ou seja, não há uma **consciência explícita** das regras gramaticais que presidem à composição das frases. Um ponto importante da argumentação de Chomsky é o de que esse domínio criativo da linguagem é uma característica única dos seres humanos, ele é específico da espécie. Sistemas de comunicação empregados por outras espécies não apresentam essa característica de

⁴ Deve-se notar que a palavra “gramática” está sendo usada aqui de modo a abranger a totalidade sistemática da linguagem, ou seja, tanto os níveis semântico e fonológico, quanto o nível sintático. E é exatamente nesse sentido que Chomsky emprega o termo.

⁵ Em lingüística, é uma prática usual antepor o símbolo (*) para designar seqüências de sons ou de palavras, que, de acordo com as regras dos níveis descritos mencionados, estão incorretamente combinados.

estarem “abertos ao infinito”. É verdade que, por exemplo, as abelhas são capazes de comunicar a distância entre a fonte do néctar e a colméia por meio da diferença de intensidade de seus movimentos corporais, onde o parâmetro da intensidade dos movimentos está sujeito a uma variação contínua e infinita (LYONS, 1975: 25). Também na linguagem humana está presente esse tipo de variação de intensidade no modo como podemos pronunciar uma palavra. Porém, a criatividade em questão, unicamente presente na linguagem humana, não diz respeito à possibilidade de variação contínua dos parâmetros de um sinal no sistema de comunicação, diz respeito antes às infinitas possibilidades de **combinação dos elementos discretos**, de acordo com regras que constituem o sistema. Como veremos, a criatividade assim concebida impõe desafios específicos para uma teoria psicológica da linguagem e da sua aquisição.

A crítica à gramática tradicional empreendida até aqui é neutra com relação às diversas concepções da lingüística que se desenvolveram na contemporaneidade, em particular, com relação ao estruturalismo, behaviorismo e à lingüística de Chomsky, que serão tematizados a seguir.

1.2. O estruturalismo e o behaviorismo

A lingüística de Chomsky surgiu e se desenvolveu como uma reação contra uma determinada escola de lingüistas, o estruturalismo americano, que não deve ser confundido com o estruturalismo europeu, principalmente com o estruturalismo ligado ao nome de Ferdinand de Saussure. Porém, ao desenvolver sua própria concepção sobre a lingüística, Chomsky veio também a se contrapor a uma escola muito influente na psicologia, a saber, o behaviorismo, cujos pressupostos teóricos eram compartilhados por Leonard Bloomfield, um dos mais importantes representantes do estruturalismo lingüístico norte-americano. Desse modo, a seguir, procederemos a uma breve exposição dos objetivos e métodos característicos do estruturalismo americano, assim como da influência que recebeu do behaviorismo, com vistas a fazer ressaltar melhor por contraste a novidade presente na proposta de Chomsky.

Historicamente falando, o estruturalismo norte-americano deve sua origem às investigações acerca das línguas indígenas norte-americanas, tais como podem ser encontradas no *Manual das Línguas Indígenas Americanas*, publicado em 1911, cuja

“Introdução” fora escrita pelo renomado antropólogo Franz Boas. Tendo por objetivo descrever o mais exaustivamente possível a estrutura das línguas indígenas do continente americano, que já àquela época estavam em vias de extinção, tornam-se imediatamente compreensíveis o caráter eminentemente prático e o sentido de urgência desses primeiros estudos. Com efeito, havia um sentido de urgência em catalogar, descrever e analisar as línguas indígenas que estavam se perdendo. E, em conformidade com o espírito de uma lingüística que se pretendia científica e autônoma, os lingüistas daquela época esforçavam-se por evitar a projeção de intuições subjetivas e pessoais, suas ou dos próprios falantes, e de categorias provenientes das línguas que lhes eram conhecidas ou familiares, sobretudo as do latim e grego, no estudo de línguas exóticas como as dos indígenas. Na verdade, o estudo das últimas feito com isenção de pressupostos teria mostrado que as categorias tradicionais não estão necessariamente presentes em todas as línguas ⁶ e, reciprocamente, que certas línguas fazem distinções que são desconhecidas pelas línguas tradicionais ⁷. Isso levou Boas a concluir que cada língua possuiria uma estrutura gramatical única e própria e que, por conseguinte, a tarefa do lingüista consistiria justamente em **descobrir as categorias descritivas apropriadas** a cada língua.

Assim, o estruturalismo tinha diante de si uma tarefa de cunho essencialmente descritivo, em cuja execução procurava-se evitar que houvesse interferências de conhecimentos prévios por parte do lingüista. Desse modo, um princípio heurístico fundamental para o estruturalismo consistia na recomendação de que as categorias gramaticais não fossem “impostas” aos dados, mas, sim, por assim dizer, “extraídas” dos dados. Ou seja, o estruturalismo norte-americano caracteriza-se fundamentalmente pelo **empirismo** e pela adoção de um procedimento **indutivo** radical, pois, nas palavras de Bloomfield, “as únicas generalizações úteis a respeito da linguagem são as de ordem indutiva” (*apud* ILARI, 2004: 78).

De acordo com isso, a etapa inicial da investigação lingüística deveria consistir na elaboração, com base na experiência, de **catálogos** os mais extensos possíveis de registros lingüísticos, ou seja, na elaboração de um *corpus* de sentenças ou de proferimentos da língua a ser estudada. O lingüista estruturalista colocava-se diante

⁶ Os dois exemplos de Boas citados por Lyons são: a distinção entre singular e plural não são obrigatórias na língua dos Kwakiutl, assim como a distinção verbal feita pelos Esquimós entre presente e passado (LYONS, 1975: 28).

⁷ Em oposição, algumas línguas Siouan classificam substantivos por meio de artigos, e distinções estritas são feitas entre objetos animados em movimento, em descanso, animados longos e objetos inanimados altos e coletivos (LYONS, 1975: 28).

desse *corpus* de proferimentos como constituidores de uma língua por ele desconhecida, um emaranhado de sons aparentemente desconexos, mas em cuja base haveria regularidades que deveriam ser descobertas. É importante salientar que os estruturalistas se debruçavam sobre um *corpus* de proferimentos de línguas nativas indígenas, como algo que lhes era desconhecido, e que, nesse processo de descobrimento das regras, o próprio falante nativo não era consultado, ou seja, suas intuições lingüísticas não eram levadas em conta. A intervenção do falante só ocorria no momento do fornecimento dos dados a serem estudados, ou seja, no proferimento de sentenças que constituíam o *corpus*. Essa postura teórica levou os estruturalistas a se empenharem no desenvolvimento de diferentes “procedimentos de descoberta” (*discovery procedures*). Independentemente das diferenças existentes nos procedimentos de descoberta então propostos, na busca do estabelecimento das regularidades gramaticais de uma língua, o primeiro passo consistia sempre na constituição do mencionado *corpus* de proferimentos, para, em seguida, por meio da aplicação de processos de generalização indutiva, proceder-se a uma redução daquele imenso *corpus* a uma “representação compacta” (ILARI, 2005: 78).

Como foi dito, o procedimento indutivo era amplamente utilizado pelos estruturalistas norte-americanos para descrever e catalogar as línguas indígenas americanas. De acordo com Roulet (*apud* SILVA, 1983: 21), eles se propunham a: (i) descrever a língua falada corrente de um indivíduo ou de uma comunidade; (ii) limitar o campo de descrição, desconsiderando o significado das expressões proferidas⁸ e levando em consideração somente o único aspecto objetivo, observável e verificável da língua: a sua forma; (iii) realizar essa descrição segundo um método rigoroso, sistemático e objetivo, permitindo extrair a gramática de uma língua quase que mecanicamente, a partir de um *corpus* de registros lingüísticos. Com essa atitude teórica e tendo tais objetivos, o estruturalismo norte-americano compreendia-se a si mesmo como o que ficou conhecido como uma **lingüística taxonômica**, como uma espécie de “botânica verbal”, visto que tinha por finalidade a mera categorização e classificação dos elementos e formas das línguas humanas.

De acordo com Searle⁹, enquanto o estruturalismo tinha como objeto de estudo o *corpus* lingüístico de uma língua em particular, com o objetivo de classificar os elementos do *corpus*, a gramática gerativa de Chomsky tem como objeto o

⁸ As razões pelas quais o significado das expressões era desconsiderado serão apresentadas a seguir.

⁹ In *Chomsky's Revolution in Linguistics*.

conhecimento que o falante possui sobre como produzir e compreender frases, ou seja, a sua **competência lingüística**. Em outras palavras, Chomsky argumenta que, uma vez que toda e qualquer língua contém um **número infinito** de frases que podem ser produzidas, qualquer *corpus*, ainda que contivesse tantas palavras quantas há em todos os livros publicados até o presente, representaria, mesmo assim, uma amostragem muito pequena de uma língua. Portanto, ao invés do objeto de estudo da lingüística ser um conjunto de frases arbitrariamente selecionadas, o objeto apropriado do estudo deverá ser antes o **conhecimento subjacente** do falante da língua e que constitui sua competência lingüística, permitindo que ele produza e compreenda frases nunca antes por ele ouvidas. Com isso, o objetivo da pesquisa deixa de ser uma mera classificação dos elementos através de conjuntos de operações sobre um *corpus* de proferimentos, e passa a ser uma elaboração de uma **teoria** que desse conta de um número infinito de frases de uma língua natural. Tal teoria deveria ser capaz de mostrar quais seqüências de palavras podem ser consideradas frases bem formadas e quais não, e proveria uma descrição da estrutura gramatical de cada frase. Tal descrição deverá ser capaz de evidenciar fatos tais como as relações gramaticais internas, as ambigüidades e a criatividade. Com base no que foi dito acima, é possível começar a compreender por que Chomsky alega que não são definidos os limites entre a lingüística e a psicologia, quando se trata do estudo dessa capacidade que é competência lingüística do falante.

Os métodos estruturalistas de classificação não podem dar conta de explicar as relações internas das frases ou as relações que diferentes frases têm uma com a outra. O que verificamos nas assim chamadas teorias gramaticais é uma imensa quantidade de dados, associados às numerosas regras *ad hoc*, mais ou menos artificiais, que não nos oferecem compreensão da estrutura interna e do funcionamento interno da língua. As regras apenas espelham a estrutura superficial de uma gramática, mas não a sua **estrutura profunda**. Em inglês, por exemplo, são bem conhecidos os exemplos freqüentemente aduzidos por Chomsky para ilustrar isso, a saber ¹⁰, a frase: “*John is easy to please*” (“João é fácil de agradar”), e a frase: “*John is eager to please*” (“João está ansioso por agradar”). De acordo com a gramática tradicional que aprendemos na escola, as duas frases são idênticas quanto à sua estrutura superficial. Cada frase apresenta a seguinte seqüência: substantivo – verbo auxiliar – adjetivo – verbo no modo

¹⁰ Forneceremos a tradução de cada uma das frases, mas vale lembrar que devemos prestar atenção à sintaxe das frases em inglês, pois, quando as traduzimos para o português, perdemos diferenças estruturais.

infinitivo. Porém, a despeito dessa similaridade estrutural superficial, as duas frases são sintaticamente bem diferentes. No caso de (1) “*John*” funciona como o objeto direto do verbo “*to please*”, e a o significado da frase é que é fácil agradar a *John*. Em contrapartida, na frase (2) “*John*” funciona como sujeito do verbo “*to please*”, e com ela se quer dizer que *John* está ansioso por agradar alguém ¹¹.

Outro aspecto que o estruturalismo norte-americano também não consegue explicar diz respeito à existência de certos tipos de frases ambíguas, onde a ambigüidade não se deve às palavras que compõem as frases, mas à própria estrutura sintática das frases. Mais uma vez, faremos uso de dois exemplos já clássicos para explicar esse caso. Consideremos as frases (1) “*I like her cooking*” (“Eu gosto dela cozinhando”) e (2) “*The shooting of the hunters is terrible*” (“A matança dos caçadores é terrível”). Ora, no primeiro caso, tanto em português quanto em inglês, encontramos as mesmas ambigüidades. Podemos interpretar a frase (1) obtendo com ela os seguintes significados: que eu gosto do que ela cozinha; que eu gosto do modo como ela cozinha; que eu gosto do fato de que ela cozinha; e, até mesmo, o que é tanto quanto sinistro, que gosto do fato de que ela está sendo cozida. Já em (2), teríamos que optar por uma tradução de “*shooting*”. De acordo com o dicionário *Collins Cobuild*, esse substantivo pode significar tanto uma ocasião onde alguém é morto com uma arma de fogo, quanto a caçada de animais com armas de fogo, como parte de uma prática esportiva. Em português, por sua vez, “matança” indica uma prática criminosa de matar alguém, e “caçada” uma prática esportiva ou a busca por alguém a fim de matá-lo (se optássemos simplesmente por “tiroteio”, teríamos o sentido apenas de que os caçadores praticam o ato de atirar, eliminando assim a ambigüidade). Portanto, optamos por interpretar o substantivo “*shooting*” por matança ou caçada, e desta maneira, encontramos a mesma ambigüidade que é observada em inglês. Assim aquela frase pode significar, dentre outras coisas, que é terrível o fato de que os caçadores estejam sendo mortos; que é terrível o modo como os caçadores estão sendo mortos; ou mesmo que os caçadores matam de forma terrível. Uma outra possibilidade de significado para essa frase no inglês, que não ocorre no português, é que os caçadores são péssimos atiradores, se interpretarmos “*shooting*” como designando o ato de atirar.

De acordo com SEARLE (1974: 5), tais frases sintaticamente ambíguas constituem um teste crucial para qualquer teoria sintática. É importante acentuar que as

¹¹ Em português as diferenças não são claras nesses casos devido ao uso das preposições “de” e “por”.

frases consideradas acima não são, de maneira nenhuma, frases complexas ou rebuscadas. Qualquer falante nativo de uma ou da outra língua iria facilmente compreender os diferentes significados possíveis inerentes a elas. O que não é tarefa fácil é dar conta, teoricamente, da possibilidade desses diferentes significados. Pois o significado de qualquer frase é determinado pelos significados das palavras componentes (ou morfemas) e por sua organização sintática. Como dar conta de explicar esses casos, onde não há palavras ambíguas, mas significados tão distintos? Os lingüistas estruturalistas nem sequer tomam conhecimento de tais casos, eles, simplesmente, os ignoram. Por levar em conta tais casos, Chomsky veio a afirmar que as estruturas aparentes dessas frases, na verdade, ocultam diferentes estruturas subjacentes e que, portanto, essas frases contêm várias estruturas sintáticas diferentes. Foram essas considerações que o levaram a introduzir a distinção entre estruturas superficiais e profundas das frases.

Em contraposição ao tipo de descrição estruturalista, para Chomsky, a descrição de uma língua natural tem de se caracterizar por uma teoria formal **dedutiva**, a qual conteria um conjunto de regras gramaticais que permitem gerar um conjunto infinito de frases possíveis numa língua, não permitindo gerar nenhuma frase que não fosse gramatical, e proveria uma descrição da estrutura gramatical de cada frase. Com isso, o método de pesquisa também passa por alterações. Uma vez que a concepção do *corpus* como objeto de estudo é rejeitada, a noção de procedimentos mecânicos para descobrir verdades lingüísticas também é abandonada. Aliás, a esse respeito, Chomsky argumenta que não existe nenhuma ciência que utilize semelhante procedimento mecânico para descobrir verdades. Em lugar disso, o cientista formula hipóteses e as testa em face das evidências empíricas. Do mesmo modo, o lingüista também deverá tecer hipóteses sobre os fatos lingüísticos e testá-las em face das evidências fornecidas por um falante nativo da língua. Portanto, o lingüista dispõe de um procedimento para avaliar hipóteses rivais, mas não de um procedimento para descobrir teorias verdadeiras por um simples processamento mecânico das evidências.

Conforme SEARLE (1974: 7), ao acentuar que o lingüista deveria evitar projetar seu conhecimento prévio da gramática ou mesmo suas intuições pessoais no estudo das línguas ainda não conhecidas, Bloomfield era motivado não somente por aquele princípio geral do estruturalismo, mas também pela influência do behaviorismo. Com efeito, as intuições pessoais e subjetivas do lingüista deveriam ser postas de lado, do mesmo modo que tudo que fosse da ordem do mental ou do psicológico deveria ser

posto de fora de uma psicologia encarada como ciência de fatos realmente observáveis – que é exatamente o programa do behaviorismo. A influência do behaviorismo marcou decisivamente a lingüística estrutural americana, sobretudo no que tange à tendência a considerar a semântica como não fazendo parte da lingüística propriamente dita.

Bloomfield, a figura mais proeminente do estruturalismo norte-americano, tomava o paradigma do que deveria contar como “científico” emprestado ao behaviorismo, que, por sua vez, tomara-o emprestado às ciências naturais. De acordo com isso, impôs-se para a psicologia, como também para a lingüística nela inspirada, uma rejeição deliberada de quaisquer dados que não fossem observáveis ou susceptíveis de mensuração físico-matemática. Pois, segundo J. B. Watson (*apud* LYONS: 1975: 30), fundador do behaviorismo, a psicologia, etimologicamente falando, a “ciência da psiquê ou da alma”, poderia muito bem passar sem a postulação da existência de entidades não-físicas e não empiricamente observáveis, como a “mente” ou a “alma”, para dar conta de atividades e capacidades supostamente metafísicas, como a razão ou o mental em geral. Para dar conta dessas atividades, seria suficiente e cientificamente adequado concentrar a atenção naqueles aspectos dessas atividades e capacidades que são unicamente acessíveis à observação, a saber, a sua **manifestação comportamental**.

Como é bem conhecido, segundo o behaviorismo, o comportamento de qualquer organismo, desde os menos desenvolvidos até o ser humano, deveria e poderia ser completamente descrito e explicado nos termos de **reações a estímulos**, sejam internos ou externos, produzidos, em última análise, pelas características do meio ambiente. O behaviorismo supunha também ser possível dar conta satisfatoriamente de processos de reação a estímulos artificialmente induzidos num organismo, como no célebre exemplo do “cão de Pavlov”, tendo por base exatamente aquelas leis que regem todo o mundo físico, indistintamente, a saber, as leis da física ou da química.

Esquemáticamente, o behaviorismo está comprometido com as seguintes suposições: (i) a psicologia é a ciência do comportamento, não é uma ciência da “mente” ou da “alma”; (ii) o comportamento pode ser descrito e explicado sem referência a eventos mentais ou processos psicológicos internos, pois as fontes decisivas para o comportamento são externas, i.e. provenientes do meio ambiente, e não internas, ou seja, nem provêm da “mente”, nem do próprio sistema neurofisiológico; (iii) se, durante o curso de desenvolvimento de uma teoria na psicologia, os termos ou conceitos mentais surgirem para descrever ou explicar o comportamento, então: (a) esses termos ou conceitos devem ser eliminados e substituídos por termos e conceitos

comportamentais; ou (b) eles devem ser traduzidos ou, pelo menos, parafraseados em termos de conceitos comportamentais.

Segundo JACOBSEN (1977: 1), a característica central do behaviorismo pode ser condensada na tese de que todo aspecto do comportamento humano pode ser explicado através de estímulos que geram respostas. Apenas os estímulos à resposta condicionada deveriam ser considerados em uma investigação empírica precisa e, portanto, redutível à observação dos dados. Ora, influenciado por tais princípios, o estruturalismo encarava os atos de fala como nada além de uma dentre as numerosas formas de comportamento pública e diretamente observável, características dos seres humanos, ao passo que o pensamento, encarado como um processo interno inacessível à observação objetiva, era reduzido tão somente à fala inaudível. Assim, Bloomfield passa a considerar a linguagem sob esta ótica, rejeitando todos os dados que não fossem diretamente observáveis ou fisicamente mensuráveis. Essa tendência materialista e mecanicista, quando voltada para a abordagem da linguagem, transparece no famoso esquema estímulo-resposta:

S.....r
s.....R
S = qualquer estímulo externo
r = fala/resposta do emissor
s = estímulo lingüístico no receptor
R = resposta do receptor

Segundo esse esquema, um estímulo (S), um acontecimento ou evento real físico no mundo, pode ser mediado pelo discurso, pela fala, sendo, portanto, substituído por um movimento vocal (r), por parte do emissor. Este movimento vocal produz uma vibração no tímpano do receptor, levando, por sua vez, à produção de um estímulo lingüístico no receptor (s), que, por fim, traduz-se numa resposta prática (R), por parte do receptor.

Assim, um ato de fala, como um todo, é concebido como uma mediação entre um estímulo que parte de um organismo e uma reação por parte de outro organismo. Ou seja, os atos de fala são concebidos como reações lingüísticas **substitutadas** de estímulos, que, por sua vez, atuam como estímulos lingüísticos substitutos num ouvinte, resultando numa resposta de sua parte (na representação esquemática acima: $S \rightarrow r \dots s \rightarrow R$). Em suma, os atos de fala ou os proferimentos são concebidos como um dentre os diferentes aspectos do comportamento humano, e a totalidade de proferimentos que podem ser

feitas em uma comunidade constitui a língua daquela comunidade (cf. BLOOMFIELD, 1926: 155, *apud* JACKOBSEN).

Para ilustrar essa concepção behaviorista dos atos de fala (LYONS, 1975: 32), Bloomfield faz uma paródia de uma cantiga infantil, muito conhecida por falantes da língua inglesa, nos termos do esquema behaviorista acima exposto. Desse modo, suponhamos que Jack e Jill estejam caminhando por uma rua. Jill está com fome, ou melhor, alguns de seus músculos estão se contraindo e alguns fluidos estão sendo secretados em seu organismo, especialmente em seu estômago. Ela vê uma maçã em uma árvore, ou melhor, ondas de luz refletidas pela maçã alcançam sua retina constituindo estímulos. A reação mais espontânea por parte de Jill diante desse estímulo seria a de escalar a árvore e pegar por si mesma a maçã. Em lugar disso, ela produz uma reação substituta, ou seja, ruídos na forma de uma seqüência determinada de sons através de sua laringe, língua e lábios. Isso opera como um estímulo substituto sobre Jack, fazendo com que ele aja como se ele próprio estivesse naquele estado fisiológico, a saber, com fome. Assim, Jack pula a cerca, sobe na árvore, pega a maçã, leva-a até Jill, que come a maçã.

Deve-se notar que a influência do behaviorismo sobre Bloomfield e, por extensão, sobre o estruturalismo norte-americano, diz respeito, sobretudo, a dois pontos: i) à concepção do que deve contar como científico, a saber, o comportamento lingüístico objetivamente observável, e, em estreita conexão com isso, ii) à concepção do sentido e significado das palavras, ou seja, do lugar da semântica no interior da lingüística encarada como ciência. Com efeito, o compromisso com o behaviorismo não acarretou efeitos notáveis sobre sua concepção da sintaxe e da fonologia. Em contrapartida, o ponto de vista behaviorista foi decisivo em sua concepção do significado. Pois Bloomfield sustentava que a dimensão do significado, pelo menos como era usualmente concebida, ou seja, como uma espécie de entidade mental e componente da subjetividade e psicologia individual, não seria adequada para um estudo científico e deveria ser posta de lado, juntamente com as intuições pessoais do falante e do próprio lingüista, como dissemos acima ¹².

¹² Na verdade, Bloomfield era reconhecidamente pessimista com relação ao desenvolvimento de uma semântica, dado que uma precisa e completa definição do significado das palavras pressuporiam uma completa descrição “científica” dos objetos, estados e processos no mundo físico, que, em última análise, constituiriam os verdadeiros referentes das palavras, as quais não passariam de meros substitutos desses processos. Ou seja, ao fim e ao cabo, uma semântica completa pressuporia uma ciência física completa, o que, paradoxalmente, parece significar que a semântica não seria parte da lingüística propriamente dita.

Muitos lingüistas puseram em prática o programa de pesquisa estruturalista. Porém, consideramos conveniente destacar aqui o trabalho de Zellig Harris, que toma “ao pé da letra a idéia de que a análise da língua não deve contar com qualquer informação prévia e evita, por isso, considerar o sentido [i.e. o significado]” (ILARI, 2004:78), e que influenciou decisivamente Chomsky, no início de suas pesquisas. De acordo com Harris, quando se inicia uma análise, o lingüista reúne um *corpus* de registros de proferimentos lingüísticos o mais amplo possível. Diante desse conjunto de registros, seu primeiro problema é o de “segmentar o corpus, isto é, transformar o que ouve no gravador em seqüências de unidades discretas” (ILARI, 2004: 79). Para podermos explicar melhor como, segundo essa concepção, um lingüista procederia ao descrever uma língua, seguiremos a exposição feita por SEARLE (1974: 3). Assim, o lingüista deve coletar os “dados”, vale dizer, ele deve registrar, através de gravação ou de transcrição fonética, um grande número de proferimentos da língua a ser estudada. Esse *corpus* da língua constitui seu objeto de estudo. Em seguida, ele busca classificar os elementos do *corpus* de acordo com diferentes níveis lingüísticos. Primeiro, ele classifica as menores unidades de sons relevantes, os fonemas. Em seguida, no próximo nível, os fonemas são combinados em unidades minimamente dotadas de significado, os morfemas. Depois disso, num nível mais elevado, esses morfemas são combinados para formar palavras, tais como locuções nominais e verbais. Por fim, no nível mais elevado de todos, o lingüista encontra as seqüências de palavras, as locuções possíveis.

Desse modo, o objetivo da lingüística, segundo essa concepção, seria o de fornecer ao lingüista um conjunto de métodos rigorosos, a saber, um conjunto de procedimentos de descoberta, a partir dos quais seria possível extrair de um *corpus* os fonemas, morfemas, e assim por diante. Não havia lugar para o estudo do significado dessas frases ou até mesmo dos usos dos falantes da língua, e mesmo a identificação das unidades lingüísticas teria de ser feita sem recurso ao significado, visto que o significado, entendido enquanto padrão de estímulo-resposta, seria objeto da psicologia. Pois, concebidos como “entidades mentais misteriosas, [estariam] totalmente fora do alcance da ciência rigorosa ou, ainda pior, eles poderiam envolver todo o conhecimento de mundo do falante e, portanto, ir muito além do escopo de um estudo restrito apenas a fatos lingüísticos” (SEARLE, 1974: 3). Searle acrescenta ainda que “a lingüística estrutural, com sua insistência em métodos objetivos de verificação e técnicas de descobrimento precisamente específicas, com a recusa em permitir qualquer menção ao

significado ou às entidades mentais ou características inobserváveis, deriva da abordagem do estudo do homem das ‘ciências behavioristas’” (SEARLE, 1974: 4).

Ainda no que tange ao delicado problema do lugar da semântica na lingüística, deve-se notar, como afirma Lyons, que “o próprio Bloomfield nunca sugeriu que fosse possível descrever a sintaxe e a fonologia de uma língua em total ignorância dos significados (...) [Porém] considerações semânticas... não deveriam estar de modo algum envolvidas na especificação das regras ou princípios que regulam as combinações possíveis [entre as unidades lingüísticas]” (LYONS, 1975: 34). Ou seja, a lingüística deve expor a gramática de uma língua na medida em que se constitui como uma ciência puramente **formal** e estrutural, independente da semântica.

Ora, o próprio Chomsky fora um dos alunos de Harris e, mais tarde, seu amigo e até colaborador. Eis por que as primeiras publicações de Chomsky eram muito similares no que diz respeito ao espírito investigativo de Harris. Mas, em 1957, com a publicação de *Syntactic Structures* (doravante *SyS*), a primeira obra de Chomsky, ele se afasta desse modo de investigação, isto é, do procedimento de descoberta adotado por Harris e por outros bloomfieldianos. No entanto, ele ainda continuaria sustentando que a fonologia e a sintaxe de uma língua deveriam ser descritas como um sistema puramente formal, sem referência a considerações semânticas. A língua seria um instrumento para a expressão de significado, ou seja, seria possível e desejável descrever o instrumento, num primeiro momento, sem recorrer ao conhecimento por parte do indivíduo do uso que ele faz desse instrumento, ou seja, da língua.

1.3. Chomsky em transição

Ao tempo em que trabalhava com Harris, Chomsky procurava utilizar os métodos convencionais da lingüística estruturalista para estudar a sintaxe, percebendo logo, porém, que esses métodos, aparentemente adequados para o estudo dos fonemas e morfemas, não funcionavam muito bem no estudo de sentenças ou frases. Com efeito, cada língua possui um número finito de fonemas e também um número finito, embora extenso, de morfemas, de modo que é plausível tentar obter uma lista de ambos. Porém, não é plausível tentar obter uma lista de frases possíveis em uma língua, pois em virtude

do número potencialmente infinito de frases que podem ser produzidas, não há um limite para as possibilidades de produção de frases novas e, para cada frase dada, não importa quão longa ela seja, sempre é possível produzir uma ainda mais longa. No âmbito das pressuposições estruturalistas, não é fácil dar conta do fato de que as línguas se constituem de um número infinito de frases.

A concepção geral da teoria lingüística de Chomsky, tal como apresentada em *SyS*, é, sob vários aspectos, praticamente a mesma defendida pelos estruturalistas, em geral, e por Zellig Harris, em particular. Porém, em *SyS*, já estavam implicitamente presentes críticas a esse método de análise, as quais, rapidamente, passariam a ser explícitas. É importante ressaltar que, durante esse período inicial da produção de Chomsky, não há ainda alusão alguma ao racionalismo, característica tão marcante no seu trabalho posterior, sobretudo no que diz respeito à introdução e defesa da hipótese inatista, que nos interessa particularmente nesse trabalho. Na verdade, referências feitas a filósofos empiristas, como Goodman e Quine, poderiam até sugerir que ele, no início de sua carreira, compartilhava os mesmos pontos de vista. Como quer que seja, é certo que, naquela altura do desenvolvimento de seu trabalho, Chomsky ainda estava longe de empreender uma discussão geral sobre as implicações psicológicas e filosóficas contidas em sua concepção de gramática. Ora, tendo por objetivo justamente tematizar essas implicações psicológicas e filosóficas, temos de começar por estabelecer as teses gerais constitutivas de sua concepção de gramática. Assim, no que se segue, passaremos a discutir aspectos importantes do que ficou conhecido como gramática gerativa proposta por Chomsky. Subseqüentemente, discutiremos as principais mudanças que ocorreram no modelo geral da gramática gerativa entre as obras *SyS* e *Aspects of the Theory of Syntax* (doravante *Aspects*).

1.4. A primeira gramática de Chomsky

Em *Sys*, Chomsky procede, inicialmente, a uma crítica de alguns modelos de análise mais difundidos na lingüística de seu tempo, no sentido de chegar a especificar aquele que satisfaria os requisitos de uma efetiva teoria sintática. De saída, empreende uma crítica a Markov, um matemático russo que pretendia criar um mecanismo capaz de

produzir frases, a partir de um conjunto finito de diferentes estados internos ao próprio mecanismo, de modo que, na medida em que essa máquina fosse alternando entre um estado e outro, iria produzir um determinado símbolo ou palavra. A idéia subjacente ao projeto é a de que a máquina partiria de um estado inicial, passando por uma seqüência de estados, até chegar ao estado final, no qual ela teria produzido o que chamamos de frase. Uma língua qualquer produzida por tal máquina seria chamada de língua de estado finito (*finite state language*), e a gramática com base na qual essa língua teria sido produzida seria chamada de gramática de estado finito (*finite state grammar*). As idealizadas máquinas capazes de produzir semelhantes línguas são conhecidas, matematicamente, como processos de estados finitos de Markov (*finite state Markov processes*).

Diante dessa proposta, Chomsky observa que, se pretendêssemos adotar esse modelo para explicar uma língua, poderíamos considerar um falante como sendo, essencialmente, uma máquina desse tipo. Entretanto, afirma Chomsky, as línguas naturais, tais como “o inglês [português, italiano, alemão, etc.] não são línguas de estado finito”, sendo assim impossível construir um mecanismo, como o proposto por Markov, capaz de produzir **todas as frases gramaticais** do inglês, e **somente elas**,¹³ (e, de resto, as de qualquer outra língua natural). Diante disso, Chomsky conclui que o tipo de gramática necessária para gerar todas as seqüências de palavras que constituem as frases gramaticais do inglês, e somente essas, não pode ser aquela que regularia o mecanismo proposto por Markov. Desse modo, prossegue Chomsky,

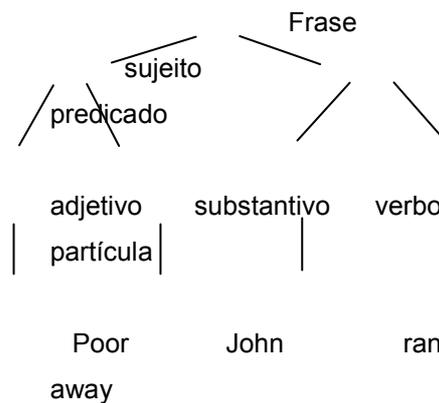
(...) parece bastante claro que nenhuma teoria da estrutura lingüística baseada exclusivamente nos modelos de processos de Markov e em similares será capaz de explicar ou dar conta da habilidade que um falante do inglês tem de produzir e compreender novos proferimentos, no mesmo passo em que rejeita outras novas seqüências como não sendo pertencentes à língua¹⁴ (CHOMSKY, 1957:23).

Uma vez rejeitada a concepção do processo de produção de linguagem proposto por Markov (CRYSTAL, 1978: 203), Chomsky passa a considerar se o outro modelo de análise dominante na época, a saber, a

¹³ No original, “all and only”.

¹⁴ (...) it seems quite clear that no theory of linguistic structure based exclusively on Markov process models and the like, will be able to explain or account for the ability of a speaker of English to produce and understand new utterances, while he rejects other new sequences as not belonging to the language.

análise de constituintes imediatos (*IC analysis*)¹⁵, poderia fornecer um meio eficaz de dar conta da linguagem. Em conformidade com esse modelo, Bloomfield, parte, por exemplo, da frase: *Poor John ran away*¹⁶, para ilustrar de que modo é possível dividi-la, inicialmente, em dois constituintes imediatos, a saber, *Poor John* e *ran away*. Esses elementos constituintes são, por sua vez, analisáveis em outros constituintes mais elementares, a saber, *poor* e *John*, *ran* e *away*. Essa análise procura evidenciar que, diferentemente do modelo proposto por Markov, a frase em questão não se constitui como uma mera seqüência ou ‘*string*’ dos elementos sucessivos *Poor + John + ran + away*. Trata-se antes de uma estrutura baseada em **camadas**, em ‘*layers*’ de constituintes, e é por essa razão que não podemos seccionar arbitrariamente os elementos da frase, dividindo-a, por exemplo, em *poor + John ran + away*. Podemos ilustrar a divisão correta mediante o diagrama abaixo.



O diagrama ilustra onde é possível inserir cada ponto de corte, ou seja, cada ‘*node*’, e este último, por sua vez, recebe um rótulo ou ‘*label*’ de identificação correspondente, tornando a análise mais clara e fácil de ser visualizada.

Apesar desse modelo de análise apresentar vantagens consideráveis em comparação com o anterior, Chomsky chega à conclusão de que a análise dos constituintes imediatos também é totalmente inadequada. Segundo Chomsky, uma

¹⁵ O termo foi introduzido por Bloomfield (*apud* Crystal, 1978: 203).

¹⁶ Pobre João foi embora. Como se trata de um exemplo especial, manteremos em inglês.

genuína teoria da linguagem humana tem de satisfazer a duas condições: de um lado, a condição da adequação descritiva, de outro lado, a condição da adequação explanatória. A condição de adequação descritiva “vigora para a gramática de uma língua em particular; a gramática satisfaz a essa condição na medida em que dá uma explicação completa e exata das propriedades da língua, daquilo que o falante da língua sabe” (CHOMSKY, 1998: 24). Sendo assim, podemos então dizer que há dois modos de justificar a gramática gerativa. Em um nível, no da adequação descritiva, a gramática é justificada na medida em que ela descreve corretamente o seu objeto, a saber, a intuição lingüística – a competência tácita – do falante nativo. Nesses termos, a gramática é justificada em termos externos, na medida em que corresponde aos fatos lingüísticos. Mas, em um nível mais profundo, e muito mais complexo, temos o nível da adequação explanatória. Nesse nível, a gramática é justificada na medida em que se apresenta como um sistema descritivamente adequado aos dados lingüísticos primários, com os quais é compatível. Nesse sentido, a gramática é internamente justificada em sua relação com a teoria lingüística, da qual constitui uma hipótese explanatória sobre a forma da linguagem como tal. Como afirma Chomsky, em *Aspects*:

(...) existem dois sentidos em que é possível falar de ‘justificar uma gramática’. Num nível (o da adequação descritiva), a gramática é justificada na medida em que descreve corretamente seu objeto, isto é, a intuição lingüística — a competência tácita — do falante nativo. Nesse sentido, a gramática é justificada por razões *externas*, de correspondência com o fato lingüístico. Num nível muito mais profundo e, portanto, mais raramente atingível (o da adequação explanatória) uma gramática é justificada na medida em que constitui um sistema *normativo* descritivamente adequado, pelo fato de que a teoria lingüística com a qual se acha associado selecionar esta gramática dentre outras, colocados certos dados lingüísticos iniciais com os quais todas [as gramáticas possíveis] são compatíveis. Neste sentido, acha-se a gramática justificada por razões *internas*, por sua relação para com uma teoria lingüística que constitui uma hipótese explanatória acerca da forma da linguagem enquanto tal. O problema da justificação interna — ou adequação explanatória — é essencialmente o problema de construir uma teoria da aquisição da linguagem, uma análise das habilidades inatas específicas que torna tal proeza possível (CHOMSKY, 1965: 19-20).

Se o lingüista levar todos esses fatos em consideração, ele compreenderá que não basta elaborar uma teoria que explique uma língua em particular, pois, para todas as outras línguas, seriam necessárias outras teorias totalmente distintas sobre a gramática. Como proceder para atingir o objetivo de explicar todas as línguas naturais humanas respondendo às perguntas e aos inegáveis fatos concernentes à aquisição da linguagem

na mais tenra infância? Qual descrição da gramática seria adequada para dar conta do fenômeno da aquisição da linguagem? Segundo Chomsky, para dar conta das línguas,

(...) uma gramática pode ser considerada como uma teoria da linguagem; ela é descritivamente adequada na medida em que descreve corretamente a competência intrínseca do falante nativo idealizado. As descrições estruturais assinaladas às frases pela gramática, as distinções que ela faz entre as frases bem-formadas e as desviantes, etc., deve, no que tange à adequação descritiva, corresponder às intuições lingüísticas do falante nativo (quer ele esteja imediatamente consciente disso ou não) em uma classe substancial e significativa de casos decisivos ¹⁷ (CHOMSKY, 1965: 24).

Quanto ao problema da adequação descritiva, Chomsky sustenta que as intuições dos falantes, ou seja, a sua representação mental da gramática da língua que falam, e não as frases em si, constituem o verdadeiro objeto de descrição e, por assim dizer, a pedra de toque da correção da teoria apresentada pelo lingüista. Pois, pode bem ocorrer que duas gramáticas apresentadas por lingüistas se mostrem adequadas, do ponto de vista dos dados **observados**, à mesma série de frases de uma língua. Contudo, do ponto de vista **descritivo**, será mais adequada aquela que vier ao encontro das intuições dos falantes, ou seja, aquela em que os falantes se reconhecerem, ou melhor, **reconhecerem como regulando** seus próprios proferimentos e os de seus pares.

A outra condição que a teoria sobre a linguagem deve satisfazer é a condição de adequação explicativa. Segundo Chomsky, as teorias lingüísticas, e não as gramáticas específicas, são adequadamente explicativas no sentido em que Chomsky entende a exigência de adequação explanatória. Isso porque somente elas se ocupam com os princípios de seleção da gramática descritivamente apropriada aos dados lingüísticos e, assim, abrem espaço para a tentativa de resolver o problema de explicar como uma criança pode adquirir um língua natural particular.

Com relação ao critério de adequação de uma análise lingüística, Chomsky afirma que, de um lado, “a prova mais forte da inadequação de uma teoria lingüística está em mostrar que ela, literalmente, não pode se aplicar a uma língua natural” e, de outro lado, que “a mais fraca, ainda que perfeitamente suficiente, demonstração da inadequação da teoria

¹⁷ A grammar can be regarded as a theory of a language; it is descriptively adequate to the extent that it correctly describes the intrinsic competence of the idealized native speaker. The structural descriptions assigned to the sentences by the grammar, the distinctions that it makes between well-formed and deviant, and so on, must for descriptive adequacy, correspond to the linguistic intuition of the native speaker (whether or not he may be immediately aware of this) in a substantial and significant class of crucial cases.

está no fato dela poder ser aplicada apenas de um modo desajeitado”.

Assim, uma prova da inadequação de uma análise está em

(...) mostrar que qualquer gramática que pode ser construída em termos dessa teoria será extremamente complexa, *ad hoc* [ou seja, estará sempre formulando novas regras para descrever casos particulares e inesperados, não dando margem a qualquer generalização] e “não reveladora”; que modos muito simples de descrever frases gramaticais não podem ser acomodados no interior de formas de gramática associadas, e que certas propriedades formais fundamentais da linguagem natural não podem ser utilizadas para simplificar as gramáticas¹⁸ (CHOMSKY, 1957: 34).

Ao criticar o modelo de Markov e o modelo dos constituintes imediatos da lingüística estrutural, que descrevem somente as frases realizadas e não podem dar conta da potencialidade da língua, Chomsky propõe uma abordagem da gramática em termos gerativos como aquela capaz de gerar todas as frases gramaticais da linguagem, ou seja, principalmente os proferimentos potencialmente realizáveis em conformidade com a gramática. De acordo com Chomsky, esse desiderato pode ser adequadamente alcançado por meio de uma formalização da gramática inspirada no modelo de precisão característico da descrição matemática. Aliás, como observa John Lyons, “a contribuição mais original e, provavelmente, a mais permanente feita por Chomsky para a lingüística está no rigor e precisão matemática com os quais ele formalizou as propriedades de sistemas alternativos de descrição gramatical” (LYONS, 1970: 42). Entretanto, deve-se rejeitar já nesta altura a interpretação errônea segundo a qual, pelo fato de operar com sistemas de regras inspirado em algoritmos, de acordo com o modelo matemático, Chomsky teria por objetivo último chegar a uma axiomatização da lingüística. Os seus sistemas de regras devem ser antes compreendidos em analogia com a teoria das funções recursivas. Voltaremos a essas questões, de uma maneira mais detalhada, mais à frente.

¹⁸ (...) to show that any grammar that can be constructed in terms of this theory will be extremely complex, ad hoc, and “unrevealing”, that certain very simple ways of describing grammatical sentences cannot be accommodated within the associated forms of grammar, and that certain fundamental formal properties of natural language cannot be utilized to simplify grammars.

A proposta, assim como a originalidade, da gramática gerativa, em contraposição ao estruturalismo, é a de poder dar conta da **totalidade de proferimentos** de uma língua em conformidade com a gramática, onde por “totalidade” compreende-se, sobretudo, os proferimentos potencialmente realizáveis, e **não** tanto o *corpus* de proferimentos efetivamente realizados e registrados pelo lingüista. Com efeito, para explicar os proferimentos como estando em conformidade com a gramática, o lingüista precisa ir além do conjunto dos proferimentos constatados e projetá-los sobre o pano de fundo de uma série infinitamente extensa de proferimentos virtualmente executáveis. Ou seja, em contraposição aos pressupostos do estruturalismo, o que constitui uma língua não é um conjunto, por maior que seja, de proferimentos realizados, mas, sobretudo, a série dos que podem ser proferidos de acordo com as regras. Eis por que Chomsky sustenta que a tarefa do lingüista consiste na descrição das regras gramaticais que permitem gerar todas as frases de uma língua.

Entretanto, ainda não é suficientemente preciso afirmar que uma gramática deve poder gerar todas as frases em uma língua. O correto é dizer que uma gramática deve poder gerar todas as possíveis combinações de um conjunto de palavras, ou seja, de frases, de uma língua L, mais exatamente, as combinações que um falante nativo da língua estará disposto a aceitar como possíveis naquela língua L. Portanto, é preciso introduzir uma restrição no sentido de especificar que o “output” da gramática **deve** ser apenas um conjunto de frases sintaticamente bem-formadas e gramaticais em L ¹⁹. Eis por que afirmamos acima que cabe à gramática fornecer um dispositivo que permita gerar **todas** as frases gramaticais, e **somente** elas, no interior de uma língua.

Segundo CRYSTAL (1978: 222), a ênfase na cláusula de que **somente** frases gramaticais da língua devem ser explicadas pela gramática visa a acentuar que somente as frases que podem ser intuitivamente aceitas pelo falante nativo contam como bem formadas. Uma gramática tomada nesse sentido não se ocupa propriamente com a estrutura de frases não-gramaticais. Isso pode parecer óbvio, mas não o é. Pois, seria perfeitamente possível desenvolver uma gramática que nos diria quais são todas as

¹⁹ Conforme Jacobsen, o termo “gramatical” significa “sintaticamente bem-formado”. Esse é o significado original de “gramatical” no interior da gramática gerativa. Desde o início, a semântica não foi incorporada na teoria. Uma vez que a semântica venha a ser incorporada, o domínio do conceito do que conta como bem formado deverá ser ampliado. A linha divisória entre sintaxe e semântica e, portanto, entre boa-formação gramatical e semântica, não é muito bem distinta. O exemplo de frase aduzido por Chomsky “colorless green ideas sleep furiously”, i.e., “idéias verdes sem cor dormem furiosamente”, pode ser caracterizado tanto como não-gramatical, como gramatical, mas semanticamente mal-formado, dependendo da estrutura geral da gramática (JACOBSEN, 1977: 30). Como veremos, a partir de *Aspects*, há uma alteração a esse respeito, a ser discutida no decorrer desse capítulo.

frases gramaticais da língua, mas, ao fazê-lo, também nos diria quais são as frases não-gramaticais. Se uma gramática tem de ser explícita, não recorrendo a nenhuma especulação e a nenhuma intuição do falante, então ela deve nos dizer apenas quando a frase é gramatical e quando não o é. É papel da gramática definir os limites. Portanto, a gramática descreve **somente** as frases gramaticais ²⁰. É claro que podemos encontrar frases que nos deixariam confusos quanto à sua gramaticalidade. Contudo, tais casos não invalidam a distinção teórica entre frases gramaticais e não-gramaticais. E a única maneira que dispomos para decidir o que fazer com as frases é recorrer às normas, ou regras, ditadas pela gramática. Se a gramática explicita o que é considerado gramatical, podemos discordar e desejar estender as suas regras, de modo a dar conta de outros casos. Contudo, Chomsky sustenta que, uma vez que a teoria cubra os casos claros, i.e. as frases na qual a gramaticalidade não nos deixa dúvidas, só então ela poderá ser usada para decidir os casos que não são claros. Em contraposição a isso, tanto a gramática tradicional (a gramática aprendida na escola), quanto a gramática estruturalista, só eram capazes de estabelecer alguns poucos exemplos de frases gramaticais, deixando de fora muito do que nós consideraríamos como sendo gramaticalmente aceitável. Além disso, a gramática gerativa se distingue, de um lado, da gramática tradicional, por não estar interessada em ditar regras prescritivas do emprego conforme a norma da língua, e, de outro, da gramática estruturalista, por não estar interessada em regras que meramente descrevem alguns poucos atos de fala reais. Em suma, as regras gerativas não são prescrições sobre uso, nem descrições dos eventos da fala, elas são antes formulações que tentam apresentar a estrutura das frases de maneira **abstrata**, sendo totalmente independentes de considerações sobre o uso correto.

Ainda segundo CRYSTAL (1978: 223), um outro aspecto da definição diz respeito ao termo “**todas**”. Um princípio importante dessa abordagem é o de que a gramática deveria ser capaz de explicar não apenas as frases usadas em um determinado *corpus*, mas deveria ser capaz de dar conta igualmente de todas as frases gramaticalmente possíveis numa língua. Pois sabemos que o número de frases da qual uma gramática deveria dar conta é infinito. Mas, por outro lado, sabemos também que as regras que constituem uma gramática são em número finito, pois, caso contrário, seria absolutamente impossível aprender qualquer língua. O que deve ser feito, então, é

²⁰ No entanto, uma vez que já se tenha feito uma distinção clara entre frases gramaticais e não-gramaticais, é possível, por princípio, dar informações explícitas sobre a estrutura das frases não-gramaticais, mais exatamente, dos casos desviantes, como, por exemplo, podem ser encontrados na poesia.

aplicar o conjunto finito de regras num conjunto igualmente finito de fonemas e morfemas de maneira a estabelecer uma “projeção” das infinitas possibilidades de combinação, o que exige um apelo à noção de **recursividade**²¹. Pois as regras que permitem a produção de frases podem ser usadas mais de uma vez, ao produzirmos frases particulares. O exemplo disso é uma seqüência de adjetivos. Não há, em princípio, um limite quanto ao número de adjetivos que podem existir entre um artigo e um substantivo, pelo menos em inglês. Há, de fato, limitações subjetivas ou de ordem prática (ou em termos técnicos chomskyanos, na performance), em virtude, por exemplo, de limitações da memória, inteligência, etc. Mas, objetivamente falando, a cada frase contendo n adjetivos, é sempre possível aplicar novamente, ou seja, recursivamente, a mesma regra de inserção de adjetivos, produzindo uma frase contendo $n + 1$ adjetivos, uma frase tão gramaticalmente correta quanto a que servira de ponto de partida.

Assim, a gramática gerativa tem intrinsecamente a característica da **previsibilidade**, ou seja, a capacidade de **antecipação** dos “*outputs*” passíveis de serem produzidos num conjunto de frases em L, mesmo que ainda não tenham sido registradas ou observadas. Isso não quer dizer que o lingüista, ao elaborar a gramática, não leve em consideração as evidências empíricas provindas dos exemplos observáveis de proferimentos registrados. O que isso quer dizer propriamente é que um dos principais objetivos que um lingüista deve perseguir é o de **ir além** de um conjunto de proferimentos registrados ou catalogados. Enquanto a gramática taxonômica era essencialmente um mecanismo de catalogação de dados, a gramática gerativa, que se afasta da catalogação de dados e vai ao encontro da descrição da gramática, constitui uma importante mudança de foco. E, como veremos mais à frente, é somente com essa mudança de foco que uma gramática pode dar conta do princípio da criatividade de uma língua.

Conforme CRYSTAL (1978: 224), um outro ponto a ser salientado é que a gramática também deve ser **explícita**. Isso significa que cada passo do processo gerativo de frases deve estar incorporado numa formulação precisa, de maneira que as regras de geração de frases não deixem nenhum “vazio” na explicação da produção das frases,

²¹ Recursividade é um encaixamento (*embedding*) de um tipo dentro de outro tipo. Devemos citar alguns exemplos para esclarecer esse princípio. Consideremos a fotografia. Quando vemos um objeto refletindo dentro dele próprio um outro objeto do mesmo tipo, isto é, uma imagem repetida do mesmo objeto dentro da mesma imagem, ocorre recursividade. Um outro modo de entender esse princípio são as bonecas ucranianas que se encaixam uma dentro das outras. Mais abaixo voltaremos ao conceito de recursividade de um modo mais detalhado.

cujo preenchimento fosse legado à imaginação ou ao bel-prazer do usuário da gramática. Além disso, a gramática deve definir, e não meramente enumerar, seqüências de palavras adequadamente combinadas.

O último ponto a ser mencionado é que a gramática se apresenta como um **sistema finito**. Com efeito, uma gramática não poderia ter a forma de uma lista de frases gramaticais, cada uma das quais contendo sua própria estrutura descritiva. Deve ser, portanto, um sistema finito. O princípio da recursividade é o que torna possível para esse sistema finito gerar um conjunto infinito de frases. E é por isso que “gerar” e “produzir” não são sinônimos; o falante produz frases e a gramática gera frases. Não podemos confundir esse princípio da recursividade, que, para os gramáticos gerativos, significa fazer uso de regras gramaticais finitas para gerar infinitas frases também gramaticais, com o aspecto da criatividade que o falante da língua possui. Pois, o que um falante possui é a capacidade de produzir e compreender frases novas e, mesmo quando uma frase não lhe pareça correta, de poder dar um significado apropriado a ela, independentemente de estímulos externos ou de situações internas determináveis.

De todo modo, em virtude de sua importância, é preciso tornar claro já nesta altura o que se entende por princípio da recursividade, para isso temos de apelar para uma analogia matemática. Se considerarmos a tabela de multiplicação que aprendemos desde cedo na escola, veremos que a tabuada vai de 1×0 até $9 \times 9 = 81$. Tendo primeiramente aprendido a tabuada de cor, ou seja, tendo internalizado na memória o conteúdo finito da multiplicação com números elementares, aprendemos em seguida a operar com regras que permitem uma aplicação recursiva, produzindo infinitamente cálculos com números quaisquer, independentemente de sua grandeza, cálculos nunca vistos ou aprendidos por nós anteriormente. Para darmos um exemplo, não precisamos memorizar o fato de que $345 \times 152 = 52.440$. Ao contrário, fazemos uso dos princípios recursivos matemáticos para efetuar a multiplicação:

$$\begin{array}{r} 345 \\ \times 152 \\ \hline 690 \\ 1725 \\ \hline 345 \\ 52.440 \end{array}$$

Ora, com base em nossa analogia, podemos considerar a tabuada de multiplicação juntamente com as regras para a aplicação recursiva como se fosse uma

“gramática” gerativa. Desse modo, podemos dizer que 52.440 é uma frase gerada por uma gramática. Desta forma, o exemplo dado logo acima é o resultado de operações cujas regras estão perfeitamente explícitas, ou seja, tal como anteriormente mencionado, regras que não deixam nenhum “vazio” explicativo que pudesse ser arbitrariamente preenchido pela imaginação do usuário (no caso em tela, do usuário da tabuada). Além disso, o cálculo ilustrado acima, que é uma operação perfeitamente explícita, constitui uma possível **descrição estrutural** da frase 52.440.

Mas, o que significa gerar um número infinito de frases? É evidente que há um número imensamente extenso de frases possíveis em uma língua. Mas o que está em questão aqui é se as frases são em número finito ou se constituem um conjunto infinito. Ora, uma grande parte de uma língua L é constituída por frases que ainda sequer foram produzidas e, provavelmente, nunca o serão. Isso significa que não há nenhuma evidência empírica que possa nos auxiliar na resposta àquela questão. Portanto, a tese de que a língua é um conjunto infinito de frases só pode ser justificada através de considerações teóricas distintas de mero apelo à evidência empírica. Desse modo, consideremos o seguinte exemplo:

1. “Eu conheço um homem que tem um carro que perdeu uma roda que matou um cachorro que molestou um gato que perseguiu um rato que comeu o milho...”²².

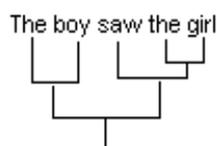
Podemos citar dois aspectos da frase (1) que são relevantes para o problema. Primeiro, é imediatamente visível que comprimento e diversidade estrutural não são termos sinônimos. Se considerarmos: “eu conheço um homem” como a oração principal, as outras orações serão classificadas como orações subordinadas. Tanto a oração principal quanto as orações subordinadas possuem a mesma estrutura: sujeito-verbo-objeto (SVO). Na formação da frase (1) há uma aplicação de regras recursivas. O segundo aspecto é que não há limites para número de orações coordenadas que podemos acrescentar em (1). Obviamente, os únicos limites que podem ser assinalados são de ordem subjetiva, por

²² Trata-se de uma paródia do famoso conto em versos em inglês “*The house that Jack built*” (A casa que Jack construiu).

exemplo, a limitação da memória e da vida do ser humano, mas não devidos à gramática propriamente dita.

Ora, uma gramática deve dar conta de frases como (1). Com essa finalidade, ela deve incorporar o princípio da recursividade. Uma vez que uma enorme quantidade de orações subordinadas pode ser incorporada à frase (1), não há limites para a aplicação da regra recursiva em uma gramática. Por isso, uma gramática especifica a frase (1) como potencialmente infinita. Assim sendo, necessariamente, a gramática define um conjunto infinito de frases ²³.

Embora, em sua crítica à análise dos constituintes imediatos, o modelo de análise proposto por Chomsky se opusesse ao dos estruturalistas, ele também faz uso dos constituintes imediatos, só que de uma maneira distinta. A diferença entre a análise proposta por Chomsky e a análise dos constituintes imediatos está no fato de que ele **não** apenas mostra as estruturas através de um gráfico, mas formaliza essas estruturas numa divisão analítica, num sistema de regras ordenadas. A isso é que se refere como sendo uma gramática da estrutura sintagmática (*phrase structure grammar*). Por exemplo, em lugar de analisar a frase “*The boy saw the girl*” (O menino viu a menina) de acordo com o seguinte modelo,



onde a ordem das decisões que produziram a análise não está explicitada e a relação entre os vários pontos divisórios não está clara, Chomsky desenvolve uma notação que tanto ordena as decisões analíticas quanto relaciona-as formalmente umas com as outras, ao derivar cada decisão de uma derivação prévia. O modelo abaixo, adaptado por CRYSTAL (1971: 227), é um exemplo simplificado daquele usado por Chomsky em

²³ Quando desenvolveu a gramática gerativa, Chomsky tinha em mente descrever e analisar uma língua natural qualquer. Portanto, devemos esclarecer que, embora o autor tenha utilizado a língua inglesa, e a grande maioria dos exemplos que utilizaremos sejam provenientes do inglês, essa proposta deve ser vista como uma teoria geral para descrever qualquer língua natural em potencial.

SyS, o qual apresentamos em seguida visando ilustrar o que foi dito acima:

Sentença (**S**) → sintagma nominal (**SN**) + sintagma verbal (**SV**)

SV → verbo + **SN**

SN → **det** + substantivo (**S**)

Det → o, a...

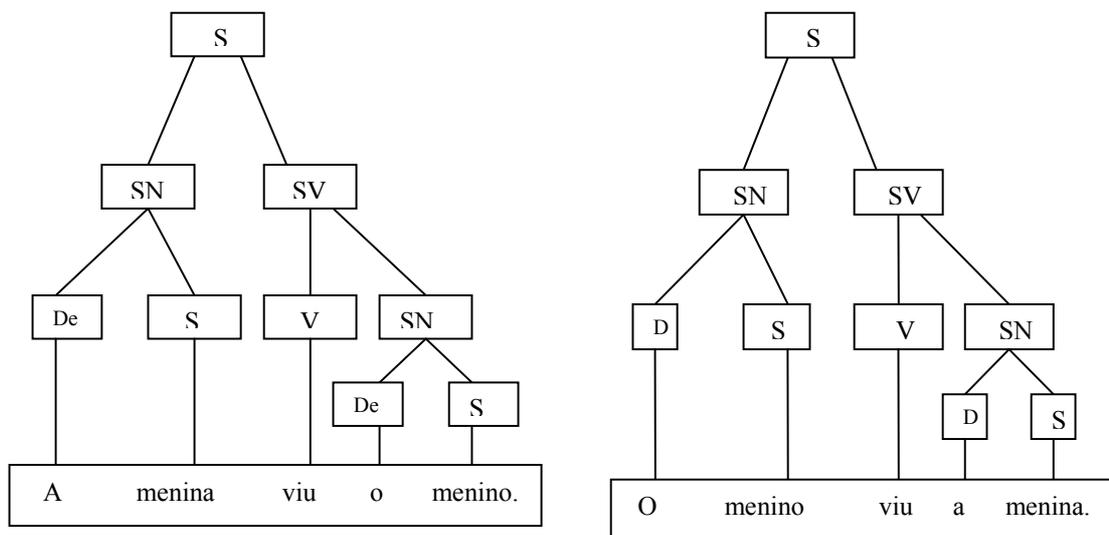
S → menino, menina...

V → viu...²⁴

Desse modo, (CRYSTAL 1971: 228) a primeira regra toma o conceito de frase como primitivo e faz uma declaração inicial sobre a estrutura interna da frase. A seta é uma “instrução” no sentido de substituir (ou reescrever) o elemento da esquerda para dentro da “seqüência” de elementos da direita. A primeira regra nos diz, então, que as frases de uma língua são basicamente constituídas por dois elementos: frases nominais e frases verbais. Mas nós ainda não sabemos o que são frases nominais e verbais, e as próximas regras irão esclarecer esses conceitos. A frase verbal consiste de dois elementos: um verbo e uma frase nominal. Portanto, fazendo referência à primeira regra, podemos dizer que a frase subjacente consiste de três elementos básicos, a saber, SN+V+SN. Já a terceira regra fornece informações sobre a maneira em que SN pode ser analisado, a saber, num “determinante” ou artigo, representado pela abreviatura Det, e num substantivo, representado por S. A frase subjacente passa a apresentar agora a forma Det+S+V+Det+S. Esse é o maior nível de abstração a que nossa classificação dos elementos das frases pode alcançar. As regras restantes traduzem esses elementos abstratos em itens de vocabulário mais concretos. Nessa gramática extremamente simples, o único elemento que há são um artigo, dois substantivos e apenas um verbo. Substituindo cada elemento na seqüência Det+S+V+Det+S temos as seguintes frases possíveis: “O menino viu a menina” e “A menina viu o

²⁴ Lê-se (SN) sintagma nominal, (SV) sintagma verbal, (det) determinante, (S) substantivo e (V) verbo.

menino”. Podemos ilustrar essa análise por meio de um assim chamado diagrama arbóreo (*tree-diagram*).



Temos aqui, portanto, uma gramática com alguma capacidade gerativa, embora ainda de maneira limitada. Ao aumentarmos os itens de vocabulário para essas três últimas regras, aumentamos, concomitantemente, o número de frases, e aquelas regras podem gerar ainda mais frases. Ao adicionarmos os elementos ‘homem’ e ‘abraçou’, teremos “O menino viu o homem”, “O homem abraçou a menina” e muitas outras frases possíveis. Outras regras teriam que ser incluídas para dar conta da complexidade de frases nominais e verbais que os exemplos acima omitiram. Também teríamos que ter regras para introduzir adjetivos, verbos auxiliares, pronomes e muitos outros elementos. Tais regras já foram incluídas e discutidas desde então em gramáticas gerativas mais extensas.

Esse foi o primeiro componente da gramática gerativa tal como desenvolvido em *SyS*. Esse componente consistia de regras que tomavam um elemento inicial (S) e designava para o último uma estrutura sintagmática específica. Essas regras produziram uma seqüência de elementos que representariam as estruturas subjacentes às frases, essas estruturas subjacentes sendo chamadas de frases “*kernel*”²⁵ ou frases matrizes.

²⁵ De acordo com o dicionário Collins Cobuild, um dos significados de ‘*kernel*’ é “parte central ou mais importante de algo”.

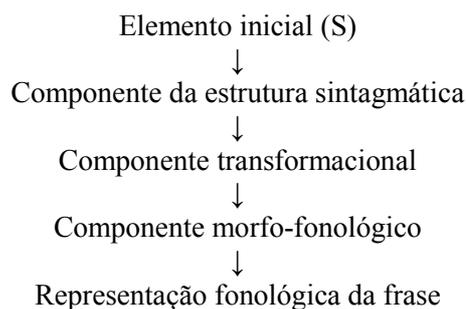
1.5. O novo modelo de análise gerativa proposto por Chomsky

Contudo, como discutido no *SyS*, essa análise ainda não se mostrava totalmente adequada, pois ainda ignorava vários aspectos importantes da análise gramatical. Com efeito, fazia-se necessário um segundo componente, que consistia de **regras transformacionais** – regras que operam nas seqüências produzidas pelo componente da estrutura frasal, alterando-as de diversos modos (por exemplo, transformando seqüências que constituem frases na voz ativa em voz passiva, alterando a ordem das palavras, adicionando flexões, etc.), tornando explícitas as várias relações entre diferentes tipos de frases. Podemos exemplificar isso com a transformação da voz ativa para a passiva. A transformação para a passiva altera a ordem dos elementos na frase da ativa e adiciona mais três elementos (uma forma do verbo “*ser*”, no tempo apropriado; uma partícula *por*, para indicar o agente; e o afixo do particípio, simbolizado por “*ado*” que é anexado ao verbo principal, V). Uma formulação dessa regra poderia ser (“Aux” lê-se auxiliar): $SN1 + Aux + V + SN2 \rightarrow SN2 + Aux + ser + ado + V + por + SN1$. SN1 está para o primeiro SN na frase ativa; SN2 para a segunda. E a regra nos diz que, para formar uma frase na passiva, devemos reverter a posição de SN1 e SN2, introduzir o verbo em uma de suas formas, um afixo no particípio e a partícula *por* entre o verbo e o SN1 ²⁶.

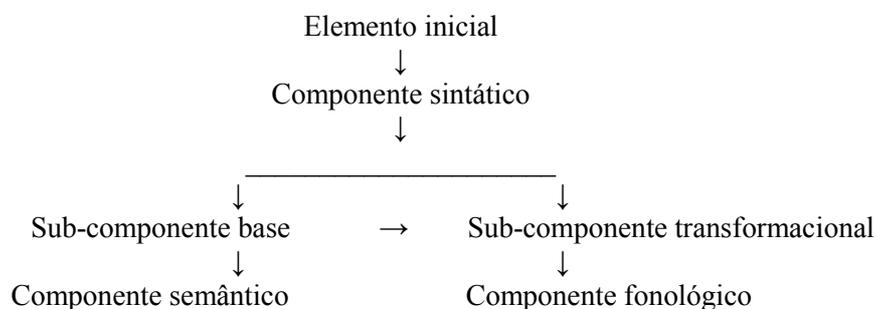
O terceiro e último componente dessa gramática consiste de um conjunto de regras morfo-fonológico ou componente fonológico, que converteria a seqüência de palavras e morfemas produzidos numa seqüência de unidades fonológicas, indicando como a frase deve ser pronunciada. Em *SyS*, Chomsky admite “que, mediante uma gramática (Σ, F), podemos gerar todas as seqüências gramaticais dos morfemas em uma língua”. Para isso “nós precisamos expor a estrutura fonética desses morfemas, para que a gramática possa produzir uma seqüência fonética gramatical da língua”. E é a isso que se dá o nome de componente morfo-fonológico. Contudo, para nossas finalidades, é suficiente limitar-nos a apenas mencionar isso, sem entrar em todos os detalhes sobre esse componente.

O diagrama abaixo oferece uma ilustração resumida do que foi dito acima (CRYSTAL, 1978: 229):

²⁶ A frase na voz ativa: “O menino chutou a bola”, e sua transformação para a passiva: “A bola foi chutada pelo menino”.



Posteriormente, nos *Aspects*, os componentes da gramática se alteram em número, status e nomenclatura. Isso se deve ao fato de Chomsky passar a dar mais importância ao significado, diferentemente do que ocorrera em *SyS*, onde considerações semânticas não se mostravam relevantes para a descrição sintática, ou seja, onde a sintaxe deveria ser descrita independentemente do significado das estruturas da língua. Na medida em que o significado adquire relevância para a análise, encontramos um novo modelo, segundo o qual a sintaxe passa a ser vista como um sistema de regras que se relacionam com sons e com significados. Compare com o gráfico abaixo (CRYSTAL, 1978: 230):



O componente sintático consiste de dois sub-componentes: o sub-componente base e o sub-componente transformacional. O sub-componente base corresponde ao antigo componente de estrutura sintagmática, embora seja compreendido um tanto diferentemente. Sua função agora é a de gerar as representações subjacentes à frase, que são as que fornecem informação sobre a estrutura profunda. Essas estruturas profundas são, então, interpretadas de duas maneiras: a) elas são convertidas em seqüências pronunciáveis por meio do sub-componente transformacional e do componente fonológico; b) e seu significado é especificado através do componente semântico. Desse

modo, a sintaxe fornece informação sobre a estrutura da frase; as transformações e a fonologia nos dizem como pronunciar; e a semântica nos diz o que significa. Os componentes semânticos e fonológicos são também chamados de “interpretativos”, pois eles interpretam o “output” do componente sintático central em proferimentos significativos e pronunciáveis (CRYSTAL, 1978: 230). Mais detalhadamente, o componente sintático é formado de duas grandes partes: a base, que define as estruturas fundamentais, e as transformações, que permitem passar das estruturas profundas, geradas pela base, às estruturas de superfície das frases, que recebem então uma interpretação fonética para tornarem-se as frases efetivamente realizadas. Assim, a base permite gerar as duas seqüências:

(1) A + mãe + ouve + algo

(2) A + criança + canta

A parte transformacional da gramática permite obter as frases: “A mãe ouve que a criança canta” e “A mãe ouve a criança cantar”. Trata-se ainda de estruturas abstratas que só se tornarão frases efetivamente realizadas, após a aplicação das regras do componente fonético. A base é formada de duas partes:

a) O componente ou base categorial é o conjunto das regras que definem as relações gramaticais entre os elementos que constituem as estruturas profundas e que são representadas pelos símbolos categoriais. Assim, uma frase é formada pela seqüência SN + SV, em que SN é o símbolo categorial de sintagma nominal e SV o símbolo categorial de sintagma verbal: a relação gramatical é a de sujeito e predicado;

b) O léxico, ou dicionário da língua, é o conjunto dos morfemas lexicais definidos por séries de traços que os caracterizam; assim, o morfema mãe será definido no léxico como um substantivo, feminino, animado, humano, etc. Se a base define a seqüência de símbolos: Art. + N + Pres. + V + Art. + N (Art. = artigo, N = nome, V = verbo, Pres. = presente), o léxico substitui cada um desses símbolos por uma "palavra" da língua: “A + mãe + (vazio) + acabar + o + trabalho”, as regras de transformação convertem essa estrutura profunda numa estrutura de superfície: “a + mãe + acabar + (vazio) + o + trabalho”, e as regras fonéticas realizam “A mãe acaba o trabalho”.

Obtiveram-se, portanto, no fim da base, seqüências terminais de componentes gramaticais (como número, presente, etc.) e morfemas lexicais; essas seqüências são

suscetíveis de receber uma interpretação conforme as regras do componente semântico. Para serem realizadas, vão passar pelo componente transformacional.

As transformações são operações que se convertem às estruturas profundas em estruturas de superfície, sem afetar a interpretação semântica feita ao nível das estruturas profundas. As transformações, provocadas pela presença na base de certos constituintes, comportam duas etapas: uma etapa consiste na análise estrutural da seqüência oriunda da base, a fim de ver se sua estrutura é compatível com uma transformação definida; a outra etapa consiste numa mudança estrutural dessa seqüência (por adição, apagamento, deslocamento, substituição). Chega-se então a uma seqüência transformada correspondente a uma estrutura de superfície. Assim, a presença do constituinte “passivo” na seqüência de base provoca modificações que fazem com que a frase “O pai lê o jornal” se torne “O jornal é lido pelo pai”.

Essa seqüência vai ser convertida numa frase efetivamente realizada pelas regras do componente fonológico (diz-se também morfo-fonológico) e fonético. Essas regras definem as “palavras” provenientes das combinações de morfemas lexicais e componentes gramaticais e lhes atribuem uma estrutura fônica. É o componente fonológico que converte o morfema lexical "criança" numa seqüência de sinais acústicos [kriãsa].

Conforme Chomsky (1968:120-127) a teoria gerativa deve fornecer uma teoria fonética universal que permita estabelecer a lista dos traços fonéticos e as listas das combinações possíveis desses traços. Ela repousa, portanto, sobre uma matriz universal de traços fônicos. Ela deve fornecer uma teoria semântica universal suscetível de estabelecer a lista dos conceitos possíveis, implicando, igualmente, uma matriz universal de traços semânticos. Por fim, a teoria gerativa deve fornecer uma teoria sintática universal, i.e. estabelecer a lista das relações gramaticais da base e das operações transformacionais capazes de dar uma descrição estrutural de todas as frases. Essas tarefas da gramática gerativa implicam, portanto, a existência de universais lingüísticos nesses três níveis.

Como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte, um dos aspectos fundamentais da teoria gerativa é que ela procura fazer a descrição do que se passa com os falantes no que diz respeito ao trabalho criativo da língua, demonstrando claramente a capacidade de generalização e pondo em evidência regularidades subjacentes antes ignoradas pela gramática tradicional.

Assim procedendo, a gramática gerativa permite a caracterização de noções como gramaticalidade, agramaticalidade e ainda o grau de gramaticalidade em questão. Em se tratando da sintaxe da língua, por exemplo, uma teoria científica de organização sintática das sentenças deve, antes de tudo, observar todas as sentenças que efetivamente são próprias da língua, sem ignorar nenhuma delas. Portanto, aqui não é bem-vinda a dicotomia frase correta-incorreta da gramática tradicional, mas sim a dicotomia frase bem-formada/mal-formada, uma vez que uma frase denominada como incorreta por alguns gramáticos pode, simplesmente, estar mal-formada, fazendo parte, inclusive, do *corpus* da língua. Considerem-se os exemplos:

1. *O a ama esposa marido*
2. *O marido ama a esposa*
3. *A esposa ama o marido*
4. *A esposa é amada pelo marido*

Pela experiência de falantes nativos de uma língua, percebemos claramente que há problemas de significado, decorrentes da sintaxe, na sentença (1), que não aparecem nas sentenças (2-4). Dizemos que, se as palavras são organizadas como em (1), elas não constituem uma sentença significativa, mas sendo organizadas como em (2), (3) e (4), elas formam sentenças significativas. Ou seja, os exemplos de (1-4) mostram que a má-formação em (1), em oposição à boa-formação das demais, evidencia que o falante nativo do português sabe que, em sua língua, com um número finito de palavras, pode-se formar um número infinito de sentenças, mas que existem regras e princípios que determinam a ordenação das palavras. Seu conhecimento revela, também, um dicionário mental com informações a respeito das categorias gramaticais, o que lhe permite saber que certas formas pertencem, por exemplo, à categoria verbo, e outras, à categoria nome. Estamos diante do princípio da recursividade da linguagem: com elementos finitos (palavras), é possível gerar frases infinitas. Tais frases poderão estar bem/mal-formadas. Há, então, a necessidade de “filtros” que provem estar bem/mal-formada determinada frase. Tais filtros são os princípios.

Observando o comportamento das línguas, percebe-se que há regras que fazem parte do conhecimento gramatical interno do falante. Ao tratar da concepção modular da mente humana, defendendo que esta é formada por módulos autônomos, cada um deles caracterizado por princípios e representações específicos, Chomsky (2005: 210-216)

argumenta que, se o falante tem um conhecimento gramatical interno, tais regras não são formadas num movimento que parte do exterior, ou seja, das propriedades absolutas das expressões lingüísticas, para o interior, isto é, para a mente humana e suas capacidades lingüísticas altamente específicas. De acordo com Chomsky, um falante que fala uma língua desenvolve um sistema de conhecimento, representado de alguma maneira em sua mente e pelo cérebro em sua configuração física. Podemos, agora, passar para o capítulo seguinte, onde trataremos de algumas terminologias específicas usadas pelo autor, assim como de desenvolvimentos teóricos ulteriores efetuados por Chomsky.

CAPÍTULO II

A lingüística como ciência dos universais lingüísticos e da faculdade da linguagem

Introdução

Como vimos no capítulo anterior, o desafio enfrentado por Chomsky era o de mudar a perspectiva sobre o estudo da linguagem. Essa mudança de perspectiva se manifestara já na própria concepção do objeto apropriado de estudo por parte do lingüista, a saber, o conhecimento subjacente do falante da língua e a sua competência lingüística, em lugar de um conjunto de proferimentos arbitrariamente selecionados. Com essa mudança de concepção do objeto da lingüística, a investigação científica da linguagem deixa de consistir meramente numa classificação de elementos e passa a ser uma elaboração de uma **teoria** que dê conta da possibilidade de um número infinito de frases de uma língua natural. Ora, como qualquer abordagem séria de natureza *statu nascendi*, também a lingüística tem passado por inúmeras alterações, tanto de ordem teórica quanto de nomenclatura dos mecanismos de descrição. No entanto, houve outros aspectos que o Chomsky nunca deixou de considerar como parte fundamental de sua pesquisa, a saber, a criatividade do uso lingüístico pelos falantes, o problema da aquisição da linguagem, a universalidade das regras e a natureza inata da linguagem humana. Esses são justamente os temas que pretendemos abordar mais detidamente, mas, antes disso, devemos esclarecer alguns conceitos usados por Chomsky, de modo a facilitar nossa compreensão de sua teoria da linguagem humana. Desse modo, passaremos a considerar alguns elementos importantes presentes na pesquisa empreendida por Chomsky, para depois discutirmos os demais problemas mencionados acima.

2.1. O papel da idealização e da experiência na lingüística de Chomsky

O objetivo da lingüística é tornar compreensível a possibilidade de produção de infinitas frases por parte dos falantes, ou seja, dar conta da competência lingüística dos

sujeitos usuários da linguagem, mantendo a pretensão de ainda ser uma ciência empírica. Assim, a experiência e a experimentação têm um papel assegurado no seu modo de procedimento, porém, de acordo com Chomsky, somente sob condições **idealizadas**. Na lingüística desenvolvida por Chomsky, o que corresponde aos dados empíricos característicos de uma ciência empírica é o conjunto dos proferimentos reais, realizados no tempo e no espaço pelos falantes de uma língua, ou o que ele chama de **performance** dos falantes. Mas, segundo Chomsky, o objetivo do lingüista é o de buscar extrair as regras que subjazem à performance dos falantes, regras que no seu conjunto constituem a sua **competência**. Ou seja, o par de conceitos performance/competência corresponde, em Chomsky, grosso modo, ao par de conceitos *parole/langue*, em Saussure²⁷. Segundo Chomsky, a explicitação das regras subjacentes que constituem a competência dos falantes só pode ser alcançada na medida em que os dados empíricos, i.e. a performance, são encarados sob condições idealizadas, ou seja, purificados dos entraves representados pelos fatores extralingüísticos. Pois os atos de fala particulares que constituem a performance dos falantes, por serem ocorrências como outras quaisquer na natureza, estão muitas vezes submetidos a fatores extralingüísticos, por exemplo, fatores psicológicos, como stress e cansaço, ou mesmo físicos, como barulho e calor excessivos, o que explica os erros que vez por outra cometemos ao falar. Contudo, esses erros eventualmente cometidos em tais circunstâncias não indicam que haja perda de competência por parte dos falantes, que é o que interessa ao lingüista. Eis por que Chomsky sustenta que o lingüista deve encarar os dados empíricos típicos de sua ciência, a performance, sob condições idealizadas, não entravadas por fatores irrelevantes para sua ciência. Só assim, afirma ele, a lingüística pode pretender alcançar o status de ciência propriamente dita. Em contraposição a isso, essa estratégia de idealização das situações de performance poderia parecer aos lingüistas estruturalistas, de orientação behaviorista, por conseguinte, empirista, não passar de um artifício especulativo, inaceitável para uma lingüística tomada como ciência dos fatos lingüísticos. Em suma, a estratégia de idealização proposta por Chomsky poderia lançar dúvidas sobre o *status* científico da lingüística.

Para compreender o sentido da proposta de idealização da performance e por que ela não compromete o status de ciência da lingüística, façamos uma rápida

²⁷ Curso de Lingüística Geral.

comparação com o modo de procedimento adotado por uma ciência estabelecida e tomada por muitos como um modelo a ser seguido, a saber, a física, mais exatamente, a teoria de Galileu acerca da lei da aceleração uniforme dos corpos. O importante aqui será atentar para o papel efetivo representado pela experiência propriamente dita numa ciência indubitavelmente empírica, como o é a física. Com efeito, durante muito tempo, acreditou-se que Galileu teria “testado suas hipóteses” e chegado à sua teoria deixando cair pesos da torre de Pisa, no que ficou conhecido como o “famoso experimento da Torre de Pisa”, ou rolando bolas com diferentes pesos em uma inclinação sem levar em conta os efeitos que o ar e a fricção teriam sobre os resultados. Mas, na realidade, ele jamais realizou tais experimentos, simplesmente porque, como explica Koyré, eles não teriam dado certo. Nas palavras de Koyré ²⁸, “as experiências de Pisa são um mito”. Pelo contrário, os experimentos de Galileu eram experimentos puramente idealizados, que contavam com a observação empírica apenas na medida em que ela era encarada em termos ideais, a saber, em termos da **matemática** (segundo Galileu, o livro da natureza estaria escrito em caracteres matemáticos). Ou seja, longe de serem uma prática experimental desleixada ou refletirem sua ignorância quanto aos efeitos do ar e do atrito sobre os corpos que caem, as experiências de Galileu constituíam uma idealização do mundo físico dado na sensibilidade. Desse modo, a lei da aceleração dos corpos foi estabelecida pondo-se de lado como irrelevantes os efeitos representados pela resistência do ar ou da fricção, i.e. foi estabelecida para os corpos tomados numa situação ideal, o que, contudo, não impede que ela seja válida e aplicada aos corpos tais como são realmente dados na experiência, ou seja, o que não prejudica seu status científico. Sendo assim, por paradoxal que possa parecer, o papel da experimentação científica está em nos capacitar a chegar mais perto do ideal, da verdade, na medida em que eliminamos considerações irrelevantes.

Desse modo, a proposta feita por Chomsky, segundo a qual “a teoria lingüística está principalmente interessada no **falante/ouvinte ideal, em uma comunidade totalmente homogênea**, (ênfase nossa)... [que] não é afetado pelas condições gramaticais irrelevantes, tais como limitação de memória, distrações, mudanças de foco e interesse e erros na aplicação do conhecimento da língua durante a performance” (CHOMSKY: 1965: 3), é defensável para uma lingüística tomada como uma autêntica ciência. Pois toda ciência envolve algum tipo de idealização, mediante a

²⁸ Em *Estudos da História do Pensamento Científico*.

qual o investigador põe de lado o que não é relevante e alcança os princípios ou leis que não são imediatamente aparentes. No caso da lingüística, quando restringimos nossas observações aos falantes e proferimentos reais, em sua total complexidade, geralmente falhamos em depreender os princípios que subjazem ao seu comportamento lingüístico, simplesmente porque fatores interferentes, de um tipo ou de outro, obstaculizam nosso conhecimento. Desse modo, para extrair esses princípios e explicitá-los de maneira clara, é necessário que ignoremos, ou seja, que ponhamos de lado, como irrelevantes, alguns dados. Isso nos leva a perguntar pelo critério que subjaz ao próprio procedimento de idealização, permitindo determinar o que deve ser levado em conta e o que devemos ignorar no comportamento lingüístico. Em *Aspects*, Chomsky sustenta que fenômenos como limitações de memória, o cansaço e outros fatores são irrelevantes para a nossa compreensão do que vem a ser o “conhecimento de uma língua”.

Assim, a força argumentativa do procedimento de idealização em Chomsky consiste em buscar mostrar os limites da consideração da performance, para a compreensão da faculdade da linguagem humana. Como dissemos, os dados lingüísticos empiricamente dados são vastos, e o que precisa ser feito é articular hipóteses, para as quais esses possam constituir evidência. Chomsky está preocupado com os princípios gerais da faculdade da linguagem, isto é, com o que falantes de qualquer língua sabem e também como o modo como eles chegam a tal conhecimento. Ninguém rejeita o fato de que há variação, mas alegar que precisamos registrar e documentar **todos** os dados da performance humana para compreender a linguagem é falso, até porque sugere que tal documentação irá fornecer por si mesma a compreensão que buscamos.

De acordo com o que foi dito acima, podemos compreender que as observações feitas pela lingüística taxonômica ou pela gramática estrutural sobre os usos da linguagem ou disposições hipotéticas de resposta, hábitos e muitos outros, podem, de algum modo, até prover alguma evidência quanto à natureza das capacidades mentais que subjazem aos atos de fala particulares realizados no tempo e no espaço. Contudo, aquelas observações e classificações certamente não constituem o **objeto** real da lingüística. Eis por que precisamos fazer aqui uma qualificação quanto à aproximação entre Chomsky e Saussure. De fato, Chomsky está de acordo em que o seu conceito de performance corresponde ao conceito de *parole*, em Saussure, mas sustenta que o que ele chama de competência está em oposição ao que Saussure chamava de *langue*. Pois, para Chomsky a *langue*, em Saussure, não passava de um mero inventário sistemático de itens (CHOMSKY, 1965:4). O seu conceito de competência está mais próximo da

concepção defendida por Humboldt, na qual a competência subjacente é como um sistema de processos **gerativos**. Para Humboldt (*apud* CHOMSKY, 1965: 4), uma língua não é um conjunto de enunciados prontos produzidos pelos falantes, mas, antes, o conjunto de princípios e regras subjacentes que possibilitam aos falantes produzir tais enunciados, mais exatamente, um número ilimitado de enunciados. Em contraposição a isso, a gramática taxonômica e mesmo a lingüística saussureana procedem a um mero registro da *parole*, pois é ela que representa os dados imediatamente acessíveis, e a uma mera classificação das estruturas da língua em questão. Sob a inspiração de Humboldt, Chomsky sustenta que o objeto da lingüística é antes a capacidade de produzir infinitos enunciados, a qual deve ser estabelecida pelo procedimento de idealização da performance, visando alcançar as regras gerativas subjacentes à competência.

2.2. O papel das intuições dos falantes na lingüística de Chomsky

Para que as regras que constituem a competência sejam extraídas, a evidência mais acessível e simples vem na forma de intuições que os falantes nativos têm a respeito das frases que tomam por bem ou mal formadas em sua língua. De acordo com SMITH (1999: 99), tal apelo às intuições foi totalmente rejeitado pelos psicólogos e lingüistas tradicionais. Lamentavelmente, essa rejeição foi baseada em um equívoco quanto à diferença entre as intuições dos falantes nativos sobre as frases de sua língua materna e as intuições analíticas (ou preconceitos nascidos da experiência) sobre qual é a melhor explicação científica para uma gama de dados. Apenas as intuições dos falantes, que têm o mesmo *status* de juízos de percepção do tipo encontrados em figuras ambíguas, como um pato-coelho (como encontramos nos livros sobre psicologia da *Gestalt*), é que são relevantes para a teoria lingüística. Já as intuições analíticas podem ser úteis para levar à busca de evidência numa direção particular, mas elas não constituem a própria evidência. Em suma, todos os falantes nativos têm tais intuições, apenas os lingüistas é que tem preconceitos. Outra objeção quanto às intuições é que elas não seriam confiáveis porque elas diferem de um falante a outro, tornando impossível o consenso científico sobre os fatos em questão. Mas é de se esperar que ocorra tal variação num domínio que envolve o depoimento de diferentes indivíduos, sem que isso, contudo, impeça que sejam usadas como um meio de evidência.

Em *SyS*, Chomsky afirma que as frases geradas pela gramática deveriam ser aceitas por um falante nativo (CHOMSKY, 1972: 49). Ele considera como um ponto a favor do tipo de gramática que ele desenvolve o fato dela poder também dar conta das “intuições” de um falante nativo com relação ao modo como certas frases são reconhecidas como equivalentes ou ambíguas, como vimos no capítulo anterior. Entretanto, as intuições do falante são apresentadas como evidência independente e a sua explicação é considerada relativamente secundária à tarefa principal, a saber, a tarefa de **geração** de frases de uma língua. Em trabalhos posteriores²⁹, Chomsky inclui as intuições dos falantes de uma língua como parte dos dados que serão levados em conta pelo teórico que projeta a gramática. De acordo com LYONS (1971: 154), quando Chomsky se refere às avaliações dos falantes a respeito de questões como ambigüidades estruturais, presentes, por exemplo, em frases como “*John is eager to please*” e “*John is easy to please*”, não está nunca sugerindo que essas avaliações ou intuições sejam de importância primária. Na verdade, elas atestam a apreensão que o informante tem da estrutura de sua língua, mas elas próprias não constituem o *subject matter*, o objeto de estudo da lingüística. Assim sendo, as intuições do falante e as do próprio lingüista, enquanto falante de uma língua, a que Chomsky se aferra, poderiam dar a impressão de violação de padrões de rigor e objetividade, tais como os pretendidos pela lingüística behaviorista bloomfieldiana e pelas práticas modernas. Contudo, Chomsky não supõe, por assim dizer, ingenuamente, que as intuições do falante sejam algo imediatamente dado e acessível, nem supõe que elas sejam todas igualmente confiáveis. Na verdade, o próprio Chomsky adverte que muitos autores inspirados em sua obra apresentam uma tendência à aceitação inquestionada e demasiadamente rápida dos depoimentos e avaliações dos falantes (CHOMSKY, 1965: 8). Tendo essas observações em mente, podemos dizer que, para Chomsky, em princípio, as perguntas: se uma dada frase é aceitável; se uma frase é ou não equivalente a alguma outra frase; em suma, questões como essas e outras similares, que estão no escopo das intuições do falante nativo, estão todas sujeitas à verificação empírica. Isso significa que o apelo às intuições dos falantes não viola os modernos padrões de cientificidade.

O que Chomsky parece querer garantir com a exigência metodológica de recorrer às intuições do falante é marcar uma especificidade da teoria lingüística frente a outras teorias, a saber, que ela seja estabelecida na **perspectiva de 1ª pessoa**, na

²⁹ Discutido por Chomsky em *Aspects*.

perspectiva **internalista**. Pois, os dados dos quais o lingüista deve dar conta são muito diferentes dos dados dos quais, por exemplo, o físico deve dar conta. Com efeito, o físico estabelece sua teoria acerca do movimento dos átomos, por exemplo, e somente um físico louco pensaria em consultar os átomos para saber se eles, por assim dizer, reconhecem seu movimento como de fato governado pelos princípios e leis estabelecidos por ele, o que mostraria a correção dos mesmos. Mas, no caso do lingüista, a correção da teoria e dos princípios e regras gramaticais por ele estabelecidos para dar conta da competência lingüística do falante têm de ser estabelecidas, em última análise, pelo **reconhecimento** por parte do falante quando o lingüista lhe apresenta explicitamente as regras e princípios que regulam seu saber implícito de sua própria língua. Pois essas regras não podem aparecer ao falante como algo que lhe fosse exterior e estranho, mas como regras que ele internalizou ao longo do aprendizado da língua e que de fato regulam sua performance lingüística.

O papel atribuído por Chomsky às intuições lingüísticas pode ser melhor compreendido se estabelecermos uma comparação com o que se passa na teoria moral propugnada por John Rawls. Aliás, a esse respeito, Rawls reconhece explicitamente que se inspirou em Chomsky ³⁰, ao argumentar que o objetivo de sua teoria moral é estabelecer princípios de justiça que possam dar conta do que ele chama de “senso de justiça” (*sense of justice*), que é equivalente às intuições do falante, na teoria de Chomsky. Segundo Rawls, os juízos emitidos pelos indivíduos com base no senso de justiça são a pedra de toque da correção dos princípios de justiça elaborados pelo teórico moral. Mas Rawls prossegue afirmando que os juízos emitidos pelos sujeitos reais acerca do que é justo podem ser falsos, em virtude de terem sido influenciados por fatores outros que não os princípios da justiça, por exemplo, por interesses privados, por fatores de ordem psicológica, etc. Por essa razão, quando confrontados com os princípios de justiça apresentados pelo teórico moral, os indivíduos devem estar dispostos a revisar seus juízos, à luz de tais princípios, acerca do que é justo, aperfeiçoando assim seu próprio senso de justiça. Eis por que Rawls descreve o processo de estabelecimento de princípios de justiça tendo como pedra de toque os juízos feitos pelos indivíduos dotados de senso de justiça, de um lado, e, de outro lado, o processo de revisão do próprio senso de justiça à luz dos princípios de justiça apresentados pelo teórico moral, como constituidores de um processo de “mútua

³⁰ Cf. *A Theory of Justice*, pp. 47.

adequação”. Trata-se de um processo dialético ³¹, no qual ou bem o teórico moral estabelece e corrige os princípios da justiça tendo por base o senso de justiça, ou bem o indivíduo corrige e aperfeiçoa seu senso de justiça quando confrontado com os princípios de justiça apresentados pelo teórico moral.

Analogamente, as intuições do falante competente têm de constituir a pedra de toque do estabelecimento e da correção dos princípios gramaticais que regulam suas performances. Mas como todo depoimento dado pelo falante ao lingüista é um caso de performance, ou seja, de proferimento real no tempo e no espaço, pode muito bem ocorrer que tenha sido influenciado por fatores extralingüísticos, que fizeram com que ele se desviasse das normas de correção. Nesse caso, o falante deve estar disposto a rever seu juízo, o que aperfeiçoaria o que poderíamos chamar de seu “senso gramatical”. Porém, reciprocamente, o lingüista também tem de estar disposto a rever sua teoria diante das declarações e avaliações do falante competente. Assim, na teoria lingüística também haveria um processo de “mútua adequação”.

Assim, embora um falante nativo não tenha consciência explícita do seu próprio conhecimento das regras da língua que fala, ele possui intuições a respeito dessas regras, e é tarefa do lingüista formular uma teoria que seja descritivamente adequada para dar conta de tais intuições, as quais, como foi dito, serão a pedra de toque daquela teoria. Portanto, embora um falante venha a cometer um erro durante a sua performance, isso não quer dizer que ele desconheça que a língua é regida por regras. Já para o lingüista, a possibilidade de descrever algo como sendo um erro é em si mesmo profundamente significativa, pois acarreta necessariamente a existência de regras. O fato de alguém cometer um lapso como “A grande maioria das pessoas **são acometidas** por esses lapsos” (ao invés de dizer “é acometida”) não significa que não há uma regra que requeira a concordância entre o verbo e o sujeito. Pelo contrário, realça a observação de que os dados da performance constituem o único meio de evidência sobre a natureza da competência de um falante nativo.

Assim, o conhecimento da língua é governado por regras e temos um domínio implícito do conjunto de regras que constituem nossa gramática. Com base em tais regras podemos produzir, compreender e fazer proferimentos e juízos. Assim, suponhamos que não saibamos se a proposição: “A superfície da Terra tem 10,476,954 quilômetros quadrados” é verdadeira ou não. Contudo, não temos nenhuma dificuldade

³¹ Rawls afirma que “a teoria moral é socrática” (pp. 49).

em compreendê-la e, se formos adequadamente informados, poderemos vir a determinar se é verdadeira ou falsa. Esse exemplo visa também ilustrar o assim chamado aspecto criativo no uso da linguagem, não de criatividade no sentido artístico, mas no sentido em que se podem criar sempre infinitamente frases novas e desconhecidas, a partir de elementos finitos conhecidos.

2.3. A criatividade lingüística ou o “Problema de Descartes”

Como vimos, a gramática tradicional não pode dar conta do fato de que o usuário de uma língua é capaz de, nas palavras de Humboldt, “fazer uso infinito de meios finitos” (CHOMSKY, 1986: 30). Esse é o aspecto da criatividade, que é aqui tomado como específico do uso da linguagem. Ou seja, a criatividade em que Chomsky está interessado não é aquela encontrada no desenvolvimento das ciências, pois essa criatividade científica envolve a invenção de novas teorias e conceitos. O próprio trabalho científico de Chomsky exemplifica isso, no momento e que ele decide abandonar o programa da taxonomia descritiva. Pois, para ele, o pesquisador inserido nesse programa não passava de um mero observador e não podia sequer justificar as suas ferramentas descritivas. Chomsky está tampouco interessado na criatividade específica da arte, mesmo daquelas formas de arte que fazem uso de uma língua natural, como o fazem poetas, escritores e romancistas. A criatividade pela qual Chomsky se interessa é aquela exibida no uso natural que bilhões de pessoas comuns fazem, cotidianamente, de sua língua natural, é a criatividade presente no “uso comum da linguagem”, característica de todos os seres humanos, e que não exige nenhum talento especial individual.

Na verdade, não é necessário ter qualquer habilidade especial, nem treinamento científico, para reconhecer que o uso comum da linguagem é criativo. Basta que usemos nosso poder de observação, juntamente com os nossos conceitos de senso comum, que todos nós possuímos, para observar, sem preconceito, o modo como as pessoas, de todas as idades, usam a linguagem. Como salienta McGilvray (*in*

CHOMSKY, 2002: 14), mesmo quando instadas a descrever uma mesma situação, as pessoas raramente usam exatamente as mesmas palavras, e nem mesmo as organizam do mesmo modo. Ao examinar relatos de trinta testemunhas sobre um mesmo acidente, dificilmente iremos encontrar as mesmas frases. A gama de frases diferentes, potencialmente infinitas, mesmo durante o desempenho de um trabalho específico, tal como descrever um acidente, mostra que a originalidade e a inovação são a regra, e não a exceção. Ao que parece, nem mesmo estímulos internos ou externos irão determinar qualquer uma das frases. Nem mesmo a coerção, ou uma ameaça, é suficiente para a produção de uma frase determinada numa ocasião particular: em um caso extremo, mesmo se uma arma estiver apontada para a cabeça de uma pessoa, essa pessoa ainda tem a possibilidade de dizer (ou pensar) o que ela bem quiser. Quanto à coerência e “*appropriateness*”³² ou “*pertinência*”, mesmo quando uma frase nos parece ser estranha, aplicamos o assim chamado “princípio de caridade”, e fazemos o que for possível para tentar interpretá-la de forma coerente e apropriada. A não ser que haja um forte motivo para pensar de outro modo, nós a tratamos como apropriada para quaisquer que sejam as circunstâncias que julgamos ser relevantes e consideramos o falante como um agente racional em controle de e responsável pelo que diz. Por exemplo, se nossos relatos são considerados contribuições para um relatório final feito diante de um tribunal, um relato de uma determinada pessoa será considerado de maior valor, se narrar os fatos com clareza ou der atenção a detalhes. Se, por outro lado, for tomado como uma contribuição para as críticas de um editorial de jornal sobre o péssimo estado de conservação das ruas, um relato que destacar o tamanho dos buracos que estragaram as rodas de um carro terá mais valor. Em suma, certamente, alguns relatos poderão ser vistos como “mais apropriados”, “mais coerentes” ou “mais verdadeiros” que outros, mas, basicamente, todos eles têm a intenção de serem apropriados, e são lidos como tais.

A respeito de frases, observa McGilvray (in CHOMSKY, 2002:15), um grande número delas nunca é, ou foi, dita nem escrita. Enquanto os argumentos acima, sobre o uso da linguagem, são destinados a serem ouvidos por terceiros, é mais importante observar que é muito maior o número de frases produzidas por falantes que nunca são, ou foram, publicamente ditas ou escritas. São frases produzidas silenciosamente, por diferentes razões, como, por exemplo, ao se elaborarem estratégias, em monólogos

³² Na medida em que esse termo designa a competência de emprego contextualmente apropriado de uma expressão em interações conversacionais parece-nos adequado traduzi-lo por “*pertinência*”.

internos, reflexões, ou fazendo especulações. Isso vem a enfatizar que, embora todas as frases possam ser produzidas com um propósito, a maioria delas não é produzida para realizar tarefas que são destinadas a outras pessoas somente porque temos que realizá-las, como por exemplo, fazer um relatório, dar um depoimento, etc. Também devemos enfatizar que a linguagem não é apenas realizada com o intuito de **comunicar** algo a alguém e estão completamente enganados aqueles que pensam que a função e propósito precípuos da linguagem sejam o da comunicação. Nem mesmo uma pequena parte das frases é realmente proferida com a intenção única de comunicar algo a alguém.

Desse modo, exceto pelos discursos padrão, como cumprimentos diários, linguagem técnica (jargões específicos) ou expressões fixas e ritualísticas, as frases produzidas pelas pessoas são geralmente novas e não são, geralmente, determinadas pelas circunstâncias que cercam os proferimentos. E, ainda assim, pessoas fazem contribuições coerentes e apropriadas durante o desempenho de quaisquer tarefas cognitivas em que estejam envolvidas. Podemos verificar isso quando o pedreiro faz piadas com os seus pares, as crianças que falam com seus amigos invisíveis, o desportista que dá conselhos silenciosos ao juiz a respeito da nota que deseja receber, o candidato que especula consigo próprio sobre as prováveis opiniões políticas de seu entrevistador. O uso da linguagem é inovador, sem determinantes causais, coerente e apropriado ou “racional”, e ocorre em todos os momentos de nossas vidas.

A criatividade lingüística parece contribuir significativamente para o que Chomsky chama de “comportamento inteligente” e tem um papel fundamental para grande parte das ações humanas. Quando julgamos se uma frase é apropriada, temos de levar em consideração por que a pessoa diz o que diz, e isso é possível somente se levarmos em conta a tarefa para a qual a frase contribui i.e., quando essa está em um contexto específico. Dado o fato de que linguagem e ação estão inseparavelmente combinadas; que o uso da linguagem comum é criativo e que as línguas naturais oferecem aos seus usuários um número indefinidamente grande de perspectivas cognitivas que podem iluminar as ações, ajudando a trazê-los à tona, e prover maneiras de articular os objetivos e estratégias; compreendemos então como a criatividade no uso da linguagem contribui para tornar um ato criativo também em esforços diários no sentido de “resolver problemas” de todos os tipos. Portanto, a criatividade lingüística é um componente extremamente importante das ações humanas inteligentes e do comportamento em geral. Isso porque, como Chomsky afirma, a linguagem entra de modo crucial no pensamento, na ação e nas relações sociais.

No que tange ao aspecto criativo da linguagem, em qualquer corpo representativo de proferimentos, não importando quão vasto, a grande maioria das frases ocorre apenas uma vez. E quando frases são repetições, são descritas como ritualísticas, i.e., como relacionadas aos inúmeros ritos que constituem uma parte integral do comportamento humano. A partir dessa observação consideremos: (i) supondo que o fim do mundo não seja iminente e que a maior classe de frases em L (onde L representa língua natural qualquer) é constituída por frases que ainda estão por ser proferidas; a segunda maior classe de frases em L é constituída por aquelas já proferidas, mas não registradas. Consequentemente, qualquer corpo de proferimentos registrados pode ser apenas uma representação muito imperfeita da vasta potencialidade de L; (ii) significado primário da frase “X fala L” é que X tem a habilidade de produzir e compreender frases novas o tempo todo, sem refletir sobre elas ou sobre o que esteja fazendo. Ou seja, X usa a linguagem de maneira criativa ou produtiva.

Considerando a questão a partir de outro ângulo, verificamos como as crianças nativas de uma língua em particular têm “a capacidade de produzir e compreender um número indefinidamente amplo de frases que nunca ouviram antes e que provavelmente nunca foram ditas antes por ninguém”³³ (LYONS, 1972: 105). Contudo, é digno de nota que o domínio criativo demonstrado por um falante nativo em sua língua, em circunstâncias normais, é exercido de um modo inconsciente e irrefletido. Geralmente, não nos damos conta da aplicação de regras gramaticais quando construímos frases novas ou quando ouvimos frases que não nos foram ditas antes. E, mais importante ainda, essas frases são aceitas e compreendidas por outros falantes da mesma língua.

O domínio criativo da linguagem é único e específico dos seres humanos. Ao confrontarmos a linguagem humana com sistemas de comunicação de outros seres vivos, percebemos que eles não são “abertos”, ou seja, que o código neles presente não é criativo. Isso

³³ (...) the capacity that all native speakers of a language have to produce and understand an indefinitely large number of sentences that they have never heard before, and which may indeed never be uttered before by anyone.

porque, embora possuam vários sinais representativos para expressar uma mensagem, a maioria deles é “fechada”, pois é apenas admitido um número finito e relativamente pequeno de mensagens e o significado é fixo. Não é possível ao animal variar ou construir novas frases. Porém, é verdade que alguns sistemas de comunicação animal podem incorporar “novas” frases, ao variarem sistematicamente o mesmo “sinal”. Em todo caso, há uma simples correlação entre duas variáveis – o sinal e o significado. Não é possível ao animal criar novos significados para sinais já existentes. Já para a linguagem humana, isso se passa de modo muito diferente. Pois, já na primeira infância, a partir de regras gramaticais internalizadas e um relativo número de léxicos, somos capazes de expressar qualquer pensamento e compreender outros novos, nós apresentados, variando de maneira criativa o significado desejado.

De acordo com McGilvray (in CHOMSKY, 2002: 11), Chomsky considera a linguagem como um “objeto natural” e dedica sua pesquisa à construção de uma ciência da linguagem encarada como uma ciência natural. Pois, como o próprio Chomsky afirma, o estudo da linguagem é um dos meios de estudar a natureza humana, pois a ciência da linguagem não apenas oferece acesso às operações mentais mais fundamentais da mente humana, como também a linguagem é singular aos humanos e está envolvida em praticamente tudo o que fazemos ou pensamos. A criatividade é uma característica prontamente observável no pensamento e nas ações humanas e a satisfação que as pessoas obtêm da criatividade e do exercício da liberdade é a chave principal para as relações sociais. Chomsky sustenta então que a ciência da linguagem pode lançar luz sobre o aspecto da criatividade humana, e que uma observação mais detida dessa criatividade pode nos ensinar algo sobre a estrutura de nossas mentes.

Algumas reflexões empreendidas por Descartes serviram de inspiração a Chomsky, em sua abordagem sobre o problema da criatividade lingüística como uma característica tipicamente humana, em oposição aos animais e mesmo em oposição a algum autômato que viesse a ser construído. Eis por que ele também o chama de “problema de Descartes”. Com efeito, no *Discurso do Método*, Descartes especula sobre a possibilidade de se construir um autômato capaz de reproduzir movimentos e proferir alguns sons, ou melhor, palavras, do mesmo modo que um homem. Contudo, indaga Descartes, seria esse autômato um ser igual ou mesmo comparável ao homem, ainda que ele possuísse as mesmas, ou até melhores, habilidades que possui um homem?

Ainda que fosse possível construir uma máquina dotada de todos os órgãos necessários para realizar diferentes tarefas e que imitasse “tanto nossas ações quanto fosse possível”, Descartes acredita que haveria pelo menos dois meios bastante seguros para reconhecermos que, nem assim, seriam homens ou comparáveis a homens.

Em primeiro lugar, um autômato nunca seria capaz de usar as palavras, nem outros sinais, arranjando-as de modo apropriado a expressar seus pensamentos para outros seres, do modo que os homens são capazes de fazer. Pois, “pode-se muito bem conceber que uma máquina seja feita de tal modo que profira palavras, e até que profira algumas a propósito das ações corporais que causem qualquer mudança em seus órgãos” (CHOMSKY, 2002: 51) como, por exemplo, se ao tocarmos em um determinado ponto, ele responda de um modo, se em outro, ele grite que estão lhe causando algum dano. No entanto, por mais que ele arranje as palavras de modo muito eficaz, jamais será capaz de responder tudo quanto quisermos a ele perguntar, tal como acontece com os homens mais embrutecidos.

Em segundo lugar, por melhor que um autômato possa realizar tarefas, em alguns casos até muito melhor do que os homens, ele não agirá pelo conhecimento, mas somente porque seus órgãos estão dispostos de uma determinada maneira. De fato, por mais que a engenharia seja capaz de construir robôs capazes de realizarem tarefas de coordenação motora fina, como cirurgias, explorações submarinas, viagens planetárias, etc., ou seja, robôs capazes de realizar coisas que outro homem seria incapaz ou teria mais dificuldade em fazer, contudo, eles não possuem nem conhecimento nem consciência alguma sobre os seus atos. Pois, escreve Descartes,

“ao passo que a razão é um instrumento universal, que pode servir em todas as espécies de circunstâncias, tais órgãos necessitam de alguma disposição particular para cada ação particular; daí resulta que é moralmente impossível que numa máquina existam bastantes partes diversas para fazê-la agir em todas as ocorrências da vida, tal como a nossa razão nos faz agir” (DESCARTES, 1973: 87).

Assim, pelos dois meios apresentados acima, podemos reconhecer a diferença entre os homens, de um lado, e animais e máquinas, de outro lado. E, prossegue Descartes, é digno de nota que

“não haja homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem excetuar mesmo os insanos, que não sejam capazes de arranjar em conjunto diversas palavras, e de compô-las num discurso pelo qual façam entender seus pensamentos; e que, ao contrário, não exista outro animal, por mais perfeito e felizmente engendrado que possa ser, que faça o mesmo. (DESCARTES, 1973: 88).

E isso não é porque lhe faltem, pelo menos a alguns dos animais, órgãos necessários para a fala. Os papagaios e outros pássaros possuem tanto um aparelho fonador que possibilita a fala quanto uma memória para armazenar seqüências de sons. No entanto, eles são capazes de repetir palavras, caso recebam determinados estímulos externos, isto é, quando estimulados por outros, eles respondem com expressões fixas, ou seja, não expressam seus pensamentos nem agem por **livre espontaneidade**. Ao passo que os homens, mesmo quando desprovidos dos órgãos da fala, como os surdos e mudos, irão inventar sinais para que possam expressar aos outros o que eles pensam, e aqueles que em sua companhia estiverem dispostos a aprender sua linguagem poderão compreender o que dizem. E não devemos confundir palavras com movimentos naturais, alerta Descartes, que podem ser imitados tanto pelos animais quanto pelas máquinas. Pois, embora existam animais capazes de ações mais engenhosas do que as nossas, isso não prova que sejam melhores, pois trata-se antes apenas da disposição particular de seus órgãos, a qual os fazem agir melhor. A analogia com o relógio ilustra muito bem esse aspecto. O relógio, que é composto de rodas e molas, pode mostrar as horas de modo mais preciso do que qualquer outro ser humano, mas apenas porque é a disposição de seu mecanismo que o torna capaz disso.

Em analogia com Descartes, o argumento de Chomsky parte do pressuposto de que uma **máquina** é essencialmente um dispositivo de estímulo-resposta, i.e. capaz de responder apenas mecanicamente aos *inputs* que recebe, e nada mais do que isso. Alguém até poderia treinar um papagaio para proferir palavras, mas cada palavra será uma resposta fixa para um estímulo externo causando uma alteração no sistema nervoso, como descreve Descartes em uma carta à Marquesa de Newcastle. E o mesmo poderia ser dito de uma máquina programada para “falar”. Em contrapartida, o usuário humano da linguagem tem a capacidade de responder apropriadamente a um espectro indefinido de situações, e essa capacidade parece totalmente distinta de qualquer coisa que poderia ser gerada por uma tabela finita correlacionando *inputs* com *outputs*.

Mas, como explicar, por exemplo, que haja atualmente máquinas que, embora compostas por apenas plástico e metal, são capazes de jogar xadrez, que são capazes de

responder coerentemente e apropriadamente a uma infinidade de movimentos de modos frequentemente novos e surpreendentes? E mais, como é que as máquinas são capazes de surpreender os oponentes humanos mais perspicazes, de um modo que seus próprios programadores são incapazes de prever? Quais são os argumentos de Chomsky e, em última análise quais seriam os de Descartes, para explicar tal proeza?

De acordo com o que Chomsky considera relevante na formulação do problema da criatividade no uso da linguagem ou o “problema de Descartes”, concentrar-nos-emos nas características básicas do fenômeno de uso da linguagem, que Descartes considerou relevante. Ora, o uso comum da linguagem parece ter três características fundamentais.

Em primeiro lugar, para qualquer circunstância dada, parece não haver limite para o número de frases possíveis que podem ser proferidas para dar conta dela. Para Descartes, falantes podem responder a uma pergunta mediante um número indefinido de respostas, isto é, “ilimitadamente” (termo de Chomsky), pois, cada resposta tem o que Descartes chamou de “diferentes organizações de palavras”. Contudo, pelo menos aparentemente, a máquina que joga xadrez também consegue dar soluções ilimitadas frente às jogadas do adversário humano, deixando-o perplexo. Portanto, até aqui, podemos dizer que não há diferença entre um humano e uma máquina, no que concerne às diferentes respostas diante das situações que surgem inesperadamente.

Em segundo lugar, tais respostas provavelmente serão “apropriadas às circunstâncias” e “coerentes”. A esse respeito, devemos mencionar a experiência concebida pelo cientista Alan Turing (*apud* HODGES, 2001), em 1950, que propôs um “teste para determinar a existência de mentalidade” em computadores, para averiguar se tinham a capacidade de responder a uma questão sempre de maneira apropriada, ou por outras, se, de algum modo, computadores são capazes de reagir com “*pertinência*” às situações. Aparentemente, frases **não** precisam ser causadas por circunstâncias ou limitadas em número (estruturas, etc.), para serem apropriadas. Para cada nova situação, respostas adequadas serão usadas e todas serão coerentes com outros proferimentos. Comparando, mais uma vez, a mente humana com a máquina que joga xadrez, esta última também irá fornecer uma resposta coerente para cada jogada. Contudo, apesar dos esforços por parte dos programadores, até hoje, nenhuma máquina conseguiu passar pelo teste assim concebido. Aliás, ainda que uma máquina passasse no teste, como Turing afirma, isso **não** iria provar que ela tenha uma mente como a dos humanos, ou uma mente de qualquer tipo. Contudo, poder-se-ia propor que isso daria ocasião para

modificarmos o modo como vemos a questão e dizer que a máquina de algum modo “pensa”. Pois, segundo Turing, não deveríamos tentar decidir se computadores são capazes, como os seres humanos, de produzir comportamento inteligente. Infelizmente, houve muita discussão em torno do artigo de Turing, mas, com poucas exceções, passou-se por cima do ponto que ele pretendia focalizar. O que podemos depreender disso é que o teste de Turing indica que as observações de Descartes sobre criatividade, especialmente naquela sobre a “*pertinência*” às situações, estavam corretas.

Em terceiro lugar, o estado mental e o meio ambiente do falante não parecem coagir ou forçar um proferimento específico, ou na terminologia de Chomsky, frases parecem ser “livres de estímulos”. Ora, será que podemos dizer que uma máquina é livre de estímulos externos? A resposta a essa questão parece ter de ser dada na negativa. Pois, para cada jogada, ela possui um arquivo ou dados já inseridos, para que possa responder de modo ilimitado e coerente, mas não está livre de estímulos externos visto que ela nunca será capaz de responder livremente a um estímulo, se não possuir uma resposta já programada em seus arquivos de memória. Essa é uma grande diferença entre a máquina e o humano: ele é livre de estímulos externos.

A criatividade lingüística é, sem dúvida, uma característica importante e indispensável como guia para o estudo da linguagem. Porém ela não é a única. Segundo Chomsky, também o fato da aquisição de uma língua materna, algo tão corriqueiro e banal que deixa de nos surpreender, é outro fenômeno tipicamente humano que a pesquisa lingüística tem de dar conta. E é isso o que veremos a seguir. De acordo com Chomsky, os dados disponíveis à criança representam apenas uma amostra mínima do material lingüístico que ela aprende a dominar perfeitamente depois de um prazo bem curto.

2.4. O problema da aquisição de uma língua ou o “Problema de Platão”

O “problema de Platão”, ao qual Chomsky faz, freqüentemente, referência, pode ser expresso nos seguintes termos: “Como é que os seres humanos, cujo contato com o mundo é breve, pessoal e limitado, são capazes de saber tanto quanto sabem?”. O surgimento desse problema pode ser traçado desde o famoso diálogo intitulado *Mênon*, de Platão, que será tratado mais detidamente no próximo capítulo. Segundo Chomsky, a

aprendizagem de uma língua é um exemplo notável da pobreza de estímulos a que estamos submetidos, da qual resulta, paradoxalmente, que venhamos a saber muito mais do que o que nos fora “ensinado” ou do que aquilo a que fôramos expostos. Chomsky costuma fazer referência a esse fato, em sua querela com as concepções behavioristas do aprendizado de uma língua.

Com efeito, no âmbito da linguagem, essa constatação pode ser ilustrada pela convergência das intuições que os falantes têm a respeito de frases nunca antes ouvidas. Consideremos a frase: “Pedro **bem** fala francês”. A primeira consideração que podemos fazer a respeito dessa frase não diz respeito à incompreensibilidade dela, nem mesmo se se trata de uma frase ininteligível, de significado obscuro ou estilisticamente infeliz. Ela simplesmente **não** é gramaticalmente aceitável na língua portuguesa, e qualquer falante nativo reconhece isso, sem hesitação ou dúvida. Em segundo lugar, a frase não é complexa, nem longa, e muito menos de algum valor filosófico, pois ela não ergue nenhuma pretensão controversa sobre a existência ou não de algo estranho ou irreal, e nem mesmo sobre questões morais. É simplesmente uma frase, sem nenhum valor agregado. Em último lugar, é provável que todos aqueles que a julgarem ser uma frase “ruim” não tenham sido necessariamente explícita ou formalmente ensinados. Tal conhecimento simplesmente faz parte do que significa saber a língua portuguesa. Com base nessas afirmações, parece-nos correto dizer que a ninguém tem sua língua materna **explicitamente** ensinada.

Em contraposição a isso, de acordo com a explicação behaviorista do aprendizado da linguagem, seria apenas através dos estímulos externos, produzidos intencionalmente pelos instrutores da língua, no caso, os pais e adultos em geral, que irão gerar respostas adequadas por parte dos aprendizes, em cada situação. Por exemplo, de acordo com Wittgenstein, que Chomsky não hesita em alinhar, repetidamente, ao lado dos behavioristas, ainda que talvez como um “mais refinado” representante dessa corrente, o ensino da regra de uso de uma palavra é normalmente realizado mediante *drills*³⁴. Como no famoso caso da hipotética língua de construtores, no § 2 das *Investigações Filosóficas*, em que o aprendizado das palavras “lajota”, “cubo”, etc., consiste num exercício repetido e explícito de exibição de um objeto e de uma ação executada com o mesmo, acompanhado do proferimento da palavra por parte do professor. Segundo Wittgenstein, esse *drill* **não** tem por objetivo produzir uma

³⁴ São repetições orais de certas estruturas linguísticas geralmente usadas em cursos de idiomas para ajudar o aluno a memorizar as regras gramaticais.

associação entre a palavra e a imagem de uma lajota, por exemplo, mas, sim, produzir o aprendizado de um “jogo de linguagem”, de uma correlação entre uma palavra e determinadas atividades a ela ligadas. Desse modo, no hipotético contexto e questão, quando alguém proferir a palavra “lajota”, o que se espera do aprendiz **não** é que traga à sua memória a imagem da lajota ou algo parecido, mas que saiba que **fazer** com ela. Como quer que seja, Wittgenstein assimila o ensino de uma língua materna àquele método que é normalmente empregado no ensino de uma segunda língua, ou seja, concebe o ensino da língua (materna) como algo que se realiza por *drills*, por uma explícita e consciente repetição de proferimentos e de gestos por parte de quem ensina a língua, o que tem como resultado que o aprendiz aprende a reagir de uma determinada maneira, quase que mecanicamente, diante dos proferimentos de terceiros.³⁵

Para os professores de língua estrangeira, *drills* são repetições mecânicas de certas estruturas fixas. Por exemplo, quando, ao ensinarmos a estrutura e uso do verbo ‘to be’, primeiro expomos o aluno à conjugação do verbo fazendo-o repeti-la e, em seguida, inseri-lo-emos em pequenas frases, para que ele perceba o contexto do uso, para finalmente realizar os *drills*. Isso é feito a partir de frases fixas onde o aluno irá substituir um dos elementos por outro. Por exemplo, esse tipo de exercício se dará da seguinte forma³⁶:

- a) Peter is happy. (Peter está feliz) (they - sad) – They are sad. (Eles estão tristes)
- b) I am feeling cold. (Eu estou sentindo frio) (you - hot) – You are feeling hot. (Você está sentindo calor)
- c) They are hard-working. (Eles são trabalhadores) (she - lazy) – She is lazy. (Ela é preguiçosa)

Como estamos lidando nesse caso com o ensino da estrutura do verbo juntamente com o uso de adjetivos, o aluno irá substituir tanto o sujeito por outro, conjugando corretamente o verbo, quanto os adjetivos entre parênteses, para formar a nova frase. Com isso, o objetivo aqui acaba sendo duplo embora isso não precise, necessariamente, ocorrer na realidade. O ensino explícito tanto da estrutura do verbo quanto dos adjetivos opostos e, implicitamente, o uso de uma conjunção. Com isso, os alunos irão entender que sempre se usa o verbo ‘to be’ para falar sobre qualidades de

³⁵ Levando em conta o modo como Wittgenstein explica em que consiste o aprendizado de uma palavra como “lajota”, por exemplo, naquele hipotético jogo de linguagem, podemos perguntar em que medida ele abre espaço para o aspecto da criatividade no uso da linguagem, de que tratamos anteriormente.

³⁶ Manteremos os exemplos em inglês para poder ilustrar melhor como ocorre o ensino destas estruturas em cursos de idiomas. Segue a tradução entre parênteses.

um substantivo próprio ou comum. É um excelente exercício de reforço para alunos que estão adquirindo uma segunda língua. Mas, até mesmo o ensino de língua estrangeira tem passado por várias reformulações de metodologia com abordagens mais apropriadas e interessantes. Contudo, estamos nos referindo às crianças que estão adquirindo a sua língua materna, e não uma segunda língua.

Entretanto, é razoável supor, como o fizeram Skinner e Wittgenstein, que quando “ensinamos” uma criança a falar, repetimos, consciente e explicitamente, inúmeras e incontáveis vezes, uma mesma palavra ou estruturas frasais, até que a criança as repita e reaja diante delas executando corretamente as ações a elas correlacionadas, como é feito no ensino de uma língua estrangeira? Foi exatamente contra essa concepção que, em seu aclamado artigo “*A review of B.F. Skinner’s Verbal Behavior*”, Chomsky se opôs, refutando a teoria do aprendizado que lhe é subjacente. Pois, de acordo com ele, uma criança jamais é ou mesmo poderia ser submetida à totalidade dos estímulos que explicariam seu comportamento verbal. O essencial não é o condicionamento, mas a criatividade, a capacidade de produzir elementos novos, jamais antes ouvidos ou proferidos. Chomsky também acusa os modelos behavioristas de aprendizagem da linguagem de serem incapazes de explicar os vários fatos sobre a aquisição da linguagem, como, por exemplo, a rápida aquisição da linguagem por parte de uma criança, fenômeno chamado de “explosão lexical”. As habilidades lingüísticas da criança parecem ser radicalmente indeterminadas pela evidência do comportamento verbal oferecidos a ela, em um curto período na qual ela expressa essas habilidades. Além disso, Chomsky acredita que simplesmente não parece ser verdadeira a afirmação behaviorista de que a aprendizagem de uma língua dependa da aplicação do reforço. Uma criança **não** profere, por exemplo, a palavra “casa”, repetidamente, na presença de mais velhos, para que ela garanta o reforço, presumidamente necessário, e isso é ainda menos plausível, no que tange às estruturas frasais.

Como dissemos anteriormente, é justamente em virtude dessa mudança significativa de perspectiva que Chomsky passa a ter a originalidade de seu trabalho reconhecida, e o termo “revolução cognitiva” começa a ser empregado a partir desse momento. Como argumentamos antes, nesse período, o que houve foi “uma mudança de perspectiva: do estudo do comportamento e seus produtos para os mecanismos internos usados pelo pensamento e pela ação humanos” e a diferença principal entre a abordagem behaviorista e a nova abordagem é que “a perspectiva cognitiva vê o comportamento e seus produtos **não como o objeto** de investigação, mas como **dados**

que podem fornecer evidências sobre os mecanismos internos da mente e os modos como esses mecanismos operam ao executar ações e interpretar a experiência” (CHOMSKY, 1998: 21).

2.5. Das Regras aos Princípios

Como vimos ao final do capítulo anterior, o novo modelo de análise gerativa proposto por Chomsky apresentava a vantagem de possuir um grande poder descritivo. Contudo, o próprio Chomsky veio a reconhecer que ele tornara praticamente impossível a explicação da aquisição da linguagem. Diante disso, ele se propôs como objetivo a ser alcançado por sua lingüística a redução do número de regras, sem, contudo, sacrificar a sua capacidade descritiva.

Desse modo, o primeiro passo para obter um ganho em simplicidade, sem perder o poder explicativo das gramáticas, foi o desenvolvimento de **princípios universais** que deveriam pertencer ao escopo de uma teoria lingüística propriamente dita e que, portanto, não deveriam constar das gramáticas de línguas particulares e, conseqüentemente, não se supunham mais constituir o que seria propriamente aprendido ou adquirido, no aprendizado de uma língua natural qualquer. Como podemos já depreender, esse foi o começo da introdução da tese do inatismo em sua obra.

Deixando ainda de lado, no momento, as implicações propriamente filosóficas e cingindo-nos a considerações no interior da lingüística, podemos dizer que essa nova perspectiva foi adotada por Chomsky, em 1962 (*apud* SMITH, 1999: 63), mais exatamente, em seu artigo intitulado: “A over A condition”. Nesse artigo, ele tinha por princípio o objetivo de limitar a aplicação das regras para um subconjunto menor de possibilidades lógicas. Por exemplo, se uma categoria, tal como os sintagmas nominais, pudesse incluir como parte de sua estrutura outra da mesma categoria, i.e. outro sintagma nominal, então qualquer regra mencionada como sintagma nominal tinha de ser elaborada referindo-se àquela instância mais inclusiva. Ilustremos com um exemplo. Consideremos que as perguntas para a frase “Ana mexeu a sopa” podem ser: (a) “Ana mexeu o que?” E (b) “O que Ana mexeu?” onde o pronome interrogativo “que”

funciona como um sintagma nominal e a resposta “a sopa” será o objeto direto do verbo. No entanto, os objetos podem ser muito mais complexos em sua estrutura, do que nos exemplos anteriores. Consideremos as frases:

(a) Ana mexeu [sn[sn a sopa] e [sn o feijão]]

(b) Ana mexeu [sn[sn a sopa] que tinha gosto de [sn espinafre]]

Os colchetes nas frases acima indicam o objeto direto em cada caso, que consiste de um sintagma nominal com outro sintagma nominal nele embutido. Assim como o pronome interrogativo “que” pôde substituir as informações “a sopa” nos exemplos anteriores, também pode substituir “a sopa e o feijão” ou “a sopa que tinha gosto de espinafre”.

Surpreendentemente, não é possível interrogar as sub-partes daqueles sintagmas nominais embora eles também sejam sintagmas nominais. Isto é, não podemos questionar as sub-partes esperando que tenhamos alguma resposta, pois simplesmente não faz sentido fazer perguntas desse modo. Os exemplos abaixo irão esclarecer o ponto.

O que Ana mexeu a sopa e -?

O que Ana mexeu – e o feijão?

O que Ana mexeu a sopa que tinha gosto de -?

Embora esses exemplos possam parecer irrelevantes, de acordo com Smith, a sua importância reside no fato deles ilustrarem uma propriedade geral da linguagem e todas as outras línguas irão obedecer à regra “A over A condition”. Essa generalização transformou o que era um problema descritivo em uma solução explanatória. A pressuposição é que quando uma criança está elaborando quais são as regras de sua língua materna, ela pode ignorar uma grande quantidade de alternativas, que são logicamente possíveis, mas linguisticamente excluídas pelo princípio universal. A universalidade desse princípio nos leva a crer que ele seja parte da arquitetura mental que a criança traz em si para a tarefa da aprendizagem da língua, e não algo que ela aprende a fazer. Ora, tanto para simplificar as gramáticas das línguas particulares, apelando para os princípios universais, quanto à tensão entre a descrição e a explicação foram resolvidas em parte pelo estabelecimento de aspectos comuns às regras de todas as línguas. Isso quer dizer que diferentes transformações observadas demonstram que há propriedades em comum, sugerindo que tais princípios são, na verdade, os mesmos para

todas as línguas. Essa argumentação foi desenvolvida em “On WH-movement”³⁷ e resultou em uma dramática redução das transformações. Como pode ser visto nos exemplos abaixo, as regras envolvidas em perguntas, orações subordinadas, e outras construções similares, podem mover um objeto para perto do verbo regente e compartilham de uma variedade de outras propriedades:

- (a) O que Ana mexeu?
- (b) A sopa que Ana mexeu estava cheio de espinafre.
- (c) Foi a sopa que Ana mexeu.
- (d) O que Ana mexeu foi a sopa.

Uma vez que essas particularidades foram reconhecidas e formalizadas, o conjunto de regras mencionado pode ser reduzido para uma única generalização, o “Move-WH” (mova o pronome interrogativo). É claro que não são apenas os pronomes interrogativos que podem ser movidos dentro de uma frase. Há, ainda, uma variedade de construções, como a voz passiva, nas quais os sintagmas nominais são movidos, mas possuem outras características. Enquanto o “WH-movement” não é ligado, o mesmo não acontece com os sintagmas nominais que são ligados. Dessa maneira, é gramaticalmente correto dizer que a voz passiva de “Maria beijou João” é “João foi beijado por Maria”, mas já na frase “é evidente que Maria ama João”, se seguirmos a regra descrita acima, a voz passiva correspondente seria “João é evidente que é amado por Maria” o que **não** é considerada uma frase gramatical, porque o sintagma nominal “é evidente que Maria” é ligado ao objeto “João” que não pode ficar tão longe do verbo principal. O correto, portanto, seria “É evidente que João é amado por Maria”.

Há muitas diferenças entre o movimento do sintagma nominal e o “WH-movement”, mas esses se tornaram previsíveis e foi possível reduzir todos os movimentos para uma única generalização: o princípio “Mova- α ” (onde por “ α ” entende-se tipo de constituinte). Esse princípio, que apenas diz que o movimento é uma possibilidade permitida pela teoria lingüística, pode ser extraído de uma gramática de qualquer língua particular e, portanto, ser atribuída à faculdade da linguagem. De acordo com Smith, há, portanto, duas conseqüências fundamentais dessa nova

³⁷ On WH-movement (Movimento dos pronomes interrogativos) refere-se ao nome do artigo de Chomsky. O que estamos querendo explicar aqui é como ocorre o movimento interno dos pronomes interrogativos dentro de uma construção frasal. Como em inglês os pronomes interrogativos frequentemente começam com WH (where, who, which, when, etc.) a argumentação a respeito destes pronomes recebe a abreviação WH. No entanto, em português, os pronomes interrogativos (onde, quem, qual, quando, respectivamente) têm letras diferentes. Portanto, onde houver WH, deve-se ler ‘pronome interrogativo’.

abordagem. Em primeiro lugar, a redução no número de regras faz com que a tarefa de aquisição da criança seja dramaticamente mais simples; particularmente, há tão poucas regras que os problemas de ordenação das regras não são mais o problema central e tudo que o aprendiz tem de fazer é descobrir a que precisamente “ α ” se refere na língua a que ele está exposto. Em segundo lugar, a noção de “construção” pode ser eliminada. As regras da gramática agora se caracterizam como bem formadas num conjunto de fenômenos: por exemplo, todas aquelas frases onde uma palavra interrogativa fora movida de lugar. Conseqüentemente, falar de uma construção em particular é desnecessário, na medida em que ela é incluída na discussão mais geral de “todas aquelas coisas com a propriedade X”. E mais, é ainda possível fazer uma alegação mais forte: falar de construções não é somente desnecessário, mas é errado. Muitas frases têm propriedades que pertencem a mais de um tipo de construção. Ora, construções são agora apenas um epifenômeno: efeitos colaterais de princípios mais abstratos e gerais.

Porém, não devemos esquecer que o problema fundamental para uma teoria lingüística é o de explicar a possibilidade da aquisição da linguagem, como temos argumentado desde o início desse capítulo. Isso é feito de modo a especificar o que a gramática de uma língua humana possa ser. E a melhor teoria será aquela que fornecer essa caracterização de maneira mais restrita possível. Ou seja, uma teoria – da gramática gerativa ou quaisquer de suas alternativas – é mais simples quando os seus constructos podem ser eliminados das gramáticas particulares e atribuídos aos princípios universais.

2.6. O modelo de aquisição de Chomsky

Em *Language and Mind*, Chomsky (1968: 113) afirma que há dois tipos de evidência sugerindo que condições formais arraigadas são satisfeitas por gramáticas de todas as línguas. A primeira evidência é fornecida pelo estudo de uma grande quantidade de línguas. Com efeito, no intento de construir uma gramática gerativa para as mais diversas línguas, os investigadores são freqüentemente levados a concluir que existem formas e organizações similares em todas as línguas. Mas, a outra evidência, mais persuasiva, é a da existência de uma gramática universal e, o que é ainda mais interessante, essa evidência pode ser fornecida pelo estudo de uma única língua.

Consideremos o problema da determinação das capacidades mentais que tornam possível a aquisição de uma língua. Se o estudo da gramática – ou da competência lingüística – envolve um processo de abstração ou de idealização do uso da linguagem – ou da performance –, então o estudo das capacidades mentais que tornam possíveis a aquisição da gramática envolve uma segunda ordem de abstração. Podemos formular o problema de determinar as características intrínsecas de um dispositivo de propriedades desconhecidas que aceita *inputs* – dados de entrada – dos dados disponíveis à criança aprendendo a sua língua materna, e produz *outputs* – dados de saída – da gramática gerativa daquela língua. De acordo com Chomsky (CHOMSKY, 1965: 38) por gramática gerativa, devemos entender simplesmente um sistema de regras que, de modo explícito e bem definido, atribui descrições estruturais às frases. Por *output* entende-se a gramática internamente representada, o domínio da qual constitui o conhecimento da língua. Em outras palavras, o *input* consiste em dados empíricos relevantes, isto é, uma quantidade suficientemente ampla e representativa de manifestações da língua L (inglês, português, etc.), produzidas pelo ambiente em que a fala ocorre. O *output* consiste no domínio de L, particularmente no domínio das regras fonéticas e gramaticais de L. Para que seja possível entendermos o funcionamento do mecanismo de aprendizagem de uma língua, precisamos compreender a natureza da função que reflete os dados empíricos observados, ou seja, as manifestações lingüísticas dos falantes adultos de L, na gramática formalizada de L.

Para facilitar a formulação de questões mais profundas, é útil considerar o problema abstrato da construção de um ‘modelo de aquisição’ para a linguagem, ou seja, uma teoria da aprendizagem da linguagem ou construção gramatical. Uma criança que tenha aprendido uma língua desenvolveu uma representação interna de um sistema de regras que determina como as frases são formadas, usadas e compreendidas. Segundo Chomsky, o aprendizado de uma língua exige que a criança

construa uma gramática com base em tais dados [os proferimentos lingüísticos realizados no meio ambiente falante], ou seja, uma teoria da linguagem, da qual as frases bem formadas constituem uma pequena amostra dos dados lingüísticos primários. Assim, para aprender uma língua, a criança tem de ter um método para projetar uma gramática apropriada, a partir dos dados lingüísticos primários. Como condição prévia para o aprendizado da linguagem, [a criança] tem de estar de posse, em primeiro lugar, de uma teoria lingüística que especifica a forma de uma gramática de uma língua humana possível, e, em segundo lugar, de uma estratégia para selecionar uma gramática de forma apropriada e compatível com os dados

lingüísticos primários³⁸ (CHOMSKY, 1965: 25).

Dito de outro modo, a criança desenvolveu e internamente representou uma gramática gerativa. E a criança fez isso com base na observação do que é chamado de dados lingüísticos primários. Esses dados devem incluir exemplos da performance lingüística que são retirados de frases bem formadas, mas também deve incluir exemplos designados como não-frases, e outras informações requeridas para a aprendizagem da linguagem. Com bases nesses dados, a criança constrói uma gramática, uma teoria na qual frases bem formadas que constituem os dados primários representam apenas pequenas amostragens. Embora a criança não receba atenção especial ou ensino explícito, parece que muito da fala real observada consiste em fragmentos e expressões divergentes de inúmeros tipos. No entanto, tudo indica que a criança possui a capacidade de ‘inventar’ uma gramática gerativa, que define o que seja boa formação e assinala interpretações para as frases, embora os dados primários que ela use como base para esse ato da construção teórica seja deficiente em vários aspectos. Com base nos dados lingüísticos primários ou ‘*triggering*’³⁹ que a criança recebe, ela irá estabelecer as regras. Por exemplo, na conjugação de verbos e no uso de gêneros, a criança tende a seguir um padrão, ou generalizações, e as aplica com frequência. Com o passar do tempo e com mais experiência, ela irá corrigir eventuais distorções. Assim, é bem possível que venhamos a ouvir uma criança brasileira proferir a seguinte frase ‘Meu amigo é sapeco’, mas não é admissível que jamais viéssemos a ouvi-la dizer ‘Amigo sapeco é meu’. Pois essa hipotética criança já compreendeu a estrutura da língua, enquanto ainda testa algumas possibilidades e generaliza regras. E é nesse aspecto, e apenas nesse, que podemos dizer que há um ensino, ou melhor, um reforço, por parte dos pais (SMITH, 1999: 117).

Assim sendo, os pais não ensinam aos seus filhos a sua língua materna, pois eles não dispõem do conhecimento explícito necessário para fazê-lo, e mesmo que os pais pudessem dar as instruções relevantes à criança, ela não compreenderia as

³⁸ On the basis of such data, the child constructs a grammar - that is, a theory of the language of which the well-formed sentences of the primary linguistic data constitute a small sample. To learn a language, then, the child must have a method for devising an appropriate grammar, given primary linguistic data. As a precondition for language learning, [the child] must possess, first a linguistic theory that specifies the form of the grammar of a possible human language, and, second, a strategy for selecting a grammar of the appropriate form that is compatible with the primary linguistic data.

³⁹ *Triggering* refere-se aos *inputs* recebidos que geram um “disparo” ou “desencadeamento” fazendo com que a criança comece a compreender as regras produzindo, assim, proferimentos lingüísticos.

instruções. O que os pais fornecem à criança são os dados lingüísticos primários para que ela mesma construa a gramática da língua particular a que está exposta. Portanto, de acordo com Chomsky, uma língua é aprendida **sem** necessidade de ser **explicitamente** ensinada, e, exatamente por isso, o modelo explicativo behaviorista é incapaz de dar conta do aprendizado de uma língua. No entanto, há alguns aspectos que são **explicitamente** ensinados na escola, por exemplo, convenções ortográficas, vocabulário técnico, convenções sociais, etc., mas esse ensino explícito já supõe o aprendizado de uma língua natural. Aliás, é digno de nota que mesmo pessoas analfabetas possuem o conhecimento de sua língua, ou seja, são falantes competentes de sua língua materna, embora lhes tenha faltado instrução formal (SMITH, 1999: 117).

Ora, o ensino explícito é, na melhor das hipóteses, de importância periférica na aprendizagem de uma língua materna. Na verdade, a própria palavra “aprendizagem” nos parece inadequada, pois, como Chomsky tem afirmado, “em certos aspectos fundamentais, nós não aprendemos a linguagem; ao invés disso, a gramática cresce na mente” (CHOMSKY, 2002: 29). Podemos retirar duas implicações de tal tese. Em primeiro lugar, quaisquer que sejam os processos que venham a constituir a “aprendizagem”, eles não são característicos da aquisição da linguagem e, sendo assim, a aprendizagem **deve** ser vista mais como um **desenvolvimento** da criança, em lugar dos exemplos padronizados de aprendizagem behaviorista. Em segundo lugar, tal desenvolvimento está correlacionado ao processo de maturação **biológica**, ou seja, todos os indivíduos, desconsiderando diferenças idiossincráticas e do meio ambiente, passam por um **período crítico** e manifestam **estágios idênticos** de desenvolvimento lingüístico. Essa teoria da aquisição da linguagem de Chomsky ficou conhecida como ‘*parameter setting*’⁴⁰, sendo discutida em vários artigos e, mais especificamente, no capítulo “*A teoria dos princípios e parâmetros*” na obra *O Programa Minimalista*.

2.7. A teoria do parameter setting

De acordo com considerações anteriormente feitas, tanto a teoria da aprendizagem behaviorista quanto o ensino nas escolas supõem que estejam aí

⁴⁰ Essa expressão quer dizer que há um estabelecimento de parâmetros, e manteremos a expressão em inglês.

envolvidos mecanismos de associação, indução, condicionamento, formulações hipotéticas e testes, generalizações, etc. Contudo, nada disso parece estar presente na aquisição da língua materna, visto que as crianças, no período da aquisição da língua materna, nem mesmo teriam condições de compreender esses procedimentos. Além disso, o padrão de erros encontrados durante a performance das crianças torna implausível a teoria tradicional da “aprendizagem”. No entanto, há algumas áreas onde a analogia e generalização tem um papel (restrito), como por exemplo, na morfologia. As crianças tendem a generalizar padrões da morfologia como, por exemplo, quando dizem “*eu sabo” em lugar de “eu sei”. Tal exemplo evidencia que as crianças estão desenvolvendo sua própria gramática baseada em regras, em vez de adquirirem a linguagem meramente imitativa, pois os pais geralmente não provêm modelos exatamente iguais aos que as crianças vêm a usar. É importante salientar também que tais erros **não** são característicos da sintaxe. Assim como a criança não irá produzir proferimentos sintaticamente inadequados, ela também não terá problemas em entender frases corretamente, i.e. não há nem sequer falha de interpretação por parte da criança. Pois, de acordo com o programa *Princípios e Parâmetros*, o que a criança tem de fazer é estabelecer os ‘switches’⁴¹, isto é, selecionar uma das possíveis seqüências lógicas da linguagem humana. Sendo assim, como pré-condição para a aprendizagem de uma língua, a criança deve possuir uma teoria lingüística que especifica a forma da gramática de uma língua humana possível e uma estratégia para selecionar uma gramática na forma apropriada e compatível com os dados primários.

Pois, as diferentes línguas possuem diferentes ordens sintáticas. Por exemplo, em inglês, assim como em português, as frases são geralmente formadas na ordem SVO (sujeito-verbo-objeto), por exemplo, como na frase “sapos comem moscas”. Já em outras línguas, como o japonês, a ordem é SOV e a frase equivalente seria “sapos moscas comem” e em árabe é VSO na qual a ordem da frase seria “comem sapos moscas”. Há línguas que têm a ordem VOS, OVS e OSV, embora as duas últimas sejam extremamente raras. A última ordem mencionada é característica da língua de sinais. Como a língua de sinais é uma língua visual, a ordem correta para expressar o que se quer é indicar primeiro o objeto e depois a ação, por exemplo, “loja eu ir” e, por isso, assume a ordem OSV. O importante é que todas as seis combinações sintáticas são

⁴¹ Literalmente, *switches* significa ‘chave’, ‘interruptor’. Nesse caso, é como se a criança estabelecesse qual ‘chave’ deve acessar para aprender a língua a qual está exposta. No entanto, manteremos a expressão em inglês, pois não há uma palavra específica em português que expresse o sentido desejado.

logicamente possíveis e toda e qualquer língua humana concebível terá de assumir uma das ordens acima consideradas, porque não há outra ordem lógica possível. Essa é uma das evidências que levaram Chomsky a sustentar a teoria dos **universais lingüísticos**.

Ora, mesmo sendo possível substituir as regras idiossincráticas, ou seja, próprias a uma língua particular, por princípios gerais, sabemos que as línguas são bastante diferentes entre si. Como vimos acima, as ordens sintáticas variam entre as línguas, mas, ao invés de elaborar diferentes regras para cada possibilidade sintática, essas diferenças são agora atribuídas ao que Chomsky chama de ‘variação de parâmetros’. Conforme SMITH (1999: 81), na versão original de Chomsky sobre essa noção, a variação era associada com os princípios universais, os quais especificavam de antemão um delimitado conjunto de todas as possíveis variações. Há um princípio lingüístico enunciando que todas as construções têm ‘heads’ ou ‘cabeças’, ou seja, uma frase qualquer irá, necessariamente, começar por um verbo e, portanto, terá como ‘head’ um sintagma verbal (SN), ou por um substantivo, e o ‘head’ será um sintagma nominal (SN), e assim por diante. Há, no entanto, alguma liberdade de escolha na medida em que o ‘head’ pode ocorrer ora antes, ora depois de seu complemento. A maior diferença entre a seqüência do inglês (SVO) e a do japonês (SOV) resulta da diferente escolha dos valores dos parâmetros, Chomsky também se refere aos parâmetros como se fossem ‘switches’, como foi discutido acima. A maior vantagem da estrutura dos Princípios e Parâmetros está no potencial que ela tem para solucionar o “problema de Platão”, a saber, como crianças podem adquirir a língua materna com tanta rapidez e eficiência, apesar de estarem expostas a um volume de informações ou de estímulos relativamente muito pequeno. Pois o processo de aquisição é encarado mais como uma tarefa de seleção, em vez de uma tarefa de instrução, isto é, a gama de possibilidades lingüísticas vem pré-especificada e a tarefa da criança consiste em escolher a correta. A idéia seminal é a de que o essencial da linguagem já está previamente programado na mente da criança, de modo que a aquisição da linguagem consiste simplesmente na seleção da sintaxe apropriada à língua a qual a criança está exposta.

Se essa concepção estiver correta, poderemos admitir que a aquisição da linguagem seja, em grande medida, **internamente impulsionada**, em lugar de ela ser apenas uma reação quase mecânica aos estímulos externos. Tanto o desenvolvimento de outros sistemas biológicos quanto a linguagem estão sujeitos ao controle maturacional, e a aquisição da linguagem em particular, geralmente ocorre dentro do que é chamado de “janela de oportunidade” (SMITH, 1999: 120), o que é conhecido como período

crítico. É interessante observar que há evidência de que a aquisição da língua materna ocorre durante o período crítico, ou durante uma série de períodos críticos, e que o desenvolvimento da linguagem na criança é correlato de outros desenvolvimentos maturacionais.

2.8. A hipótese do período crítico

Segundo Chomsky, a aquisição de uma língua materna ocorre dentro de uma fase por ele denominada como período crítico. Esse período dura alguns anos e termina definitivamente no início da puberdade. Sabemos que aquela criança que não for exposta, minimamente, aos dados lingüísticos primários, durante essa fase crítica, ficará irremediavelmente impossibilitada de adquirir uma língua materna pelo resto da vida. Dado o que sabemos sobre o desenvolvimento das crianças, pode parecer estranho quando nos deparamos com a afirmação de que a aquisição da língua materna é idealmente descrita como se ocorresse instantaneamente. No entanto, embora isso que, nas palavras de Chomsky, constitui uma verdadeira proeza, seja realizado de modo natural, e em toda parte, não devemos esquecer que, apesar da faculdade da linguagem ser infalível, ela não tem nada de trivial. Portanto, como pode um processo que leva alguns anos ser considerado algo instantâneo? Embora haja uma grande uniformidade entre as crianças que estão aprendendo a sua primeira língua no que diz respeito aos estágios do desenvolvimento delas, as crianças não diferem uma das outras. Por mais que uma criança produza a frase “não bebê come” enquanto outra “come bebê não”, ambas as crianças irão finalmente produzir a frase negativa sintaticamente adequada, assim como qualquer outro adulto. Portanto, embora haja diferenças iniciais no sistema gramatical da criança, essas diferenças **não** afetam em nada o resultado gramatical final. E o que Chomsky está querendo nos explicar é que essa enorme facilidade que os bebês têm em adquirir uma língua repousa no fato delas possuírem um mecanismo pré-moldado geneticamente para a tarefa de adquirir a linguagem, i.e. cada membro da espécie humana vem, por assim dizer, equipado com o que ele chama de *language acquisition device* (LAD) ou mecanismo de aquisição de linguagem.

Em outras palavras, a hipótese da existência desse mecanismo sustenta que há uma “janela de oportunidade” geneticamente determinada para a aquisição da linguagem. Se a criança não adquirir sua língua materna durante esse período crítico, se

ela não puder aproveitar a abertura da janela, ela **jamais** terá domínio completo e nativo de qualquer língua. A aquisição da primeira língua deve ocorrer no máximo antes da puberdade. As evidências para essa hipótese podem ser encontradas em diversos casos. O caso mais óbvio é o contraste entre o estado final da aquisição da língua materna, L1, e da segunda língua, L2, que é adquirida entre os nove ou dez anos de idade. É surpreendente que, nessa faixa etária, a criança seja capaz de adquirir a L2 sem esforço e num período de apenas alguns anos. Em contrapartida, é comum adultos migrantes encontrarem comumente grandes dificuldades em adquirir a língua estrangeira, não alcançando o mesmo grau de fluência e de intuições de crianças colocadas na mesma situação. Enquanto há alguns raros indivíduos talentosos que conseguem aprender a L2 alcançando a mesma habilidade de um falante nativo, **toda** criança, exceto em casos patológicos, obtém perfeita fluência de sua L1, L2, L3 se a exposição ocorrer dentro do período crítico.

A segunda evidência é encontrada na aquisição diferencial da língua de sinais por crianças surdas, em diferentes faixas etárias. De acordo com Smith, no artigo de Rachel Mayberry (*apud* SMITH, 1999: 122), mostrou-se que “indivíduos que adquiriram a língua americana de sinais (ASL) como L2, depois da infância, tiveram um desempenho excelente, comparado àqueles que a adquiriram como L1 exatamente no mesmo período” (SMITH, 1999: 122). À primeira vista, poderíamos supor que essa superioridade constitua como um contra-exemplo às alegações sobre o status privilegiado de aquisição de L1. No entanto, a pesquisa em questão também mostra que nove entre dez crianças surdas tem pais normais, enquanto uma entre dez crianças surdas tem pais também surdos. E é justamente esse último grupo que é lingüisticamente privilegiado, pois seus membros estão expostos à linguagem normal de sinais desde muito cedo, enquanto o outro grupo quase não recebe nenhum *input* lingüístico. Há, portanto, dois grupos: no primeiro, as pessoas tinham adquirido a língua falada e ficaram posteriormente surdas, tendo que aprender a ASL como L2 na fase adulta; no segundo, pessoas já nascidas surdas, com pais não surdos, não tiveram quase nenhum *input* lingüístico e cresceram quase que sem linguagem. Em tal circunstância, o primeiro grupo possuía alguma base lingüística, mesmo que ela não pudesse ser diretamente usada, o que foi suficiente para “desencadear” (*trigger*) o desenvolvimento da faculdade da linguagem num grau mais elevado, mesmo tendo aprendido a L2 já na idade adulta, ou seja, depois do período crítico. Já o segundo grupo, cujos membros foram desprovidos de qualquer *input* durante o período crítico, adquiriram a ASL como

L1 somente com deficiências. Isso quer dizer que, para a aquisição de L1 ser “perfeita”, ela **deve** ocorrer dentro da “janela de oportunidade”.

A última evidência vem dos casos conhecidos como “crianças lobo”, isto é, crianças que foram abandonadas ou isoladas na infância e criadas privadas de qualquer *input* lingüístico normal. Quando essas crianças são resgatadas, com freqüência após o período crítico, elas não produzem nada mais do que grunhidos e, em alguns casos, algumas poucas palavras. Ao receberem um intenso input lingüístico, conseguem um progresso inicial, mas a sintaxe **nunca** é plenamente desenvolvida, o que sugere que o estímulo a que ela fora submetida tinha vindo tarde demais - fora do período crítico – para “desencadear” (*trigger*) o processo de maturação lingüística normal. O que é mais interessante observar é que ao indivíduo faltam os atributos da linguagem que são, hipoteticamente, o fruto do desenvolvimento maturacional do programa genético, no que diz respeito à fixação dos parâmetros. A aquisição do vocabulário não é tão problemática, visto que sempre adicionamos mais léxicos ao nosso banco de dados durante a vida toda, mas a aquisição do núcleo das propriedades sintáticas da linguagem, um núcleo que é especificado geneticamente desde a variação dos parâmetros, é restrito ao período crítico.

2.9. A Hipótese da Maturação

Um corolário da hipótese genética é que o desenvolvimento da linguagem deveria ser o mesmo entre todas as crianças, independentemente da língua à qual elas são expostas, não apenas em termos de sua ocorrência dentro do período crítico, mas também em termos do surgimento de padrões idênticos observados em diferentes línguas. Observou-se que as crianças passam por estágios durante a sua aquisição da linguagem, em alguns dos quais estão ausentes determinadas categorias funcionais, que por volta dos dois anos, irão amadurecer e se tornar acessíveis. A esse processo deu-se o nome de processo de maturação das categorias funcionais.

A hipótese da maturação foi chamada a explicar uma gama de fenômenos caracteristicamente observáveis nas crianças em fase de aprendizado de sua língua materna, em particular, o fenômeno da similaridade de produção sintática. Com efeito, o surgimento de muitas das construções na linguagem adulta é dependente da presença de

categorias ou princípios que, supostamente, amadurecem num estágio específico do desenvolvimento da pessoa. Conseqüentemente, tais construções estão ausentes na gramática da criança antes do surgimento daquelas categorias e princípios. Provavelmente, todas as diferenças de parâmetros entre as línguas são dependentes da operação das categorias funcionais. Portanto, se as categorias funcionais estão ausentes, porque ainda não amadureceram, não deveria haver diferenças de parâmetros entre as diferentes línguas nos primeiros anos de vida da criança.

De acordo com um particular princípio de classificação, as línguas humanas são freqüentemente classificadas de duas maneiras: como línguas com sujeito nulo, como o português, grego e o espanhol, e como línguas com sujeito, como o inglês e o francês, onde o uso dos pronomes pessoais é obrigatório. Para melhor ilustração, comparemos as duas frases: “Quero comer” e “I want to eat”. Como os verbos em português são todos declinados, sabemos imediatamente quem é o sujeito, enquanto que, no inglês, o uso de um pronome é necessário para que possamos entender quem é o sujeito da ação. Contudo, a observação dos fatos da aprendizagem mostra que as crianças pequenas tendem a fazer com que todas as línguas tenham sujeito nulo, como que introduzindo similaridades entre línguas tão diversas como o grego, o inglês, o francês, o italiano ⁴² e o português, respectivamente, tal como ilustrado abaixo:

A

Kani padhl – Ela está fazendo um quebra-cabeça (literalmente, “faz quebra-cabeça”, onde *kani* é terceira pessoa do singular).

Thelis teli – Eu quero queijo (literalmente, “quer queijo”, onde *thelis* é segunda pessoa do singular).

B

Want daddy – Eu quero papai (literalmente, “quero papai”, onde *want* pode ser tanto primeira quanto segunda pessoa do singular).

Eating cereal – Eu estou comendo cereal (literalmente “comendo cereal”, onde *eating* é gerúndio e poderia estar também tanto primeira quanto segunda pessoa do singular).

C

Veut lait – Ele quer leite (literalmente “quer leite”, onde *veut* é terceira pessoa do singular).

⁴² Esses exemplos foram utilizados por Neil Smith (SMITH, 1999: 125), exceto pelo exemplo do português e das explicações sobre o inglês.

Est pas gros – Ele não é grande (literalmente “não é grande”, onde *est* é terceira pessoa do singular).

D

Tanti ocattoli porta – Ela está trazendo muitos brinquedos (literalmente “muitos brinquedos traz”, onde *porta* é terceira pessoa do singular).

Pendo chetta – Eu estou pegando isso (literalmente “peguei isso”, onde *pendo* é primeira pessoa do singular).

E

Quer pão – Eu quero pão.

Segundo SMITH (1999: 125), diante desses exemplos, é surpreendente a similaridade entre as línguas no que diz respeito ao anulamento do sujeito pronominal. Mas poderíamos apelar para o “princípio de economia”, especialmente quando o contexto nas quais as frases proferidas geralmente deixam claro quem pode ser o sujeito. Os exemplos do grego e do português mostram que é o contexto que nos informa quem é o sujeito e que isso não é necessariamente mostrado através da concordância verbal, visto que as crianças freqüentemente erram na concordância. Nesse caso, a criança usou a segunda pessoa do singular, quando, na verdade, estava se referindo a si mesma, outro erro comum cometido pelas crianças falantes dessas duas línguas. De todo modo, é interessante observar que a evidência da maturação das categorias funcionais e, conseqüentemente, da determinação genética do desenvolvimento da gramática, é surpreendente.

Outro exemplo de maturação diz respeito ao que se conhece como ‘*false beliefs*’ ou ‘crenças falsas’⁴³. Para compreender o que está em questão nesse caso, precisamos ter minimamente presentes algumas importantes diferenças existentes entre a teoria da mente do teórico Jerry Fodor (*apud* SMITH 1999: 17-21), influenciado por Chomsky, e a do próprio Chomsky. A investigação empreendida por Fodor no campo da mente está fundada na premissa teórica segundo a qual a cognição humana deve ser tratada em termos da dicotomia básica entre o ‘sistema central’ e um número de “sistemas de *input*”. Os sentidos – paladar, visão, olfato, audição e tato – pertencem aos sistemas de *input*, sendo que cada um constitui um módulo da mente e alimenta o sistema central que, por sua vez, é responsável pela razão, solução de problemas, etc. A

⁴³ Optamos por usar a expressão em inglês.

noção de modularidade propõe que haja analisadores cognitivos, ou módulos, dedicados a tarefas específicas e independentes. Assim no âmbito da mente, o módulo gramatical não pode ser reduzido a um mero epifenômeno de processos cognitivos mais gerais. A visão autonomista é modular. O próprio módulo gramatical se subdividiria em submódulos: ligação, caso, papel temático, controle, regência, etc. Os módulos de Fodor têm características bem definidas: são especializados para domínios particulares, operam rápido e obrigatoriamente, as estruturas e funções são inatas e são informacionalmente encapsuladas, i.e. operam sem a interferência do controle central.

Os módulos são de domínio específico e têm acesso limitado aos processos conscientes de reflexão, e a sua atuação é automática. Tomemos a visão, por exemplo. Há mecanismos especiais para a percepção de cor, para a análise das formas e de relações espaciais tridimensionais. Na audição, também há sistemas computacionais específicos para detectar a estrutura melódica, a estrutura rítmica, etc. Há, inclusive, sistemas próprios para o reconhecimento de voz. O mesmo sinal acústico pode ser reconhecido como um *glide*, uma semivogal, se for parte de um estímulo de fala, ou como um som não lingüístico, um ‘assobio’, se isolado da corrente da fala. Isso significa que os sistemas computacionais invocados na análise perceptual da fala são distintos, pois operam sobre enunciados lingüísticos, apenas. A própria existência de sistemas modulares é o resultado da concepção de especificidade, no sentido de que outros processos cognitivos não o são.

Os módulos têm função obrigatória. Uma vez recebido o *input*, este deve ser analisado. Ao lermos a palavra ‘casa’, não podemos deixar de reconhecê-la como uma palavra do português e recuperar seu sentido. Não temos a possibilidade de impedir este processo. Não podemos deixar de caracterizar uma frase como uma frase quando a ouvimos, nem podemos deixar de ver um objeto à nossa frente, se olharmos para ele. Em outros domínios não modulares, não há essa obrigatoriedade.

Os módulos são informacionalmente encapsulados. A operação do módulo não é influenciada por outros sistemas e só é por eles conhecida quando estiver completa. Um processo cognitivo é informacionalmente encapsulado se tem acesso apenas à informação representada dentro das estruturas locais que o subservem. Fodor propõe um experimento simples que mostra, por exemplo, como o módulo visual corrige as alterações no fluxo de informação da retina quando movemos o globo ocular ou a cabeça. O sistema de percepção visual é informacionalmente encapsulado, tendo acesso apenas a certos módulos específicos a que está conectado, um dos quais é o centro

neuro-motor, que envia ao módulo visual informações sobre o movimento que permite o corrigir as alterações decorrentes do movimento. Já se tocarmos gentilmente o globo ocular, experimentamos o efeito de movimento do objeto, pois embora nossos processos mentais conscientes saibam que estamos provocando o movimento, o efeito compensatório não ocorre, pois o sistema visual é informacionalmente encapsulado e esta informação explícita não está disponível para o analisador visual. O encapsulamento significa também que outros níveis de análise são inacessíveis.

A atuação modular é rápida. O módulo lexical reconhece automaticamente uma palavra. Segundo Fodor, esta propriedade decorre da obrigatoriedade, especificidade de domínio e encapsulamento. Sendo obrigatório, não há que deliberar para ativar a operação; sendo de domínio específico, tem uma arquitetura computacional dedicada e eficiente; sendo encapsulado, há um limite de informação que devem levar em consideração no processamento.

Tais propriedades tornam a concepção modular altamente eficiente. Sem a influência de outros sistemas, o módulo sintático pode analisar o estímulo corrente rapidamente. O princípio da imediatividade da análise está relacionado a tal concepção modular. Considerar em paralelo é não-modular. O sistema de fixação de crenças é racional e sensível a evidências - qualquer coisa pode ser relevante para qualquer coisa, por isso os sistemas responsáveis por manter nossos sistemas de conhecimento geral não podem ser informacionalmente encapsulados; porque nós podemos acreditar em qualquer coisa sobre qualquer coisa, este sistema não pode ser de domínio específico; porque tem de operar em domínios amplos de possibilidades, dependendo do julgamento consciente este processo é necessariamente vagaroso. Para Fodor, a linguagem é um sistema de *input*, essencialmente desestruturado e supostamente **não** investigável e, mais relevante ainda, os sistemas são sensíveis a diferentes tipos de *inputs*.

No entanto, para Chomsky (*apud* SMITH, 1999: 19-20), a linguagem **não** é meramente um sistema de *input*, mas, também, um sistema de *output* equipado para a expressão do pensamento e comunicação. O sistema de *output* é **correlacionado** com o sistema de *input* e esses dois sistemas fazem parte do **sistema central cognitivo**. O sistema central é intrinsecamente estruturado e é multiplamente modular, ou seja, as capacidades humanas vão além dos limites de percepções puramente sensoriais e são aparentemente independentes entre si. A faculdade da linguagem interpreta tudo que vem do mundo exterior, desde uma frase não tão bem formada quanto um ruído de uma

porta, uma sirene de uma ambulância e até um simples olhar. Cada sistema pode ter acesso a *inputs* num nível mais abrangente, mas o que eles podem fazer com aqueles *inputs* é determinado pelas diferenças nos princípios que caracterizam cada módulo.

De todo modo, nosso objetivo era o de expor as diferenças entre os dois teóricos para podermos considerar outro aspecto da maturação, a saber, a compreensão de *false beliefs*. Uma criança de três anos e meio já compreende que uma pessoa age de acordo com as suas crenças. Há considerável evidência para a existência de um módulo da teoria da mente, cuja operação da função executiva é um pré-requisito para a compreensão que uma pessoa tem acerca das mentes de outras pessoas e a ausência, ou melhor, a incapacidade de acessar esse módulo, dá origem a vários comportamentos patológicos, por exemplo, o autismo. As crianças com menos de quatro anos e as autistas são incapazes de reconhecer o fato de que a representação do mundo de outras pessoas possa divergir de sua própria representação e, portanto, elas sistematicamente mal interpretam situações em que *false beliefs* sejam envolvidas. Nas pesquisas feitas por Jill de Villiers e Peter de Villiers, do Smith College, a esse respeito, eles têm realizado testes para entender como a linguagem influencia a compreensão dos *false beliefs*. Citaremos, para ilustrar melhor, um desses testes. Uma criança de três anos assiste a um vídeo onde duas pessoas estão interagindo com uma criança da mesma idade dela, três anos e meio. Uma dessas pessoas é o avaliador (AV) e a outra é o assistente (AS). O AS está brincando com um urso de pelúcia quando alguém abre a porta e o chama. O AS deixa o urso sobre a mesa e sai. Enquanto AS está fora da sala, o AV diz para a criança que vai esconder o urso dentro da caixa que está embaixo da mesa. Algum tempo se passa e o AS volta para a sala. Então, o pesquisador pergunta a criança: onde AS vai procurar pelo urso? A criança de três anos dirá que o AS olhará dentro da caixa debaixo da mesa. Isso porque a criança não compreende que a outra pessoa não pode crer nisso porque ela mesma não viu o objeto ser colocado lá. A criança, por sua vez, como viu o objeto ser escondido, pensa que a outra pessoa também deve saber, isto é, a criança não compreende que outras pessoas tenham crenças diferentes que as suas próprias, ou seja, ela não entende *false beliefs*. Mas, se esse teste fosse realizado com uma criança de quatro anos, ela, sem dúvida, diria que AS irá procurar pelo urso na mesa, pois foi onde ele havia o deixado por último. Esse teste nos mostra que há maturação da função executiva e a teoria que irá explicar esse desenvolvimento é a teoria inatista do módulo mental no cérebro, mas essa discussão está reservada para o terceiro e último capítulo.

CAPÍTULO III

Lingüística racionalista versus lingüística empirista: Chomsky e o inatismo

Introdução

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o mundo filosófico estava voltado, sobretudo, para o debate travado entre racionalistas e empiristas em torno de questões relacionadas à teoria do conhecimento. Contudo, apesar dessas concepções dizerem respeito antes de tudo a problemas na teoria do conhecimento, elas determinaram também respostas opostas para problemas concernentes a outros ramos da filosofia, como a ética, a filosofia política, e, até mesmo, a estética, tendo também reflexos importantes no tratamento dispensado aos problemas lingüísticos (ROBINS, 1979: 88).

Uma tese característica dos filósofos racionalistas é aquela segundo a qual os seres humanos seriam possuidores de um conhecimento **não derivado da experiência**, e, sim, “anterior à experiência”, e também chamado de **conhecimento a priori**. Grosso modo, os racionalistas usavam a expressão “anterior à experiência” em dois sentidos. De um lado, a expressão “anterior à experiência” era tomada em sentido lógico, ou seja, designando a posse de um conhecimento **válido** independentemente da experiência, mas que

precisaria do estímulo da experiência até mesmo para que o sujeito cognoscente tomasse consciência dele. Na medida em que sua filosofia apresenta uma faceta racionalista, Immanuel Kant pode ser apresentado como um exemplo de concepção da anterioridade do conhecimento em sentido lógico. Essa concepção racionalista do conhecimento *a priori* procurava estar livre de premissas metafísicas, rejeitando veementemente a tese de uma **origem inata** desse conhecimento válido independentemente da experiência, posto que, à época, ele era facilmente associado com pressupostos metafísicos como o da existência de Deus e da imortalidade da alma. De outro lado, em contraposição a isso, filósofos racionalistas como Descartes e Leibniz não viam problema algum em assumir semelhantes compromissos fortemente metafísicos e defenderam a tese da origem inata desse tipo de conhecimento. Na verdade, exemplos de concepção racionalista compreendida nesse sentido podem ser encontrados já na Antigüidade clássica, como no diálogo *Mênon*, de Platão. Com efeito, Platão sustentava que esse estoque de conhecimentos anteriores à experiência dever-se-ia a uma existência prévia das próprias almas num mundo inteligível, exemplificando o que chamamos acima de “conhecimento anterior à experiência” não em sentido meramente lógico, mas em sentido ontológico. Desse modo, na modernidade, Descartes e Leibniz também seriam defensores de uma modalidade de anterioridade em sentido ontológico, muito embora não partilhassem da tese platônica da reminiscência e da metempsicose ou reencarnação. Contudo, Descartes defendia a tese de que a alma racional dispõe de um tesouro de “idéias” nela implantado desde sua criação por Deus, como a própria idéia de Deus e dos objetos matemáticos perfeitos, cujos conteúdos não podem ser encontrados em nenhuma experiência e que, por isso mesmo, não necessitam de nenhuma experiência para que o sujeito tome ciência delas. Assim, Descartes seria um defensor da concepção de “conhecimento anterior à experiência” compreendida em sentido ontológico. Porém, independentemente de assumirem ou não tais compromissos metafísicos, outra tese fundamental característica dos racionalistas modernos é a de que o suposto estoque de conhecimento ou

de idéias prévias e independentes da experiência determina de uma maneira necessária, ou seja, *a priori*, a **forma** pela qual os dados fornecidos pela experiência serão organizados, pensados e conhecidos.

Em contraposição a ambas as variantes do racionalismo, encontramos a concepção empirista, a qual teve sua origem em parte numa reação às idéias então predominantes oriundas da Escolástica medieval. Assim, apesar das diferenças verificadas entre eles, empiristas como Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume argumentavam que o aparato cognitivo do ser humano seria, originalmente, como uma *tabula rasa* (a expressão foi posta em uso por Locke), ou seja, que a mente humana seria como uma espécie de quadro em branco, no qual a experiência deixa marcas que seriam posteriormente elaboradas de acordo com princípios psicológicos de associação. O empirismo nega veementemente que os seres humanos estejam de posse de qualquer conhecimento não originado da experiência, recusando de uma maneira ainda mais veemente que eles possam dispor de idéias inatas. Para o empirismo, o conhecimento deriva inteiramente das impressões sensoriais e das operações mentais, i.e. psicológicas, realizadas pela mente, por meio da abstração e da generalização indutivas exercidas sobre os dados das impressões sensíveis. Eles também rejeitam a idéia de um conhecimento que precederia a experiência mesmo em sentido meramente lógico, ou seja, rejeitam completamente qualquer componente *a priori* determinante da forma do nosso conhecimento. David Hume é geralmente citado como o representante mais extremado do empirismo.

Concentrando nossa atenção agora especificamente na noção de idéias inatas ou de conhecimento inato, podemos dizer que, desde sua introdução por Platão no diálogo acima citado, ela se tornou centro de debates sérios, depois foi praticamente abandonada, para ser retomada, contemporaneamente, de maneira totalmente nova e surpreendente, a partir de argumentos provenientes de outras áreas do saber, como a lingüística e a psicologia. Mas, o que se entende por essa noção de inatismo? Os defensores dessa noção parecem tomá-la como não problemática explicando-a por outros sinônimos como “não-aprendido”, “congênito”, i.e., “algo com o que já se nasce”. Diante disso, os opositores argumentam que não conseguem discernir nenhum sentido interessante para essa doutrina, até por que os empiristas nunca negaram que há

nos seres humanos algumas capacidades que podem ser consideradas inatas ou não-aprendidas, o que pode ser empírica e trivialmente constatado, por exemplo, no fato de todos os homens nascerem “sabendo” respirar, mamar, digerir alimentos, etc. Também é um fato trivial que somente seres humanos apresentam a capacidade de aprender uma língua e que, portanto, a capacidade de aprender uma língua teria de ser considerada como algo inato ao ser humano. E, de fato, se a introdução da noção de inatismo deve se revelar um instrumento relevante para a compreensão do fenômeno da aquisição da linguagem, ela tem de satisfazer a pelo menos duas condições.

Isso posto, em primeiro lugar, o próprio conceito de inatismo deve poder ser evidenciado como um **conceito possível** seja mediante argumentos que mostrem que ele é logicamente possível, i.e. que não envolve nenhuma autocontradição, de um lado, seja mediante argumentos que mostrem que ele não é trivialmente falsificável pelos próprios dados empíricos dos quais é chamado a dar conta. Em segundo lugar, tem de ser possível apresentar a doutrina inatista como uma concepção interessante sobre os mecanismos cognitivos humanos, mais especificamente, dos mecanismos de aquisição da linguagem. Pois se a tese tivesse como conseqüência que determinadas atividades fisiológicas do ser humano, como, por exemplo, a digestão, possam ser igualmente reconduzidas a uma base inata, então o conceito de inatismo deixaria de ser relevante para dar conta de um processo especificamente humano, como Chomsky considera ser o caso da linguagem humana. Do mesmo modo, se se puder evidenciar que mecanismos relativos à cognição, em sentido amplo da palavra, por exemplo, mecanismos da percepção, têm uma base inata, então o conceito deixará de ter a importância que lhe foi concedida na história da filosofia. Pois estamos interessados em algo de ordem de **conhecimento** “inato”. Para ter clareza sobre essas questões, será conveniente proceder a uma breve exposição de algumas das mais importantes teses do inatismo defendidas ao longo da história da filosofia e que, de uma maneira ou de outra, serviram de inspiração para as implicações filosóficas retiradas por Chomsky de suas conclusões na área da lingüística.

3.1. O inatismo em Platão

O *Mênon* é o diálogo platônico no qual, pela primeira vez na cultura ocidental, é feita menção à concepção de um conhecimento inato. No que se segue, procederemos à consideração somente daquelas passagens do diálogo em questão que, a nosso ver, podem fornecer elementos relevantes para a compreensão da tese inatista de um modo geral e para a compreensão de sua apropriação por parte da lingüística contemporânea.

O tema do diálogo versa sobre o que é a virtude e se ela pode ser aprendida. Uma vez colocado em embaraço pelos questionamentos feitos por Sócrates a esse respeito, Mênon tenta virar o jogo contra o primeiro pondo-o diante de um aparentemente inescapável dilema. Segundo Mênon, é impossível buscar conhecer qualquer coisa sobre a virtude ou sobre o que quer que seja. Com efeito, diante das tentativas feitas por Sócrates no sentido de buscar conhecer o que é a virtude, o belo, etc., os sofistas argumentavam que elas, necessariamente, tinham de fracassar, porque não é possível buscar conhecer alguma coisa, e é justamente a esse sofisma que Mênon faz alusão no diálogo que leva seu nome. Pois, ou bem a coisa não nos é conhecida, e faz sentido buscar conhecê-la, mas, então, como saberemos que é exatamente a coisa que estávamos buscando, caso a encontrarmos?; ou bem nós já conhecemos a coisa em questão e saberemos quando a tivermos encontrado, mas, então, não faz sentido buscar conhecer o que já se conhecia. Diante desse aparentemente inescapável dilema, Sócrates vai mostrar que as possibilidades consideradas por Mênon não constituem uma disjunção exclusiva, ou seja, que há uma terceira possibilidade, a saber, que é possível falar de um **conhecimento vago**, o qual, de um lado, faz sentido buscar aprofundar e tornar plenamente consciente, e, de outro, é suficiente para servir como pedra de toque da própria busca pelo conhecimento (plenamente consciente). É na consideração dessa terceira possibilidade que Sócrates introduz a tese inatista. Para sair do mencionado dilema, Sócrates lança mão de uma doutrina, que afirma ter ouvido de adivinhos e poetas com inspiração divina, segundo a qual a alma seria **imortal** e o que se chama de conhecer nada mais seria que **recordar**.

Assim, para evidenciar que há uma terceira alternativa para o impasse colocado, Sócrates solicita a Mênon que lhe traga um de seus escravos. Após obter a confirmação de que o jovem não recebera nenhum tipo de instrução ou de educação em sua vida, exceção feita ao aprendizado do grego como língua materna, Sócrates

prosegue interrogando-o sobre um complexo problema em geometria. Naturalmente, não faz sentido refazer aqui todos os passos do famoso diálogo entre o escravo e Sócrates. Para nossas finalidades, é suficiente assinalar que Sócrates propõe ao escravo não instruído o seguinte problema geométrico: a partir de um quadrado dado, construir um outro quadrado com exatamente o dobro da área do quadrado originalmente dado. Após várias tentativas fracassadas, nas quais, por exemplo, ingenuamente, o escravo julga que basta duplicar os lados do quadrado original, o que tem como resultado um quadrado com uma área quatro vezes maior, Sócrates consegue conduzi-lo à resposta certa: o quadrado buscado deve ser construído a partir da diagonal do quadrado originalmente dado.

Nessa altura, Sócrates argumenta contra Mênon que o exemplo do escravo, que admitiu ser ignorante a respeito de geometria e incapaz de chegar à resposta correta, mostra que, “num homem que não sabe, há muitas opiniões verdadeiras concernentes àquilo que ele não sabe” (pp. 34, in: *Innate Ideas*). Desse modo, Sócrates pareceria estar respondendo ao paradoxo sofista com outro paradoxo: num homem que não sabe pode haver opiniões verdadeiras, ou seja, saber ou conhecimento. Para compreender mais exatamente o que está em jogo nessa afirmação, é conveniente recordar rapidamente o que é dito em outro diálogo socrático a respeito do que é conhecimento ou saber⁴⁴.

Com efeito, devemos recordar que Platão estabelece três condições para atribuir conhecimento ou saber a uma pessoa: (i) ter uma opinião; (ii) a opinião ser verdadeira; (iii) ter razões que fundamentem suficientemente a opinião. Ter uma opinião é o que se exige de saída de alguém que possa pretender ter conhecimento, porque só uma opinião, e não, por exemplo, um desejo ou uma sensação qualquer, pode ser verdadeiro ou falso. Porém, não podemos atribuir conhecimento a alguém que tem uma determinada opinião, se essa opinião não for verdadeira. Mas também não é suficiente ter uma opinião verdadeira. Pois é possível ter opiniões verdadeiras por mero acaso⁴⁵. Por isso, Platão sustenta que só se pode atribuir saber em sentido próprio a alguém que detém o conhecimento das razões que fundamentam a opinião verdadeira.

Assim, ao dizer que o escravo dispõe de “muitas opiniões verdadeiras concernentes àquilo que ele não sabe”, Sócrates não está apresentando um outro paradoxo. Ele quer dizer que o escravo detinha opiniões verdadeiras (sobre geometria),

⁴⁴ *Teeteto*, 200 d e 201 a-c

⁴⁵ Como quando, na prova de vestibular, um candidato a uma vaga na universidade marca, por mero acaso, a opção correta, sem, contudo, saber propriamente o que está fazendo.

mas sem ter consciência delas, ou seja, o escravo “sabia sem saber que sabia”, i.e. ele detinha um **conhecimento vago** (sobre geometria). Por estar de posse desse conhecimento vago (sobre geometria), o próprio escravo foi capaz de reconhecer os erros por ele cometidos ao longo da busca pela resposta, assim como reconhecer a resposta certa quando a encontrou. E, prossegue Sócrates, “se alguém perguntar a ele as mesmas coisas, com freqüência e das mais diferentes maneiras, (...) ele terá por fim um conhecimento tão exato sobre essas coisas quanto qualquer outra pessoa” (p. 34). Na verdade, segundo Sócrates, o que um interrogatório contínuo é capaz de efetivar é a transformação de um saber apenas vago e **latente**, um saber ainda não consciente das razões que o fundamentam, num saber **permanente**, num saber em sentido próprio. Pois, prossegue Sócrates,

“... opiniões verdadeiras são uma coisa excelente, contanto que elas permaneçam; mas elas não são propensas a permanecer por um longo período e elas escapam da alma do homem, de modo que elas não valem muito até que alguém as torne fixas pelos cálculos de razões. Isso, Mênon, é recordação, como nós concordamos anteriormente. Mas quando as [opiniões verdadeiras] estão fixas, então, em primeiro lugar, elas se tornam conhecimento, e, em segundo lugar, tornam-se permanentes; e é por essa razão que conhecimento é algo mais valioso do que opiniões verdadeiras, e conhecimento difere de opiniões verdadeiras por ser algo fixo”. (PLATÃO, 1975: 35).

Na passagem acima, Sócrates faz menção à recordação como o processo pelo qual as opiniões verdadeiras se tornam permanentes, ou seja, vêm a se tornar conhecimento propriamente dito. De acordo com Sócrates, seu interrogatório nada ensinou ao escravo que este já não soubesse, mas apenas o fez ver as conseqüências das respostas por ele mesmo dadas e por ele mesmo reconhecidas como incorretas, até chegar àquela por ele também reconhecida como sendo a correta. Desse modo, Sócrates conclui que todo aquele procedimento não passou de uma *anamnese* ou reminiscência, ou seja, de um fazer recordar algo que o escravo já sabia o tempo todo, embora não claramente. Ora, como o escravo não recebera nenhuma educação em sua vida antes do encontro com Sócrates e nem fora ensinado pelo último, então parece forçoso concluir que o escravo detinha esse conhecimento (sobre geometria) **antes de ter nascido**, ou, como diz Sócrates, “num tempo em que ele [o escravo] ainda não era um homem” (p. 34), ou seja, era somente uma alma. E, assim, a possibilidade desse conhecimento inato é explicada por Sócrates fazendo recurso à doutrina da imortalidade da alma. Pois,

na medida em que a alma é imortal e nasceu muitas vezes, e viu o que há neste mundo e no *hades*, e, de fato, todas as coisas, não há nada que não tenha aprendido. (...) Pois, uma vez que toda a natureza é afim, e uma vez que a alma já tenha aprendido tudo, não há nada que impeça um homem, tendo ele recordado de apenas uma coisa (esse recordar é o que os homens chamam de “aprender”), de descobrir tudo mais, se ele tiver a coragem e não desistir de investigar. Pois, investigar e aprender nada mais são do que recordação (PLATÃO, 1975: 26).

Na passagem acima, Platão, através da figura de Sócrates, afirma que, “por ter nascido muitas vezes, a alma viu todas as coisas, não havendo nada que não tenha aprendido”. Ora, mesmo que, para efeitos de argumentação, aceitemos a premissa metafísica concernente à imortalidade da alma e à doutrina da metempsicose ou transmigração da alma, cabe perguntar pela plausibilidade da tese de que alma conhece todas as coisas, ou, em outros termos, pelo que é plausível admitir ser conhecido de uma maneira inata. Pois, deve-se observar que Sócrates não poderia ter chegado aos mesmos resultados, se o objeto das perguntas dirigidas ao escravo dissesse respeito não a um problema de geometria, mas, sim, a questões factuais do tipo: quantos grãos de areia existem em tal praia? quantas pessoas nasceram desde o momento em que começamos o diálogo, etc. Assim, é preciso considerar com reservas a afirmação de que alma aprendeu **todas** as coisas e que **todo** e qualquer ensino não passa de recordação do uma vez aprendido. Pois, supondo que as coisas e eventos no universo sejam infinitos, uma alma teria de reencarnar infinitamente para poder saber tudo o que já passou, e, mesmo assim, não poderia saber o que ainda não aconteceu. Na verdade, se a alma do homem pudesse adquirir todo o conhecimento possível, ela estaria numa situação cognitiva semelhante à de um Deus.

Desse modo, a tese do inatismo só pode ser sustentada com plausibilidade quando relacionada a domínios de objetos do conhecimento que são **independentes das contingências temporais e espaciais**, como supostamente são os objetos do conhecimento da matemática e da lógica. Ou seja, o inatismo só pode dizer respeito a um conhecimento que é independente da experiência, ao conhecimento *a priori*. Esse conhecimento independente das contingências espacio-temporais e da experiência seria um conhecimento **universal e necessariamente** válido. E, na verdade, é somente para esse gênero de objetos que Platão admite haver realmente conhecimento, no sentido próprio do termo, e conhecimento inato.

Pois, como vimos mais acima, em sua análise do conceito de saber ou conhecimento, Platão menciona a opinião como um momento constitutivo do mesmo. Contudo, ele também costuma fazer um contraste entre saber (*episteme*) e opinião (*doxa*). Mas qual é a diferença entre conhecimento e uma opinião? De acordo com Russell, ter conhecimento é ter conhecimento de algo, mais exatamente, de algo que existe, pois aquilo que não existe não é nada e disso não pode haver conhecimento. Desse modo, conhecimento só pode dizer respeito ao que necessariamente é ou existe. Em contrapartida, a opinião diz respeito ao que é ou existe contingentemente, ou seja, ao que pode não ser ou ser de outro modo. Segundo Platão, todos os objetos dos sentidos apresentam esse caráter contraditório: eles estão entre o ser e o não-ser e são adequados como objetos da opinião, mas não do conhecimento. Pois as coisas dadas aos sentidos sempre compartilham de propriedades opostas, por exemplo, o que é belo, é também, em algum aspecto, feio; o que é justo é, em algum aspecto, injusto, etc. Em contrapartida, Platão argumenta que “aqueles que contemplam o absoluto, o eterno e o imutável podem ser considerados como possuidores de saber e conhecimento, e não apenas de opinião”. Em suma, a opinião diz respeito ao que nos fornece o mundo dos sentidos, enquanto conhecimento diz respeito ao mundo eterno supra-sensível ou inteligível, i.e. a opinião se refere às coisas particulares belas, mas o conhecimento se refere ao belo em si mesmo, à idéia do belo. E é justamente do conhecimento das idéias ou essências imutáveis e universais que Platão admite que as almas são portadoras, sendo também o que há nelas de propriamente inato.

Em muitos de seus trabalhos, por exemplo, em suas palestras (por exemplo, nas *Managua Lectures*, pp. 4), Chomsky faz reiteradamente referência ao *Mênon*. Segundo Chomsky, nesse diálogo, Platão levanta uma questão que tem de ser reformulada de uma maneira mais geral, ou seja, não somente relativamente ao conhecimento de verdades sobre geometria, e que ainda está por ser respondida. Como vimos no capítulo II, ele se refere a isso como constituindo o “problema de Platão”, a saber: “como é que seres humanos, cujo contato com o mundo é breve, pessoal e limitado, são capazes de saber tanto quanto sabem?” Platão, prossegue Chomsky, propôs uma resposta para esse problema: o conhecimento por parte do escravo resulta da recordação de uma existência anterior que foi despertada na mente do escravo através dos questionamentos de Sócrates. Séculos depois, Leibniz argumentou que a resposta de Platão estava essencialmente correta, mas que ela teria de ser “purificada do erro da preexistência”. Em sua tese inatista, Chomsky procura purificá-la da premissa

metafísica relativa à imortalidade e preexistência da alma. Com efeito, segundo Chomsky, “a variante moderna [do inatismo] seria a de que certos aspectos de nosso conhecimento e compreensão são inatos, parte de nossa dotação biológica, geneticamente determinada, estando em igualdade de condições com os elementos de nossa natureza comum que causa em nós o crescimento de pernas e braços em vez de asas” (CHOMSKY, 2001: 4). É com essa feição que o problema de Platão ressurge no estudo da linguagem.

3.2. O Inatismo em Descartes - “Inato” em sentido amplo

Podemos dizer que Descartes compreende o termo “inato” tanto num sentido amplo quanto num sentido estrito. No sentido amplo, **todas** as idéias, independentemente de seu conteúdo, seriam inatas, no sentido de não serem derivadas da experiência, pelo fato de terem sua origem e serem um produto da *res cogitans*, muito embora o espírito ou a mente só produza algumas delas por ocasião da experiência. No sentido estrito, Descartes considera inatas somente aquelas idéias cujo **conteúdo** representado remeteria para objetos existentes independentemente da experiência, idéias que, por conseguinte, não podem ter sido produzidas por ocasião de nenhuma experiência e que, exatamente por isso, têm de ser consideradas como implantadas em nós desde o nascimento.

Para compreender em que sentido Descartes considera que todas as nossas idéias são inatas, é preciso fazer um breve excuro pela teoria da percepção escolástico-aristotélica ⁴⁶.

A teoria aristotélica da percepção se inscreve no interior da teoria geral das transações causais na natureza. De acordo com a última, numa relação causal, uma forma (sensível) é transmitida por alguma coisa, que tem essa forma, para outra coisa, que ainda não tem essa forma, mas que tem a potência para recebê-la. Assim, um corpo que tem a forma do calor transmite-a para um corpo frio, que, após recebê-la, torna-se quente em ato. Em suma, causalidade na natureza é concebida como um processo em

⁴⁶ Utilizamos o artigo de Adams (1975: 71-88), como fio condutor dessa interpretação de Descartes.

que haveria a **migração** de uma forma (sensível) existente em ato numa coisa para outra coisa que ainda não a possuiria, mas que tem a potência para recebê-la.

O processo de percepção é descrito por Aristóteles de uma maneira bastante similar. Assim, na percepção de uma forma sensível, por exemplo, de uma cor, esta migraria de um objeto para o órgão sensorial correspondente, i.e. o olho, em última análise, para a vista. A cor existiria em potência para ser percebida, de um lado, e o olho existiria em potência para perceber, de outro lado, e, através de um *medium* adequado, a luz, ambas atualizar-se-iam, respectivamente, em forma percebida e em órgão ou faculdade perceptiva, em última análise, em alma que percebe. Além disso, do mesmo modo que na relação causal real, no processo da percepção, a forma migraria **intacta e tal qual é em si mesma** do objeto para o órgão por meio do qual a alma percebe.

Mutatis mutandis, o que vale para a percepção de formas sensíveis, é válido para a apreensão das formas inteligíveis pelo intelecto. É verdade que as formas inteligíveis exigem uma faculdade ativa capaz de abstraí-las das formas sensíveis. Mas elas também se encontram **nas** coisas sensíveis e são apreendidas pelo intelecto **intactas**, ou seja, **tais como existem** nos objetos sensíveis.

A concepção da mente humana que emerge dessa teoria da percepção e da apreensão de formas é a da mente como uma ‘*tabula rasa*’, um quadro em branco, que no seu estágio inicial não possui quaisquer formas, quer sensíveis, quer inteligíveis. Nos termos da filosofia moderna, a mente não possui de saída quaisquer idéias, as quais devem ser obtidas a partir da percepção sensível, vale dizer, da experiência.

Descartes, por sua vez, também sustenta que a presença de uma idéia qualquer na mente ou espírito exige uma explicação em termos causais. Pois, “a fim de que uma idéia contenha uma tal realidade objetiva de preferência a outra, ela o deve, sem dúvida, a alguma causa, na qual se encontra ao menos tanta realidade formal quanto esta idéia contém de realidade objetiva”. (Terceira Meditação, pp. 145)

O que está em questão na passagem acima é o axioma ou noção comum relativo à causalidade em geral, só que aplicado ao caso das idéias. Essa noção comum encontra diversas formulações ao longo da obra de Descartes, todas elas sendo tomadas como equivalentes: “do nada, nada provém”; “o menos perfeito não pode produzir o mais perfeito”; “um efeito não pode conter mais realidade que sua suposta causa”; “toda causa tem de conter ao menos tanta perfeição ou grau de ser quanto seu efeito”, etc.⁴⁷.

⁴⁷ Cf. a exposição geométrica das *Meditações*, Axiomas III e IV, nas Respostas às Segundas Objecções, pp. 238.

No que tange às idéias, essa noção comum reza que a realidade objetiva de uma idéia qualquer tem de ter sua causa em algo que possua **pelo menos** tanta realidade formal quanto é encontrado de realidade objetiva naquela idéia. Assim, por exemplo, segundo Descartes, embora a idéia de pedra não seja o mesmo que a pedra realmente existente, nem por isso a primeira deixa de ser alguma coisa, exigindo, portanto, uma causa. Na verdade, a idéia de pedra seria a pedra existindo como representação na mente. Enquanto tal, a idéia de pedra possui um determinado grau ou modo de ser ou de existência, que, de acordo com Descartes, tem de ter sua causa em algo que possua **pelo menos** um correspondente grau de ser ou de existência na realidade, que é o que ele chama de realidade formal, ou seja, a existência da coisa independentemente de ser representada na idéia. Em suma, Descartes exige que haja ao menos tanta realidade formal na causa quanto há de realidade objetiva na idéia.

Isso significa que, diferentemente do aristotelismo escolástico, Descartes não sustenta que a idéia existente na alma seja **tal qual** a idéia ou forma existente na realidade e da qual a primeira seria o efeito. Em suma, Descartes não supõe que a idéia enquanto efeito seja inteiramente **semelhante** à sua causa.

Além disso, no que tange especificamente às idéias sensíveis, Descartes rompe com a teoria aristotélica da percepção ao recusar que o que afeta nossos órgãos sensoriais sejam formas sensíveis. Com efeito, segundo a explicação mecanicista cartesiana, o que nos afeta não são qualidades sensíveis, como o quente, o frio, o vermelho, o áspero, etc., mas, sim, ínfimas partículas ou ondas eletromagnéticas, as quais tocam nossos órgãos sensoriais e, por meio de impulsos nervosos, acabam atingindo a sede da consciência (a glândula pineal). Como se sabe, é nesse ponto que surge o que é conhecido como ‘*explanatory gap*’, o problema deixado por Descartes concernente à explicação do modo como movimentos corporais no mundo físico ou comprimentos de onda, objetos da física-matemática, podem resultar na consciência de qualidades perceptivas ou ‘*qualia*’. De todo modo, o que nos interessa aqui é salientar que, para Descartes, uma forma sensível não poderia **migrar** para o órgão sensorial correspondente, posto que no mundo corporal não existam formas ou propriedades sensíveis.

Mas essa tese é válida não somente para as idéias que remetem para o que ficou conhecido desde Locke como qualidades secundárias, ou seja, não somente para as idéias de qualidades sensíveis. Também as idéias das assim chamadas qualidades primárias, ou seja, as idéias que representam o tamanho, as formas, o movimento da

matéria, em suma, as idéias expressas em termos físico-matemáticos, não podem provir das coisas exteriores, sendo antes exclusivamente o produto da razão, ou seja, da *res cogitans*.

Ora, no que tange à sua origem, Descartes faz uma distinção entre (i) idéias adventícias, que provêm de fora da mente pela experiência; (ii) fictícias, que são inventadas ou, como ele também escreve, “fingidas” pelo próprio sujeito em sua atividade de composição de elementos retirados de outras idéias; e, (iii), idéias inatas, que não provêm da experiência e estariam implantadas em nós desde o nascimento. Isso posto, podemos começar a compreender agora em que sentido todas as idéias, quer de qualidades secundárias, quer de qualidades primárias, são inatas. No que concerne às qualidades primárias, na medida em que são produtos da razão, essa tese dispensa argumentos adicionais. Contudo, no que concerne às qualidades sensíveis, que são usualmente consideradas como obtidas pela experiência com os objetos externos, essa tese parece mesmo contra-intuitiva. Porém, consideremos a seguinte passagem.

“Pois nada alcança nossa mente vindo dos objetos externos através dos órgãos dos sentidos para além de certos movimentos corporais. (...) Mas até mesmo esses movimentos e as figuras que surgem deles não são concebidos por nós na forma que assumem nos órgãos dos sentidos... Segue-se daí que as idéias dos movimentos e das figuras são inatas em nós. E tanto mais têm de ser inatas as idéias de dor, cor, som e similares, que nossa mente pode, por ocasião de certos movimentos corporais, considerar essas idéias, pois elas não têm semelhança com os movimentos corporais” (*apud* Adams, 1975: 77).

Segundo Adams, o que Descartes considera aqui como inato é, na verdade, a propriedade de nossa **faculdade** ou **disposição** de nossas mentes, e não a percepção ou pensamento efetivo das qualidades sensíveis. Pois, de acordo com Descartes, nenhuma forma sensível vem à mente tal qual existe em si mesma, por meio da estimulação pelos objetos sensíveis. Assim, a mente deve possuir de uma maneira inata, posto que não adquirida, não uma faculdade de recepção das formas sensíveis, mas uma **predisposição** específica para formar, mediante estimulação apropriada, por ocasião do encontro com os objetos externos, todas as idéias de qualidades sensíveis de que ela é capaz de produzir.

3.3. “Inato” em sentido estrito

O segundo sentido em que Descartes emprega o termo “inato” para caracterizar a origem de determinadas idéias é aquele que se tornou mais conhecido, a saber, aquele relacionado a determinadas idéias, em virtude do conteúdo que elas representam. Segundo Descartes, algumas idéias representam um determinado conteúdo ou realidade objetiva, cuja origem não pode ser atribuída nem à experiência, nem ao sujeito cognoscente, como se fosse algo “fingido” ou inventado por ele, só podendo ter uma origem independente da experiência e do sujeito. Esse é o caso da idéia de Deus e das verdades eternas e imutáveis da matemática. Em virtude da temática dessa dissertação de mestrado, não faria sentido proceder a uma exposição pormenorizada dos difíceis e complexos argumentos fornecidos por Descartes a respeito da prova da existência de Deus e da validade objetiva da matemática. Desse modo, no que se segue, assinalaremos somente alguns pontos desses argumentos que julgamos importantes para uma compreensão do que levou Descartes a defender a tese do inatismo, no sentido estrito dessa palavra.

Após ter colocado tudo o que até então tomara por certo e verdadeiro, na Primeira Meditação, mediante o procedimento metodológico da dúvida cética, que culmina com a introdução do todo poderoso Deus enganador ou Gênio maligno, Descartes estabelece a certeza de sua existência como coisa que pensa, na Segunda Meditação, como a única coisa que resiste a todas as razões para duvidar. Contudo, para superar o ceticismo com relação ao conhecimento de realidades distintas do eu pensante, Descartes precisa mostrar que sua razão é confiável, ou seja, que ela tem como origem ou causa não um Deus enganador que faria com que ele se enganasse, sistematicamente, mesmo com relação às coisas aparentemente mais evidentes, mas, sim, um Deus bom e veraz. O objetivo da Terceira Meditação é justamente fornecer uma prova da existência desse Deus.

Salta aos olhos de qualquer leitor minimamente atento, que o empreendimento de prova da existência de Deus, na Terceira Meditação, parece estar inexoravelmente comprometido com um círculo na argumentação. Com efeito, Descartes tem de provar que Deus existe, para poder validar sua razão, mas ele não tem outro instrumento para proceder a tal prova senão a própria razão, a qual está sob suspeita, assim como, poder-se-ia alegar, todas as provas por ela engendradas. Como quer que seja, lançando mão daquele princípio causal a que fizemos menção acima, Descartes busca mostrar que, entre todas as idéias de que tem consciência, a idéia de Deus é a única cuja realidade

objetiva contém um grau de perfeição ou de ser tal que a sua causa tem de conter uma realidade formal inteiramente correspondente. Pois, como vimos, toda causa tem de ser adequada ao seu efeito, não podendo haver mais realidade ou perfeição no efeito do que há na sua suposta causa. Mesmo que esse efeito seja não uma coisa exterior à mente, mas uma idéia ou representação de uma coisa na e pela mente, continua valendo o princípio segundo o qual a causa tem de ser completamente adequada à existência da coisa em idéia. Mas a única coisa que poderia conter tanta perfeição quanto é representada na idéia de Deus e que seria lícito admitir ser sua causa adequada é o próprio Deus, e nenhuma criatura, nem mesmo o sujeito finito que tem consciência daquela idéia, poderia ser candidato adequado a ser sua causa. Assim sendo, Descartes julga correto concluir dessas considerações

(...) que Deus existe; pois ainda que a idéia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, todavia, a idéia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita (DESCARTES, 1973: 149-50).

Essa última reflexão antecipa uma objeção usualmente feita pelos empiristas, os quais se aferram à tese de que todas as nossas idéias têm sua origem, de uma maneira ou de outra, na experiência. De fato, segundo Descartes, não é lícito supor que a infinitude pensada na idéia de Deus tenha sua origem na negação da idéia do finito, a qual é conhecida pela experiência, “do mesmo modo que compreendo o repouso e as trevas pela negação do movimento e da luz”. Pois a infinitude em Deus é pensada como algo **positivo**, ou seja, como **infinito atual**, e não como mera negação da finitude ou da limitação, porque, aplicando mais uma vez o princípio de causalidade ao problema da origem das idéias, o que é maior não pode ter provindo do que é menor. E, assim, conclui Descartes, “vejo manifestamente que há mais realidade na substância infinita do que na substância finita e, portanto, que, de alguma maneira, tenho em mim a noção do infinito anteriormente à do finito” (DESCARTES, 1973: 156-7). Essa “alguma maneira” pela qual a idéia do infinito teria de estar na mente “antes mesmo da experiência” da finitude é explicada por Descartes já quase ao fim da Terceira Meditação.

Resta-me apenas examinar de que maneira adquiri essa idéia. Pois não a recebi dos sentidos e nunca ela se ofereceu a mim contra minha expectativa, como o fazem as idéias das coisas sensíveis (...). Não é também uma pura produção ou ficção de meu espírito; pois não está em meu poder diminuir-lhe ou acrescentar-lhe coisa alguma. E, por

consequente, não resta outra coisa a dizer senão que, como a idéia de mim mesmo, ela nasceu e foi produzida comigo desde o momento em que fui criado (DESCARTES, 1973:157).

Desse modo, com base naquela classificação que se pretende exaustiva, Descartes conclui que a idéia de Deus, em virtude do conteúdo específico que contém ou representa, não pode ser nem advinda da experiência, nem uma ficção de seu espírito, sendo forçoso admitir que ela seja de origem inata.

Contudo, não é somente a idéia de Deus que, segundo Descartes, teria de ser considerada como tendo uma origem inata. De fato, na Quinta Meditação, uma vez estabelecidas a veracidade divina e a confiabilidade de sua razão, Descartes dá um primeiro passo na direção da solução do problema da existência das coisas materiais. Ele mostra que o que pode ser primeiramente conhecido nelas com “clareza e distinção”, é o que está contido na idéia dessas coisas, na medida em que são somente coisas extensas. Ou seja, o que é inicialmente conhecido com clareza e distinção acerca da natureza corpórea é a sua **essência** de coisa extensa, na medida em que ela se constitui como objeto da matemática. E, aqui, mais uma vez, afirma Descartes, não “posso me objetar que a idéia de triângulo tenha vindo ao meu espírito por intermédio de meus sentidos, porque vi algumas vezes objetos de figura triangular” (DESCARTES, 1973: 171) Pois, os triângulos estudados pelos geômetras, figuras perfeitas, não podem ser encontrados em nenhuma experiência, a qual só me dá a conhecer imperfeitas aproximações daquelas figuras. Além disso, na Sexta Meditação, Descartes apresenta como prova ulterior de que os objetos da geometria e da matemática são completamente independentes dos sentidos o fato de que é possível estudar as propriedades de figuras, como o quiliógono e o miriógono, por exemplo, polígonos compostos, respectivamente, de mil e de dez mil lados, os quais, certamente, jamais foram encontrados na experiência. E, prossegue Descartes, embora tais figuras não existam na natureza e talvez nem “tenham nenhuma existência fora de meu pensamento”, elas “não são um puro nada”, e as suas propriedades não podem ser consideradas como “fingidas por mim”, mas, sim, como exprimindo “naturezas ou essências eternas e imutáveis” (DESCARTES, 1973: 171). E, por fim, num tom que faz lembrar aquelas passagens do Mênon que vimos acima, Descartes atribui uma origem inata às idéias da matemática,

cuja verdade se revela com tanta evidência e se acorda tão bem com minha natureza que, quando começo a descobri-la, não parece que aprendo algo de novo, mas antes, que me recordo de algo que já sabia

anteriormente, isto é, que percebo coisas que estavam já no meu espírito, embora eu ainda não tivesse voltado meu pensamento para elas (DESCARTES, 1973: 171).

A origem inata e *a priori* das idéias da matemática é novamente defendida por Descartes numa passagem das Respostas às Quintas Objeções, na qual ele rejeita a tese defendida pelos empiristas, segundo a qual poderíamos vir a ter conhecimento das figuras e mesmo das verdades da geometria por generalização a partir da experiência. Em virtude de sua importância para a compreensão de algumas das teses centrais da “lingüística cartesiana” defendida por Chomsky, reproduzimos abaixo o trecho da passagem em questão que nos parece relevante.

Quando percebemos pela primeira vez em nossa infância uma figura triangular traçada sobre o papel, tal figura não nos pode ensinar como era necessário conceber o triângulo geométrico, posto que não representava melhor do que um mau desenho representa uma imagem perfeita. Mas, na medida em que a idéia verdadeira do triângulo já estava em nós, e que nosso espírito podia concebê-la mais facilmente do que a figura menos simples ou mais composta de um triângulo pintado, daí decorre que, tendo visto essa figura composta, não a tenhamos concebido ela própria, mas antes o verdadeiro triângulo. (...) Assim, certamente, não poderíamos jamais conhecer o triângulo geométrico através daquele que vemos traçado sobre o papel, se nosso espírito não recebesse sua idéia de outra parte (DESCARTES, 1973: 276-7).

3.4. Chomsky e a lingüística cartesiana

A intuição fundamental que está na base da lingüística desenvolvida por Chomsky e que, em suas próprias palavras, faz com que ela esteja alinhada com o que ele chama de “lingüísticas cartesianas”, é a suposição de que “as características gerais da estrutura gramatical são comuns a todas as línguas e refletem determinadas propriedades da mente”⁴⁸ (CHOMSKY, 2002: 94). De acordo com isso, uma análise da estrutura gramatical profunda das línguas particulares levaria ao estabelecimento da

⁴⁸ Cartesian Linguistics (doravante CL).

“forma da linguagem” em geral, a qual conteria estruturas universais e invariáveis que imporiam limites às possibilidades de variação na multiplicidade das línguas particulares encontradas no tempo e no espaço. Ainda de acordo com essa tradição racionalista, não é razoável supor que essas estruturas universais viriam a ser aprendidas pelos falantes quando postos em contato com as línguas particulares, por ocasião do aprendizado das mesmas. Pelo contrário, essas estruturas universais tornariam primeiramente possível o aprendizado de toda e qualquer língua particular, na medida em que dotariam os aprendizes de princípios organizadores dos dados lingüísticos a que estão expostos. Além disso, pelo fato de tais estruturas e princípios de organização serem universalmente encontrados e não serem extraídos das experiências com os dados das línguas particulares, Chomsky conclui que eles constituem parte da própria **estrutura mental** dos falantes, como uma propriedade a eles inata. De acordo com Chomsky, essa explicação seria a única que poderia dar conta do fato prodigioso da aquisição de uma língua num tempo relativamente curto e independentemente do grau de inteligência dos aprendizes, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior.

A defesa da presença de estruturas e princípios universais organizadores dos dados lingüísticos recebidos pelos aprendizes de uma língua particular é um dos traços que fazem com que Chomsky seja aproximado do racionalismo e da tese da existência de conhecimento *a priori*. Contudo, é preciso fazer algumas qualificações aqui, de modo a salientar uma especificidade da concepção do *a priori* lingüístico, em Chomsky.

Desde Kant, costuma-se apontar para a validade **necessária e universal** de um princípio ou enunciado, como marcas características de sua origem ou validade *a priori*. De fato, na *Crítica da Razão Pura* (Introdução, B 3-4), Kant afirma que os conceitos de necessidade e de universalidade podem ser usados, de uma maneira intercambiável e logicamente equivalente, como critérios do estabelecimento da validade *a priori* de um juízo. Assim, o juízo: “Todos os corpos são extensos”, é universalmente válido, permitindo derivar imediatamente o seguinte juízo: “Para todo x, se x é um corpo, então, necessariamente, x é extenso”.

Ora, a concepção dos universais lingüísticos presentes *a priori* na seleção e organização dos dados lingüísticos, em Chomsky, apresenta uma importante diferença, comparada à concepção do *a priori* em Kant⁴⁹. Pois, segundo Chomsky, os universais

⁴⁹ Na verdade, é digno de nota que o próprio Chomsky tenha concluído seu ‘survey’ ou ‘levantamento’ da lingüística de inspiração racionalista lamentando “não ter sequer mencionado ou ter discutido apenas inadequadamente figuras maiores dessa tradição, como Kant” (CL, pp. 104). De fato, um estudo

lingüísticos não são necessariamente encontrados em toda e qualquer língua particular. Ou seja, para Chomsky, universalidade não é intercambiável com necessidade. Como observa Lyons, nesse aspecto, Chomsky pode ser aproximado do lingüista russo Roman Jakobson (LYONS, 1975: 98). Pois ambos acreditam na existência de determinadas unidades fonológicas, sintáticas, e até mesmo semânticas, universais, mas não no sentido de estarem necessariamente presentes em toda e qualquer língua particular. Assim, no nível fonológico, é possível mostrar que há uma série fixa de até 20 características distintivas, como, por exemplo, características de *voicing* ou pares mínimos, presentes na distinção entre ‘p’ e ‘b’ ou ‘t’ e ‘d’, explicando a diferença de pronúncia das palavras ‘pomba’ e ‘bomba’ ou ‘tato’ e ‘dado’. Tomadas em seu conjunto, elas constituem uma “fonética universal”. Porém, isso não significa que características como as apresentadas acima terão de ser encontradas nos fonemas de toda e qualquer língua particular. A universalidade em questão significa antes que essas características fixam **todas as combinações possíveis**, por assim dizer, postas à disposição para formar e constituir as línguas particulares. Ou seja, cada língua particular se constitui como uma seleção de possibilidades combinatórias estabelecidas seja pelo que Chomsky chama de “universais substantivos”, i.e. a série de unidades ou elementos fonológicos, sintáticos e semânticos, seja pelo que ele chama de “universais formais”, i.e. a série de princípios gerais transformacionais que determinam a forma das regras e do modo de operar com ela nas gramáticas das línguas particulares⁵⁰. Eis por que Chomsky vai se referir aos universais lingüísticos como fornecedores de “princípios e parâmetros”, diante dos quais cada língua particular se constitui como uma seleção determinada no interior de possibilidades combinatórias postas à disposição, como vimos no capítulo II. E são esses parâmetros universais e inatos que são utilizados pela criança aprendiz de uma língua como princípios de seleção dos *inputs* por ela recebidos, como também vimos no capítulo anterior.

Ainda em concordância com a tradição racionalista, Chomsky também sustenta que esses universais lingüísticos antecipadamente presentes no aprendiz necessitam de experiência adequada, a saber, os proferimentos feitos nas línguas particulares, para serem ativados ou postos em funcionamento, pois, do contrário,

comparativo das duas concepções seria muito interessante, pois outra importante diferença entre Kant e Chomsky consiste em que o primeiro sustenta igualmente a existência de conhecimento *a priori*, recusando, porém, explicitamente, que ele seja de origem inata (cf., a esse respeito, *Crítica da Razão Pura*, B 167-8).

⁵⁰ Cf., a esse respeito, *Aspects*, pp. 27-30.

permanecem em estado latente ou mesmo inconscientes. Nesse sentido, Chomsky estaria ao lado daqueles que sustentam que as línguas humanas são um empreendimento de caráter necessariamente social e intersubjetivo e concordaria com a tese de que o “menino lobo”, a que fizemos referência no capítulo anterior, não teria podido desenvolver uma linguagem. Contudo, diferentemente do que concluíram os empiristas, disso não se segue que aqueles princípios organizadores resultem eles próprios da experiência, sendo antes princípios sem os quais não ocorre absolutamente nenhuma experiência ⁵¹. Além disso, se é verdade que, ao serem estimulados e postos em funcionamento pelos *inputs* lingüísticos apropriados, esses princípios saem do estado de latência, o seu funcionamento ocorre sem intervenção consciente por parte do indivíduo aprendiz de uma língua particular. Nesse sentido, segundo Chomsky, esse conjunto de princípios atua de uma maneira que pode ser aproximada antes ao modo de funcionamento de um instinto natural, do que ao modo de funcionamento da faculdade da razão, que, pelo menos na tradição cartesiana, é identificada à própria consciência. Essa é uma importante diferença entre Chomsky e a tradição a que ele próprio se filia, e que caracteriza o seu “inatismo biológico”. É por essa razão que Chomsky sustenta que a tarefa do lingüista consiste na explicitação consciente desses princípios que estão na base da aquisição de uma língua, para o que ele conta com a possibilidade de reconhecimento por parte do falante, no que concerne à adequação explicativa dos princípios explicitados, tal como vimos anteriormente.

Contudo, apesar da necessidade de estimulação apropriada por *inputs* lingüísticos, o papel do condicionamento e da instrução explícita no processo de ensino e de aprendizagem de uma língua é, na abordagem racionalista, seriamente restrito e limitado, em contraposição à abordagem empirista e às abordagens behavioristas contemporâneas, suas herdeiras. A esse respeito, é interessante confrontar brevemente, mais uma vez, o que pensa um autor como Ludwig Wittgenstein a respeito da situação inicial em que se encontra o aprendiz de uma língua com o que pensa a tradição racionalista. Wittgenstein constitui um caso bastante interessante porque, apesar de seus reiterados esforços no sentido de não ser confundido com o behaviorismo semântico,⁵² Chomsky não hesita em se referir ao seu modo de explicar o aprendizado de uma língua como estando muito próximo daquele defendido por Bloomfield. Assim, no § 32 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein tece a seguinte crítica à assim chamada teoria

⁵¹ Cf. CL. pp. 96

⁵² Cf. a esse respeito, por exemplo, o § 244 das *Investigações Filosóficas*.

agostiniana da linguagem, da qual podemos retirar elementos para contrastar com o que pensam os racionalistas sobre a situação original em que se encontra o aprendiz de uma língua materna.

Alguém que chega a um país estrangeiro aprenderá a língua dos nativos algumas vezes a partir de definições ostensivas que eles lhe fornecem; e, freqüentemente, ele terá de ‘adivinhar’ o significado dessas definições, algumas vezes corretamente, algumas vezes incorretamente. E, agora, penso, podemos dizer: Agostinho descreve o aprendizado da linguagem humana como se a criança chegasse a um país estrangeiro e não compreendesse a língua do país; ou seja, como se a criança já tivesse uma língua, só não aquela ⁵³.

O que Wittgenstein chama de “definição ostensiva” é um modo de explicar o significado de uma palavra apontando para ou exibindo a coisa ou o aspecto da coisa que é designado pela palavra que se pretende explicar. Ora, nos parágrafos iniciais do *Blue Book*, uma obra anterior às *Investigações*, Wittgenstein já havia desenvolvido críticas à noção de definição ostensiva salientando as dificuldades de se ensinar uma palavra fictícia, a palavra “tove”, apontando para uma caneta sobre uma mesa. Pois, de acordo com ele, o aprendiz poderia ser levado a pensar que “tove” designa não o objeto, a caneta, mas, sim, por exemplo, a cor da mesma, ou a posição dela sobre a mesa, e assim por diante. É por essa razão que, na passagem das *Investigações* acima citada, Wittgenstein afirma que o aprendiz terá de “adivinhar” o que é designado pelas definições ostensivas dadas pelos nativos da língua estrangeira, algumas vezes corretamente, outras vezes incorretamente. Assim, o sentido da crítica tecida por Wittgenstein à concepção agostiniana da linguagem na passagem citada é o seguinte. Agostinho conceberia o aprendizado de uma primeira língua como se fosse algo análogo ao de uma segunda língua, como se, ao chegar ao mundo, a criança de alguma forma já dispusesse de todas as distinções conceituais e categoriais que lhe permitiriam depreender o que está sendo visado a cada vez pelo professor que aponta para um objeto, bastando para isso apenas que o último chame a atenção do aprendiz de uma maneira adequada. Ora, está implícito na mesma passagem que a criança, na concepção de Wittgenstein, é, originalmente, no que tange a essas distinções categoriais, como

⁵³ No original inglês: “Someone coming into a strange country will sometimes learn the language of the inhabitants from ostensive definitions that they give him; and he will often have to 'guess' the meaning of these definitions; and will guess sometimes right, sometimes wrong. And now, I think, we can say Augustine describes the learning of human language as if the child came into a strange country and did not understand the language of the country; that is, as if it already had a language, only not this one”.

uma *tabula rasa* e que, por isso mesmo, ela sequer poderá adivinhar o que está sendo designado por ocasião de uma definição ostensiva, por mais que o professor se esforce por conduzir adequadamente a atenção da criança, diferentemente da situação de quem aprende uma segunda língua e que já traz essas distinções, aprendidas juntamente com a língua materna.

Contra semelhantes concepções behavioristas, que, por assim dizer, “menosprezam” a capacidade das crianças aprendizes, Chomsky argumenta que elas “não assentam numa observação dos fatos livre de preconceitos, mas, sim, em suposições *a priori* acerca do que elas acreditam que tenha de ocorrer”⁵⁴, e cita em seu apoio uma passagem de Cordemoy, cujo conteúdo contrasta fortemente com o daquela passagem das *Investigações* de Wittgenstein.

Quaisquer que sejam as dificuldades que encontramos ao ensinar-lhes algumas coisas, descobrimos, freqüentemente, que eles sabem o nome de mil outras coisas que nós não pretendíamos mostrar-lhes; e, o que é mais surpreendente, vemos que, quando atingem os dois ou três anos de idade, eles são capazes de distinguir o nome que damos a uma coisa, pela mera força de sua atenção, em todas as construções que usamos para falar da coisa (*apud* Chomsky, CL, 2002: 138).

Tal é o sentido geral das teorias da aquisição da linguagem de orientação racionalista. Observamos, freqüentemente, que as crianças sabem mais do que inicialmente esperaríamos delas, de modo que, “pela mera força de sua atenção”, desde que convenientemente dirigida pelo professor, podem depreender o que estamos visando com nossas explicações. Naturalmente, também nesse aspecto, Chomsky se alinha ao lado dos racionalistas e rejeita as críticas usuais empreendidas pelos lingüistas de orientação empirista, segundo os quais os primeiros estariam envolvidos em meras especulações metafísicas. Pois, como observa Stegmüller,

(...) geralmente são os cientistas experimentais que acusam os metafísicos de se perderem em especulações sem fundamento. Agora, ao contrário, os pesquisadores e psicólogos da língua, de orientação rigorosamente empirista, ouvem de Chomsky a acusação de pretenderem construir teorias sobre a aprendizagem de uma língua natural baseados em especulações empiristas ridículas e absurdas, um método que de antemão parece condenado ao fracasso (STEGMÜLLER, 1976: 11).

⁵⁴ Eis por que sentimo-nos inclinados a concordar com Wolfgang Stegmüller quando ele afirma que, “no entender do sistemático Chomsky, [as considerações tecidas por Wittgenstein] eram mais ou menos diletantes” (cf. *Principais Correntes da Filosofia Contemporânea*, vol. 2, pp. 15).

Desse modo, Chomsky sustentaria contra Wittgenstein que, em certo sentido, a criança já chega ao mundo sabendo uma língua, a saber, uma linguagem universal, só não aquela língua particular da localidade em que nasceu, e que o conhecimento prévio daquela linguagem universal é fundamental para que venham a ser bem-sucedidas todas as tentativas empreendidas pelos adultos no sentido de lhe ‘ensinar’ a língua falada naquela localidade. Assim, se é verdade que *inputs* externos são necessários para ativar e estimular o funcionamento dos princípios inatos, esses *inputs* não determinam eles próprios a forma do que é adquirido. E o aprendiz de uma língua não deve ser assimilado a uma *tabula rasa*, a um passivo receptor de dados lingüísticos. Pelo contrário, segundo Chomsky, em certo sentido, uma língua não pode ser propriamente ensinada, mas, sim, despertada na mente do falante, o que nos faz lembrar daquelas passagens do Mênon de Platão. Pois, exprimindo sua concordância com Humboldt, outro “lingüista cartesiano”, Chomsky também sustenta que as línguas “são autocriações (*Selbstschöpfungen*) dos indivíduos falantes”, e complementa com a citação de outra passagem de uma obra do estudioso da linguagem alemão (CHOMSKY, 2002: 97).

O aprendizado da linguagem por parte das crianças não é um mero distribuir ⁵⁵ palavras a serem depositadas na memória e reproduzidas mecanicamente pelos lábios, mas um amadurecimento (*ein Wachsen*) da capacidade lingüística com a idade e com a prática. Que nas crianças não haja um mecânico aprendizado da linguagem, mas um desenvolvimento da faculdade lingüística é também provado pelo fato de que, uma vez que as mais importantes capacidades humanas exigem um determinado período da vida para seu desenvolvimento, todas as crianças, colocadas nas mais diversas circunstâncias, falam e compreendem mais ou menos com a mesma idade, com uma pequena variação dentro de um breve lapso de tempo ⁵⁶.

Isso significa que a aquisição de uma língua é um processo de **maturação** de capacidades regidas por princípios internos ao aprendiz, desde que ele esteja exposto a condições externas apropriadas, como já havíamos visto no capítulo anterior. Como foi dito, a forma da língua que é assim adquirida não é determinada pelo que é recebido vindo de fora, mas por fatores e princípios internos e inatos ao falante. E como esses princípios internos são específicos da espécie humana, terá de haver uma correspondência fundamental entre todas as línguas encontradas no tempo e no espaço. Em última análise, isso explica também porque uma criança nascida no Brasil pode vir a

⁵⁵ Em alemão: *zumessen*, verbo usado para se referir à distribuição de ração a animais.

⁵⁶ Humboldt *apud* Chomsky, CL, pp. 97

aprender o japonês como língua materna, se levada para o Japão na idade apropriada, e vice-versa, ao passo que, segundo Chomsky, um hipotético marciano não poderia aprender nenhuma das línguas naturais humanas. Pois a forma geral dessas línguas é específica de nossa espécie.

3.5. Algumas críticas ao inatismo em Chomsky

Embora o que se espere de uma dissertação de mestrado seja, normalmente, uma exposição a mais clara e abrangente possível de um determinado tema num ou em vários autores, consideramos adequado acrescentar uma breve discussão de algumas críticas tecidas ao inatismo em Chomsky, com vistas a enriquecer o presente trabalho. Para tal, foi escolhido um artigo escrito por Thomas Nagel⁵⁷. A escolha desse autor se deveu a duas razões. Em primeiro lugar, porque se trata de um autor contemporâneo dos mais brilhantes na Filosofia. Em segundo lugar, porque se trata de um intérprete simpático a Chomsky e que compartilha com o último de alguns importantes pressupostos sobre a investigação da linguagem, como, por exemplo, o valor da perspectiva internalista sobre a linguagem. Assim sendo, diferentemente de críticas externas provenientes de autores que antecipadamente sabemos serem antipáticos a Chomsky, podemos esperar encontrar em Nagel argumentos tecidos por alguém que se coloca dentro da perspectiva do próprio autor a ser criticado e que, por isso mesmo, serão muito mais relevantes para nós.

Thomas Nagel investiga as implicações epistemológicas da teoria lingüística de Chomsky, sobretudo no que diz respeito à tese de um conhecimento *a priori* inato por parte do aprendiz de uma língua. A pergunta que orienta seu pequeno artigo é a seguinte. Em que sentido a contribuição inicial feita por parte do organismo que está adquirindo uma linguagem deve ser descrita em termos de **conhecimento**? Em que sentido é possível atribuir à criança aprendiz da linguagem um **conhecimento**, por exemplo, de estruturas sintáticas? Buscando responder a essa questão, Nagel examina, inicialmente, o que ele próprio considera ser um mau argumento geralmente apresentado como evidência para responder negativamente a essa mesma questão.

⁵⁷ “Linguistics and Epistemology”, in *On Noam Chomsky: Critical Essays*, pp. 219-28

Em linhas gerais, o mau argumento pode ser assim exposto. Costuma-se alegar que a posição assumida por Chomsky o levaria a se comprometer com a tese de que haveria igualmente um conhecimento inato por parte do ser humano no que concerne, por exemplo, ao seu sistema digestivo. Com efeito, mesmo sem ter sido previamente treinada, instruída ou informada, a criança é capaz de ajustar o meio ambiente químico em seu estômago de modo a selecionar entre o que deve ser absorvido e o que deve ser rejeitado. Ou seja, também no processo de digestão estariam presentes, desde o início e sem terem sido aprendidos, princípios de seleção de *inputs* recebidos, resultando em determinados *outputs*, de uma maneira que seria perfeitamente análoga àquela descrita por Chomsky no processo de seleção dos *inputs* feita pelo aprendiz da linguagem.

E o paralelo entre a digestão e a linguagem poderia ser levado ainda mais longe, se levarmos em conta que, em ambos os casos, não é preciso haver consciência explícita dos princípios ou regras que regulam ambas as atividades, nem na criança, nem no adulto, ainda que este último possa estudar esses princípios que constituem a fisiologia da digestão ou a gramática de uma língua, o que, contudo, não é relevante para as próprias atividades.

Da possibilidade de estabelecimento de tal paralelo entre a atividade da digestão e a aprendizagem de uma linguagem, os críticos concluem então que ou bem tem de haver a interferência de um conhecimento inato igualmente nos dois casos, ou bem não há sentido, absolutamente, em se falar de conhecimento inato nos dois casos. Pondo o peso do argumento no processo de digestão, levado a cabo até mesmo por animais, os críticos de Chomsky tendem para a segunda alternativa e sustentam que seria mais adequado falar na presença de **capacidades inatas**, a saber, da capacidade de discriminar entre elementos presentes nos alimentos que podem ser assimilados pelo organismo e da capacidade de adquirir o domínio de línguas naturais dotadas de um certo tipo de estrutura, e não, de modo algum, na presença de conhecimento inato.

Isso posto, Nagel procede a uma avaliação crítica do argumento acima, mostrando que ele apresenta uma falha de princípio. A falha reside no fato dele ignorar a diferença essencial que há nas operações e atividades que foram comparadas. Com efeito, no caso da digestão, não se pode falar em **ações** executadas por parte de um sujeito ou indivíduo (ele está antes sujeito a essas operações que ocorrem no interior de seu corpo), e nem os **dados** sobre os quais se realizam tais operações precisam ser trazidos à **consciência** desse mesmo indivíduo. Em contrapartida, no caso da linguagem, os dados (os *inputs* lingüísticos) têm de ser conscientemente apreendidos

pelo indivíduo, e o resultado desse processo se manifesta na capacidade de falar e de compreender sentenças (os *outputs* lingüísticos), ou seja, em ações conscientes.

Além disso, e ainda mais importante, o exercício da capacidade lingüística envolve a produção de **crenças** por parte do aprendiz, de crenças, por exemplo, com relação ao fato de que uma determinada combinação de palavras forma uma sentença da linguagem (o que pode ser facilmente verificado se apresentarmos a uma criança que já domina algum português a frase: (“*dormindo a está boneca”). Em suma, nem todos os métodos ou processos de seleção e discriminação supõem a formação ou a atribuição de crenças, e somente os que as supõem fornecem evidência para se introduzirem conceitos epistemológicos na sua descrição, ou seja, para se falar, coerentemente, de conhecimento. E o fenômeno da linguagem se enquadra no último caso, ao passo que a digestão não se enquadra.

Contudo, o próprio Nagel concede que o essencial na avaliação crítica da proposta chomskyana é determinar se conceitos cognitivos como o de conhecimento ou o de crença podem ser adequadamente introduzidos, em primeiro lugar, na descrição da **capacidade** (supostamente inata) **de adquirir** a capacidade de falar uma língua natural, e, em segundo lugar, na descrição da capacidade de falar uma língua natural considerada de uma maneira **geral**. Ele começa pela segunda questão, e, em nossa exposição, faremos o mesmo.

A esse respeito, é interessante pôr em linha de conta a comparação que Michael Dummett estabelece entre saber nadar e saber falar uma língua.⁵⁸ Com efeito, saber nadar e saber falar uma língua são, no fundo, saberes ou conhecimentos práticos que se mostram no exercício de capacidades ou habilidades práticas.⁵⁹ A questão é se o conhecimento prático envolvido nesses casos explica a habilidade prática ou se o conhecimento prático se reduz inteiramente às ações em que se manifesta a habilidade prática. Se a última alternativa for o caso no que tange à capacidade de falar uma língua, então, introduzir a expressão “conhecimento” nesse contexto será inútil e desnecessário.

Contudo, existe uma grande diferença entre saber nadar e saber falar uma língua, e essa diferença reside no fato de que o exercício da capacidade de falar é um processo que tem de ser considerado como um processo **consciente** num sentido em que o exercício do saber nadar não o é. Com efeito, podemos conceber que uma pessoa seja

⁵⁸ “What do I know when I know a language?”, Lecture held at the Centenary Celebrations of the Stockholm University, may 24, 1978, pp. 1-15

⁵⁹ Exatamente por isso, pode-se dizer “I can swim” ou “I can speak English”, em lugar de “I know how to swim” ou de “I know how to speak English”.

jogada na água e se dê conta de que está nadando, mesmo sem saber o que está fazendo, mas não é concebível que uma pessoa não educada, por exemplo, em espanhol, e que seja levada para um país de língua espanhola venha a se dar conta, miraculosamente, de que está falando espanhol, mesmo sem saber o que está fazendo. Desse modo, capacidades ou habilidades práticas não são todas iguais. No caso da habilidade de falar uma língua, a pessoa em questão tem de saber o que está fazendo e, por conseguinte, falar de “conhecimento” nesse contexto é plenamente justificável.

Contudo, temos de admitir que haja diferentes **graus** na consciência ou no conhecimento que acompanha as ações em que se manifesta a habilidade prática de uma pessoa. Assim, num extremo da escala, há aquelas ações ou operações que são executadas acompanhadas do saber ou **conhecimento explícito** do que se está fazendo, por exemplo, quando obedecemos às instruções de uma receita de bolo. No outro extremo, há aquelas operações ou habilidades que são exercidas pela pessoa sem que ela tenha a menor consciência do que está fazendo e, mesmo quando ela é chamada a refletir sobre o que está fazendo, é incapaz de explicar aos outros, como, por exemplo, o saber nadar ou andar de bicicleta. Nesses casos, o “saber como” se reduz inteiramente ao “poder fazer”. Por fim, há também os casos intermediários, nos quais a pessoa pode se declarar inicialmente incapaz de formular para si ou para os demais os princípios que regem sua habilidade prática, mas pode vir a **reconhecer** posteriormente a correção de enunciados feitos por uma outra pessoa a respeito desses princípios. Nesse caso, podemos dizer com toda propriedade que a pessoa em questão **sabe** que algo é o caso, que ela (re)**conhece** a correção de certas proposições relativas aos princípios que regem suas operações, só que esse saber ou conhecimento é **implícito**, podendo, contudo, ser obtido dela quando convenientemente indagada.

Assim, voltando à segunda questão formulada por Nagel, temos de concluir que a capacidade geral de falar uma língua, manifestada por um indivíduo falante ao produzir uma série de performances lingüísticas particulares, cada uma das quais, de acordo com o que foi dito acima, pode ser perfeitamente descrita como uma instância de conhecimento e tem de ser ela própria também descrita em termos de conhecimento. Naturalmente, trata-se de um conhecimento **implícito**, que no mais das vezes não é formulado pelo próprio falante, mas que efetivamente regula as performances particulares e que, uma vez apresentado ao último, é por ele **reconhecido** como estando na base do exercício de sua capacidade de falar a língua em questão.

É importante acentuar que o falante de uma língua alcança o reconhecimento da relação entre as regras gramaticais, quando estas lhe são apresentadas, e a sua performance lingüística quotidiana não como resultado de uma mera observação de suas próprias reações e comportamentos **externos**, como se fosse algo exterior a ele próprio, mas como algo que provém, por assim dizer, do seu **interior**. Nesse sentido, um falante reconhece a relação entre as regras gerais de uma língua e suas performances particulares de um modo que se assemelha ao reconhecimento por parte do paciente da existência de uma relação interna entre suas patologias psíquicas e as situações que as geraram, quando as últimas lhe são trazidas à consciência pelo psicanalista.

Voltando, agora, à primeira e mais fundamental questão acima formulada: será que teríamos de caracterizar como uma instância ainda mais geral de conhecimento a capacidade geral de **adquirir** outras capacidades, que são elas próprias instâncias de conhecimento mais particulares? Ora, para que o nível de aquisição de uma língua possa ser caracterizado por conceitos cognitivos e por uma atribuição de um tipo de conhecimento ao falante, bastaria, aparentemente, poder repetir para o nível da aquisição o raciocínio que se mostrou válido para o exercício da capacidade de uma língua natural. Em outras palavras, uma vez explicitamente formulados os universais lingüísticos, como as regras transformacionais, que, segundo Chomsky, regulam a aquisição originária de uma língua natural, teria de ser possível dizer que o falante poderia ser levado ao **reconhecimento** de que tais universais estavam presentes na situação de aprendizagem e efetivamente operando no processo de seleção dos inputs. Ou seja, o nível da aquisição da linguagem deveria ser também acessível à perspectiva **internalista**, para poder ser caracterizado como envolvendo um tipo de saber ou conhecimento.

Entretanto, de acordo com Nagel, pelo menos a julgar pelas declarações feitas por Chomsky, o que este último chama de “adequação explanatória”, ou seja, o reconhecimento de que as regras transformacionais formuladas pelo lingüista são efetivamente aquelas que presidem a seleção dos *inputs* não carece do assentimento e reconhecimento por parte do próprio falante. Em suma, para o lingüista, que faz uma teoria como qualquer outra, seria suficiente que as regras que ele formula de um ponto de vista **externo** se adequem aos dados a serem explicados, no caso, os que constituem o aprendizado de uma língua, como a melhor explicação para eles. Diante disso, Thomas Nagel declara não se sentir confortável para empregar conceitos cognitivos na descrição daquela capacidade inata de adquirir conhecimento lingüístico. Pois nem toda

capacidade inata de adquirir conhecimento tem de ser ela própria caracterizada como uma instância de conhecimento, por mais complexa que seja a descrição de sua estrutura, como, de acordo com a lingüística, parece ser a descrição da estrutura da capacidade de adquirir conhecimento de uma linguagem.

Na seqüência do texto, Nagel passa a considerar a questão acerca do sentido de descrever em termos de conceitos cognitivos a capacidade inata de aprender uma linguagem agora a partir de outra condição geralmente ligada a atribuição de conhecimento, a saber, a condição de **justificação**. Ora, sem dificuldade, podemos admitir a presença de crenças inatas ou de uma tendência a formar determinadas crenças diante de um *input* externo mínimo. Contudo, isso ainda não constitui base suficiente para se falar em conhecimento com toda propriedade, pois nem toda crença que tenhamos inclinação a formar é por isso mesmo justificada, mesmo que essa crença seja verdadeira.

Consideremos, por exemplo, uma situação hipotética, na qual uma pessoa tem um talento inato, mas que lhe é próprio enquanto indivíduo, para estabelecer resultados de cálculos matemáticos ou para aplicar às coisas o nome correto, sem que isso envolva reflexão, cálculo ou aprendizado. Ora, esse fictício talento só se tornaria confiável, e isso aos olhos da própria pessoa dele dotada, na medida em que os resultados a que chega se conformarem e concordarem com os resultados a que chegam as pessoas em geral quando efetuam cálculos ou procedem à aplicação de nomes de uma maneira refletida, consciente e calculada. Ou seja, para ser considerado como algo pelo menos próximo de conhecimento, aquele suposto talento teria de ter a correção de seus resultados confirmada por uma instância objetiva e independente. Em suma, não é pelo mero fato de ser um talento ou propensão natural de um indivíduo, que esse talento obtém sua justificação e pode ser aproximado de algo da ordem do conhecimento.

A situação proposta por Chomsky visando explicar a aquisição da linguagem difere da acima descrita pelo fato de se tratar de um talento ou capacidade natural e inato partilhado pelos seres humanos em geral, mais exatamente, de um talento universalmente compartilhado. Seria justamente em virtude dessa capacidade que todos os falantes, por exemplo, do português, acabam chegando a uma concordância geral no emprego dessa língua em conformidade com certas regras gramaticais, de uma maneira natural, não-refletida, não-premeditada e não-calculada. Contudo, embora se trate aqui de um talento ou propensão supostamente compartilhado por todos os indivíduos falantes, também nesse caso, o mero fato de haver uma tendência natural para chegar a

determinadas regras da linguagem não assegura a sua justificação, do mesmo modo que aquela fictícia propensão ou talento individual para obter resultados corretos em cálculos matemáticos não assegurava a sua justificação. Assim, quando o indivíduo sabe que suas próprias intuições e produções lingüísticas estão em conformidade com as intuições lingüísticas de outros falantes de sua linguagem, só então ele estará em posição de considerar que aquela sua tendência inata fornece uma forte evidência para concluir que suas próprias intuições são corretas. Diante disso, Nagel sustenta que

(...) a tendência inata universal a alcançar determinadas regras é suficiente, no caso da linguagem, para assegurar a correção das intuições de um falante individual. Mas cada indivíduo necessita ainda saber que ele está em conformidade com a tendência universal, para saber que suas intuições lingüísticas estão corretas. E isso é uma questão que está aberta à investigação empírica (NAGEL, 1974: 226).

Nagel termina concluindo que, considerada agora do ponto de vista da justificação, o que se pode depreender da posição sustentada por Chomsky é que ela não exprime uma autêntica tese sobre a existência de um **conhecimento a priori** (inato), mas, no máximo, de uma propensão ou tendência a formar determinadas crenças sobre as regras de uma língua, tendência essa que inclui uma outra tendência natural a supor que os outros formarão as mesmas regras. Embora não possam ser caracterizadas em termos de conceitos cognitivos ou epistemológicos, essas tendências apresentariam uma vantagem prática. Pois, do mesmo modo que uma criança não precisa aprender a digerir alimentos, fazendo-o corretamente de um modo automático, uma criança também não precisa aprender a elaborar uma gramática tendo por base uma exposição a poucos e pobres *inputs*. Por uma questão de sobrevivência, nós todos chegamos naturalmente a dominar as regras de uma linguagem, convencidos de que os demais seguem as mesmas regras.

Uma vez sumariamente reconstruídas e expostas as objeções feitas por Nagel, procedamos agora a uma tentativa de resposta para elas.

Com relação à primeira objeção feita por Nagel a Chomsky, deve-se notar que o que o último entende por “adequação explanatória” de uma teoria lingüística envolve como um elemento absolutamente indispensável o reconhecimento da correção da teoria por parte do falante, ou seja, o reconhecimento da correção e adequação dos princípios ou regras a ele apresentados pelo lingüista relativamente às suas intuições de falante nativo.

Com efeito, esse é justamente um dos aspectos em que a lingüística proposta por Chomsky marca nitidamente sua distinção frente à lingüística de *corpus*. Pois, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, os estruturalistas se debruçavam sobre um *corpus* de proferimentos de línguas nativas indígenas, como algo que lhes era desconhecido, visando explicitar as regras que estariam na sua base, mediante um procedimento de generalização indutiva. Nesse processo de descobrimento das regras, o próprio falante nativo não era consultado, ou seja, suas intuições lingüísticas não eram levadas em conta. A intervenção do falante só ocorria no momento do fornecimento dos dados a serem estudados, ou seja, do proferimento de sentenças que constituíam o *corpus*. Em suma, metodologicamente, a lingüística proposta por Chomsky busca vir ao encontro das exigências do internalismo.

Com relação à segunda objeção, o que Nagel dá a entender é que Chomsky não pode dar conta da **justificação última** das regras inatas que supostamente constituem a capacidade geral de aprender as regras de uma língua natural particular. Pois, de acordo com Nagel, em última análise, o máximo que Chomsky teria podido mostrar é que haveria nos aprendizes de uma língua uma tendência ou propensão natural a formar certas crenças sobre as regras de uma língua natural, crença essa que obteria sua confirmação pela sua conformidade com o comportamento lingüístico geral. Ou seja, a “justificação” seria dada, em última análise, pelo fenômeno da concordância humana, não uma concordância convencional, mas uma concordância fundada na natureza humana, que seria a base última de toda justificação tomada nos moldes do segundo Wittgenstein.

Entretanto, Chomsky não aceitaria essa interpretação. Pois as regras que constituem a capacidade de aprender uma língua não são descobertas como algo que leva **contingentemente** a um acordo ou conformidade geral. Pelo contrário, Chomsky fornece uma justificação *a priori* dessas regras, porque elas definem, com validade universal, **todas** as possibilidades combinatórias sintáticas, frente às quais qualquer língua natural humana particular tem de se constituir como uma seleção determinada de tais combinações.

Desse modo, Chomsky rejeitaria a interpretação feita por Nagel, quando este afirma “que a tendência inata universal de chegar a determinadas regras é suficiente, no caso da linguagem, para assegurar a correção das intuições de um falante individual. Mas cada indivíduo precisa ainda saber que ele está em conformidade com a tendência universal (...). E isso é uma questão que está aberta à investigação empírica”. Em

contraposição a isso, segundo Chomsky, o indivíduo pode saber *a priori* que suas intuições estarão em conformidade às dos demais não porque “haja uma tendência inata e natural a supor que os outros vão interpretar as regras da gramática do mesmo modo que ele”, mas porque é possível saber *a priori* para onde a tendência geral vai convergir, posto que haja um *framework* de regras estabelecido *a priori* e que torna **necessária** essa interpretação.

Considerações finais

À guisa de considerações finais, retomaremos alguns tópicos discutidos nesta dissertação que julgamos ser os mais importantes e que devem ser destacados num trabalho que procura expor, ainda que sinteticamente, as relações entre lingüística e filosofia na obra de Noam Chomsky.

Para começar, retomemos alguns elementos da gramática gerativa proposta por Chomsky, através da qual ele se posicionou fortemente contra o estruturalismo americano. De acordo com Chomsky (CHOMSKY, 1965: 120-7), a gramática gerativa visa a estabelecer princípios universais atuantes em três níveis da produção lingüística. Assim, ela deve fornecer uma teoria fonética universal que permita estabelecer a lista dos traços fonéticos e as listas das combinações possíveis desses traços, repousando,

portanto, sobre uma matriz universal de traços fônicos. Ela deve fornecer uma teoria semântica universal suscetível de estabelecer a lista dos conceitos possíveis, implicando, portanto, uma matriz universal de traços semânticos. Por fim, a gramática gerativa deve fornecer uma teoria sintática universal, i.e. deve estabelecer a lista das relações gramaticais da base e das operações transformacionais capazes de dar uma descrição estrutural de todas as frases. Essas tarefas da gramática gerativa implicam, portanto, a existência de universais lingüísticos nesses três níveis.

Porém, na realidade, a gramática gerativa desenvolvida por Chomsky ocupa-se, privilegiadamente, da sintaxe das línguas. Mas a sintaxe das línguas não é propriamente seu objeto de estudo; ela é apenas um meio para descrever uma entidade teórica chamada gramática universal (doravante GU), a qual nos daria um acesso privilegiado ao estudo da própria mente humana. Esse é o objeto de estudo da gramática gerativa. Mas o que exatamente seria essa gramática universal? A resposta a essa pergunta exige a introdução de considerações sobre as implicações filosóficas da teoria da gramática de Chomsky. Assim, Chomsky afirma que

uma teoria da faculdade da linguagem é às vezes chamada de gramática universal. A gramática universal busca formular os princípios que entram em operação na faculdade da linguagem. A gramática de uma língua em particular é uma teoria do estado da faculdade da linguagem em que ela se encontra após seu contato com dados da experiência; a gramática universal é uma teoria do estado inicial da faculdade da linguagem em que ela se encontra antes de qualquer experiência⁶⁰ (CHOMSKY, 1986: 3).

A teoria da gramática universal postula princípios da gramática que são encontrados em todas as línguas, o que, por sua vez, encontra sua explicação, em última análise, no fato desses princípios serem inatos aos seres humanos. Essa teoria procura explicar a aquisição da linguagem em geral, e não descreve línguas específicas. Ela não sustenta que todas as línguas possuam uma mesma gramática ou que os humanos sejam programados com uma estrutura que subjaz ao que Chomsky chama de “estrutura superficial” das línguas particulares. Ao contrário, a gramática universal propõe um conjunto de regras que explicariam como as crianças adquirem uma língua em geral.

⁶⁰ “A theory of the language faculty is sometimes called universal grammar. Universal grammar attempts to formulate the principles that enter into operation of the language faculty. The grammar of a particular language is an account of the state of the language faculty after it has been presented with data of experience; universal grammar is an account of the initial state of the language faculty before any experience”.

No entanto, quando se fala em GU, alguns pensam em nivelamento geral das várias línguas particulares, o que não é correto. Não estamos dizendo que as várias gramáticas particulares devam ser idênticas. O que há, isto sim, é a evidenciação de uma gramática que estaria subjacente a todas as línguas, trazendo em seu bojo meios que permitem a combinação e a relação de termos das diversas línguas, até chegarmos aos níveis de representação, co-ordenados por um conjunto de princípios que tornam restrita a combinação desses termos. Se as gramáticas particulares não são idênticas, mas permeadas por aspectos sintáticos comuns a todas as línguas do mundo, é interessante trabalhar, então, com a noção de parâmetro, pois, na verdade, a GU contém princípios aos quais se associam parâmetros fixos que configuram a própria experiência com as línguas maternas e determinam as possibilidades de variação gramatical no interior das mesmas.

Dizemos, então, que a Teoria de Princípios e Parâmetros, como é atualmente denominada a teoria gerativa, é um modelo que, por sua natureza modular, busca investigar de forma adequada os princípios que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como sua interação na constituição de cada gramática particular. Pela hipótese da GU, a linguagem é inerente aos seres humanos e todos eles estão preparados para desenvolver essa faculdade da linguagem, bastando, para isso, estarem expostos a uma determinada língua. Como explica Chomsky,

A gramática universal pode ser considerada como uma caracterização da faculdade da linguagem geneticamente determinada. Podemos considerar essa faculdade como um mecanismo de aquisição da linguagem, como um componente **inato** à mente humana que nos capacita a adquirir uma língua particular através da interação com a experiência dada, como um mecanismo que converte a experiência num sistema de conhecimento alcançado: em conhecimento de uma ou de outra língua ⁶¹ (CHOMSKY, 1986: 3).

Assim, estritamente falando, **nenhuma** língua é ensinada ao ser humano, pois sua aquisição não se restringe a adquirir estruturas lingüísticas externas. Pelo contrário, segundo Chomsky, em certo sentido, uma língua não pode ser propriamente ensinada, mas, sim, despertada

⁶¹ “Universal grammar may be regarded as a characterization of the genetically determined language faculty. One may think of this faculty as a language acquisition device, an innate component of the human mind that yields a particular language through interaction with presented experience, a device that converts experience into a system of knowledge attained: knowledge of one or another language”.

na mente do falante. Chomsky reencontra neste ponto as intuições fundamentais dos estudiosos da linguagem de orientação racionalista, como Humboldt, por exemplo. Pois, em concordância com Humboldt, Chomsky também sustenta que as línguas “são autocriações (*Selbstschöpfungen*) dos indivíduos falantes”. Evidentemente, após a exposição à primeira língua, o falante nativo, de posse da GU, vai ampliando seus conhecimentos lingüísticos.

Podemos dizer, então, que a gramática gerativa se ocupa com a gramática subjacente à gramática internalizada que nós, falantes nativos, temos de nossa língua e que sabemos manejar adequada e intuitivamente. Eis por que Chomsky (1986 e 1988) veio a introduzir conceitos para dar conta dessas dualidades, por exemplo, os conceitos de Língua-I, ou seja, língua internalizada, anteriormente chamada de competência, e de Língua-E, anteriormente chamada de performance, que diz respeito à língua externa. A Língua-I seria o estágio inicial, também conhecido como competência gramatical, sistema computacional ou gramática interna, constituindo-se um fenômeno individual, um sistema representado na mente/cérebro de um indivíduo particular. É, assim, um objeto mental, o próprio saber que as pessoas têm de sua língua, enquanto língua materna. Ao contrário, a Língua-E pode ser entendida como o conjunto de estruturas partilhadas por uma comunidade de fala, ou seja, é o conhecimento lingüístico compreendido independentemente das propriedades da mente-cérebro do falante nativo de determinada língua. Portanto, a Língua-E pode ser definida como a totalidade de enunciados que um indivíduo é capaz de aprender numa comunidade de falantes. Portanto, a gramática de uma língua é o estado de saber lingüístico dos falantes que têm essa língua como língua materna.

Dito de outra maneira, Chomsky formula hipóteses sobre a natureza e o funcionamento da linguagem: essa última, específica à espécie humana, repousa sobre a existência de estruturas universais inatas (como a relação sujeito/predicado) que tornam possível a aquisição (a aprendizagem) pela criança de sistemas particulares que são as línguas. O contexto lingüístico ativa essas estruturas inerentes à espécie, que subjazem ao funcionamento da linguagem. Nessa perspectiva, essa

gramática constitui o conhecimento lingüístico dos indivíduos que falam uma língua qualquer, isto é, constitui a sua competência lingüística manifestada pelos desempenhos lingüísticos dos falantes particulares.

Para Chomsky, o problema para o lingüista, assim como para uma criança, está em “determinar a partir dos dados do desempenho o sistema de regras subjacentes que foram dominados pelo falante-ouvinte e que esse coloca em uso através do desempenho”. Portanto, neste sentido técnico, a teoria lingüística pode ser chamada de “mentalista, visto que está interessada em descobrir a realidade mental subjacente ao comportamento”.

Levando em conta a complexidade do processo de aquisição da linguagem e o uso criativo que dela fazem mesmo as pessoas mais comuns e sem refinamento cultural, Chomsky sustenta que o behaviorismo, baseado no esquema estímulo-resposta, não pode explicar aqueles fenômenos, os quais se oferecem à observação empírica, desde que realizada “sem preconceito”. Filiando-se ao racionalismo clássico, o qual foi sempre associado a especulações metafísicas, Chomsky vira o jogo e acusa o empirismo e o behaviorismo de produzirem construções teóricas sobre a aquisição da linguagem e seu funcionamento que não encontram nenhum apoio na experiência. Segundo Chomsky, nada mais distanciado da realidade do que a concepção empirista do estado inicial da faculdade da linguagem como uma “*tabula rasa*”, na qual vão simplesmente imprimindo-se as formas e estruturas sintáticas de uma língua natural. Em contraposição a isso, Chomsky defende a tese forte segundo a qual uma língua natural só pode ser aprendida porque o aprendiz dispõe, desde o início, da linguagem, ou seja, da linguagem universal, e que isso só pode ser algo que é herdado por nós biologicamente, ou seja, que é inato aos seres humanos enquanto característica da espécie, em última análise, fundada na nossa genética particular.

Uma teoria da estrutura lingüística que tem por objetivo a descrição explanatória incorpora uma explicação dos universais lingüísticos e atribui conhecimento tácito desses universais à criança. Chomsky sustenta que a criança se apropria dos dados ou *outputs* lingüísticos tendo por base esses princípios e pressupostos universais de que ela dispõe *a priori*. O problema com que depara a criança no processo de aquisição da sua língua materna é o de determinar, dentre as línguas humanamente possíveis, ou seja, no interior das possibilidades fixadas tanto pelos “universais substantivos” quanto pelos “universais formais”, qual é a

possibilidade que é efetivamente realizada pela comunidade em que ela se encontra. Se isso não fosse o caso, aprender uma língua seria praticamente impossível.

O próprio Chomsky admite que ainda são questões abertas a determinação completa desses princípios universais componentes do estado inicial em que se encontra a faculdade da linguagem e quão detalhado e específico é o esquema inato que gradualmente se torna mais explícito e diferenciado à medida que a criança aprende a língua. De fato, até o momento, não podemos sequer nos aproximar da formulação de hipóteses sobre o suposto esquema inato, que é rico, detalhado e específico de maneira a dar conta do fato da aquisição da linguagem. Porém, o que uma teoria lingüística deve e pode desenvolver é uma explicação dos universais lingüísticos que não é passível de ser falsificada pela real diversidade das línguas, sendo suficientemente rica e explícita para dar conta da rápida e uniforme aprendizagem da linguagem e a extraordinária complexidade e amplitude das gramáticas gerativas.

A idéia de que existe uma gramática universal das línguas humanas se originou com a visão de Chomsky sobre a aquisição da língua materna (L1). Ele estava procurando uma explicação para o fato de que praticamente todas as crianças aprendem sua língua num momento de seu desenvolvimento cognitivo em que elas estão experimentando dificuldades para alcançar outros tipos de conhecimento que parecem ser bem menos complexos do que a linguagem. Chomsky argumentou que o aprendizado de uma língua não poderia ser alcançado pela mera exposição a amostragens de uma língua no ambiente lingüístico, porque essas amostragens da língua às quais a criança é exposta são incompletas e algumas vezes “degeneradas” ou fragmentárias. Além disso, as crianças parecem ser capazes de adquirir sua língua materna sem qualquer ‘*feedback*’ sistemático de correção, nem qualquer instrução explícita. Chomsky concluiu então que as crianças devem ter uma faculdade inata da linguagem - um mecanismo com o qual elas já nascem - que as torna capazes de “decifrar o código” da língua que elas virão a aprender como língua materna, através de um processo de formulação de hipóteses e testes realizados de acordo com aqueles princípios e parâmetros universais.

A tese segundo a qual tem de haver estruturas e princípios universais organizadores dos dados lingüísticos recebidos pelos aprendizes de uma língua particular é um dos traços que fazem com que Chomsky seja aproximado de uma escola filosófica, a saber, o racionalismo ou, em suas próprias palavras, fazem com que a lingüística por ele desenvolvida seja alinhada com o que ele próprio chama de

“lingüísticas cartesianas. De acordo com isso, Chomsky parte do princípio de que uma análise da estrutura gramatical profunda das línguas particulares levaria ao estabelecimento da ‘forma da linguagem’ em geral, a qual conteria estruturas universais e invariáveis, ou seja, válidas *a priori*, que imporiam limites às possibilidades de variação na multiplicidade das línguas particulares encontradas no tempo e no espaço. Ainda de acordo com essa tradição racionalista, não é razoável supor que essas estruturas universais viriam a ser aprendidas pelos falantes quando postos em contato com as línguas particulares, por ocasião do aprendizado das mesmas. Pelo contrário, essas estruturas universais tornariam primeiramente possíveis o aprendizado de toda e qualquer língua particular, na medida em que dotariam os aprendizes de princípios organizadores dos dados lingüísticos a que estão expostos. Além disso, pelo fato de tais estruturas e princípios de organização serem universalmente encontrados e não serem extraídos das experiências com os dados das línguas particulares, Chomsky conclui que eles constituem parte da própria **estrutura mental** dos falantes, como uma propriedade a eles inata. De acordo com Chomsky, essa explicação seria a única que poderia dar conta do fato prodigioso da aquisição de uma língua num tempo relativamente curto e independentemente do grau de inteligência dos aprendizes, como vimos mais detalhadamente no capítulo anterior. Eis por que as fronteiras entre lingüística, filosofia e psicologia não podem ser, de modo algum, rigidamente demarcadas no interior da obra de Chomsky.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, R.M. “Where do our ideas come from?”. In *Innate Ideas*, ed. Stephen P. Stich. London: University of California, pp. 71-88, 1975.

CAMBRIDGE COMPANION TO DESCARTES, THE. Ed. John Cottingham. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

CAMBRIDGE DICTIONARY OF PHILOSOPHY, THE. Ed. Robert Audi. 2ª Edição. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

CAMBRIDGE COMPANION TO PLATO, THE. Ed. Richard Kraut. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Paris: Mouton, 1972 (1957).

_____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.

_____. *Language and Mind*. New York: Harcourt, Brace & World, 1968.

_____. *Reflections on Language*. London: Fontana Books, 1976.

_____. & PIAGET, J. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem*. Tradução Álvaro Cabral. Ed. Massimo Piatelli-Palmarini. São Paulo: Cultrix, 1983.

_____. *Knowledge of Language: its nature, origin and use*. London: Praeger, 1986.

_____. *Language and problems of knowledge*. The Managua Lectures. Cambridge: The MIT Press, 1988.

_____. *The Minimalist Program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

_____. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Tradução Lúcia Lobato. Brasília: Editora UnB, 1998.

_____. Artigo *Architecture of Language* – International conference, Pisa, Italy, 2000.

_____. *Cartesian Linguistics: A chapter in the History of Rationalist Thought*, ed. James McGilvray. 2ª Edição. New Zealand: Cybereditions, 2002.

_____. *Language and Thought*. New York: Moyer Bell, 2004.

_____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução Marco Antônio Sant’Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005 (2000).

COTTINGHAM, J. “Cartesian Dualism” In: *The Cambridge Companion to Descartes*, ed. John Cottingham. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

- CRYSTAL**, D. *Linguistics*. England: Penguin Books, 1978.
- DESCARTES**, R. *Discurso do Método*. In: Obra escolhida. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Editora DIFEL, 1973.
- DUMMETT**, M. *What do I know when I know a language*. Lecture at the Stockholm University, 1978.
- HARMAN**, G. "Review of Language and Mind". In *On Noam Chomsky: Critical Essays*, ed. Gilbert Harman. New York: Anchor Press, pp. 201-218, 1974.
- HODGES**, A. *Turing: um filósofo da natureza*. Tradução Marcos Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2001 (1997).
- ILARI**, R. "O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos". In *Introdução à lingüística 3: fundamentos epistemológicos*, ed. Mussalim, F & Bentes, A.C. São Paulo: Editora Cortez, pp. 53-92, 2005.
- JACOBSEN**, B. *Transformational-generative Grammar*, ed. S.C. Dik & J.G. Kooij. New York: North-Holland Linguistic Series, 1977.
- KATZ**, J. "The Relevance of Linguistics to Philosophy". In *On Noam Chomsky: Critical Essays*, ed. Gilbert Harman. New York: Anchor Press, pp. 229-241, 1974.
- _____. "Innate Ideas". In *Innate ideas*, ed. Stephen P. Stich. London: University of California, pp. 71-88, 1975.
- KANT**, I. *Crítica da Razão Pura*, Tradução Valério Rohden, Udo Moosburger. In: "Os Pensadores". São Paulo: Editora Abril, 1983.
- KIM**, J. *Philosophy of Mind*. Colorado: Westview Press, 1996.
- KOYRÉ**, A. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1991 (título original, 1973).
- LEWIS**, D. "Language, Languages, and Grammar". In *On Noam Chomsky: Critical Essays*, ed. Gilbert Harman. New York: Anchor Press, pp. 253-266, 1974.
- LYONS**, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Great Britain: Cambridge University Press, 1971.
- _____. *Chomsky*, London, Fontana, 1975 (Título original, 1970).
- MACGILVRAY**, J. *Chomsky: Language, Mind and Politics*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- NAGEL**, T. "Linguistics and epistemology". In *On Noam Chomsky: Critical Essays*, ed. Gilbert Harman. New York: Anchor Press, pp. 219-228, 1974.
- RAWLS**, J. *A Theory of Justice*. United States of America: Harvard College, 1971.

ROBINS, R.H. *Pequena história da lingüística*. Tradução Luiz Martins Monteiro. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SAPIR, E. *Language – an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, 1949.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

SEARLE, J. “Chomsky’s Revolution in Linguistics”. In *On Noam Chomsky: Critical Essays*, ed. Gilbert Harman. New York: Anchor Press, pp. 2-33, 1974.

SILVA, G.A. *Estruturas sintáticas do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

SMITH, N. *Chomsky: Ideas and Ideals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STEGMÜLLER, W. *A Filosofia contemporânea*, Vol. II. São Paulo: Editora EPU, 1976.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1975.

_____. *The blue and brown books*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.